



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

JOÃO PAULO DOS SANTOS MATEUS

Liberdade e Livre Arbítrio.
O contributo da EMRC para uma reflexão em
contexto escolar.

Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:
Professor Doutor Américo Pereira
Mestre Juan Ambrósio

Lisboa
2024

«Que importa se é tão longe para mim
A praia aonde tenho de chegar,
Se sobre mim levar constantemente
Poisada a clara luz do teu olhar?»

Do hino de Completas da Liturgia das Horas

DEDICATÓRIA

Dedico a todos os meus alunos,
àqueles que foram e aos que serão,
porque são eles o motivo deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha família, porque me permitiu realizar este curso e chegar até aqui, quer financeiramente, que não foi fácil, quer com o apoio contínuo. Agradeço a todos os professores da Universidade Católica Portuguesa que se cruzaram no meu caminho, durante estes “longos” anos, e me ajudaram a ser melhor pessoa.

Agradeço ao Orientador Cooperante, o Professor António Eusébio, que passou a ser para mim uma referência na docência da disciplina de EMRC.

Agradeço ao Professor Juan Ambrósio, que desde a primeira hora que nos conhecemos, foi de um apoio incansável e sempre disponível para ajudar, sobretudo com a realização deste relatório que, por entre todas as dificuldades, se mostrou compreensivo e muito colaborante nesta tarefa.

Agradeço ao Professor Américo Pereira que, sobretudo, nesta fase final da elaboração do relatório me chamou a atenção para pormenores que me ajudaram a melhorá-lo significativamente.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – LECIONAÇÃO DA UNIDADE LETIVA <i>A LIBERDADE</i> , NO 8º ANO DE ESCOLARIDADE DA TURMA F, DA ESCOLA D. DINIS, EM LEIRIA, NO CONTEXTO DA PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA-PES.....	4
1.1-A DISCIPLINA DE EMRC NO CONTEXTO DO ENSINO EM PORTUGAL.....	4
1.2 -O PERFIL DO PROFESSOR DE EMRC.....	8
2.1- GESTÃO DO PROGRAMA.....	11
2.2- A ESCOLA E O ALUNO.....	17
2.2.1- Caracterização da escola.....	17
2.2.2- Caracterização da turma.....	22
3.1- LECIONAÇÃO DA UNIDADE LETIVA DE REFERÊNCIA: A LIBERDADE.....	23
3.2-AULAS PRESENCIAIS.....	24
3.2.1- Aula 1 – A liberdade no filme O rapaz do pijama às riscas.....	24
3.2.2- Aula 2- Limites à liberdade.....	25
3.2.3- Aula 3- A liberdade, desejo do ser humano.....	27
3.2.4-Aula 4 - A liberdade como opção pelo bem.....	30
3.2.5- Aula 5 - Desejo de ser livre e níveis de liberdade.....	32
3.3-AULAS <i>ON-LINE</i>	33
3.3.1- Aula <i>on line</i> 1- Liberdade, desejo exclusivo do ser humano.....	34
3.3.2- Aula <i>on line</i> 2- Os 3 níveis de liberdade.....	35
3.3.3- Aula <i>on line</i> 3- Condicionamentos à liberdade. A manipulação.....	36
3.3.4- Aula <i>on line</i> 4- Dependências. A nomofobia.....	38
3.3.5- Aula <i>on line</i> 5- Páscoa: festa da liberdade.....	39
3.3.6- Aula <i>on line</i> 6- Livre escolha e dignidade humana.....	41

CAPÍTULO 2 – LIBERDADE E LIVRE ARBÍTRIO.....	43
2.1- NOÇÕES E DEFINIÇÕES DE LIBERDADE.....	43
2.2- O CONCEITO DE LIBERDADE AO LONGO DA HISTÓRIA.....	51
3 - SERÁ O HOMEM LIVRE?.....	67
3.1- DETERMINISMO.....	73
3.2- PRESCIÊNCIA.....	74
3.3- PROVIDÊNCIA.....	75
3.4- GRAÇA.....	76
CAPÍTULO 3- PROPOSTA DE ATIVIDADE PRÁTICA: A FUGA NA ADOLESCÊNCIA.....	78
CONCLUSÃO.....	85
BIBLIOGRAFIA.....	87
DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS.....	87
ESTUDOS E ENSAIOS.....	87
WEBLIOGRAFIA.....	89

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - Planificação de nível 1 e 2.....	14
Mapa 2 - Planificação nível 3.....	15
Mapa 2 (continuação) - Planificação nível 3.....	16
Mapa 3 - Critérios de avaliação.....	17
Mapa 4 - Planificação nível 4, aula 1.....	24
Mapa 5 - Planificação nível 4, aula 2.....	26
Mapa 6 - Planificação nível 4, aula 3.....	27
Mapa 7 - Planificação nível 4, aula 4.....	30
Mapa 8 - Planificação nível 4, aula 5.....	32
Mapa 9 - Planificação nível 4, aula 1 <i>on-line</i>	34
Mapa 10 - Planificação nível 4, aula 2 <i>on-line</i>	35
Mapa 11 - Planificação nível 4, aula 3 <i>on-line</i>	36
Mapa 12 - Planificação nível 4, aula 4 <i>on-line</i>	38
Mapa 13 - Planificação nível 4, aula 5 <i>on-line</i>	40
Mapa 14 - Planificação nível 4, aula 6 <i>on-line</i>	41
Mapa 15 - Planificação de Nível 4 de Atividade Prática-Aula1.....	79
Mapa 16 - Planificação de Nível 4 de Atividade Prática-Aula 2.....	80

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig 1 - Logótipo da escola sede de agrupamento.....	18
Fig 2 - Logótipo do extinto agrupamento horizontal.....	18
Fig 3 - Logótipo do Agrupamento.....	18
Fig 4 - Logótipo atual.....	18
Fig 5 - Patrono da escola.....	19
Fig 6 - Antigo Liceu Rodrigues Lobo.....	19
Fig 7 - Pavilhão da escola sede do Agrupamento.....	19
Fig 8 - Número de alunos no ano letivo 2019/20.....	20
Fig 9 - Número de alunos que frequentam a disciplina de EMRC no ano letivo 2019/202.....	21
Fig 10 - Número de rapazes e raparigas, por idades.....	22
Fig 11 - Adolescente desaparecida.....	81
Fig 12 - Adolescente encontrada.....	81

RESUMO

O presente trabalho é resultado da minha Prática de Ensino Supervisionada (PES) realizada na Escola D. Dinis em Leiria e aconteceu no ano letivo de 2019/20 com a turma F do 8º Ano. É também o trabalho exigido para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Religiosas na variante de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC). Desenvolve-se em três capítulos e pretende ser um relatório do que foi a minha experiência neste estágio com a docência da Unidade Letiva de Referência sobre a Liberdade. O seu objetivo, para além de relatar um pouco do que foi a PES, pretende refletir o que foi a minha investigação sobre o tema de modo a adquirir melhores competências para a sua lecionação.

No primeiro capítulo faço uma pequena reflexão sobre o ensino religioso na escola pública e o caráter opcional da disciplina de EMRC. Reflito, igualmente, sobre o perfil do professor de EMRC pelas características peculiares que a disciplina tem e que faz dos professores também “um pouco diferentes” dos seus colegas de outras disciplinas. Após uma pequena caracterização da escola, faço também a caracterização da turma onde ocorre a PES. Ainda neste capítulo descrevo a preparação, planificação e como ocorreram as aulas da Unidade Letiva de Referência, com uma pequena reflexão sobre elas. Pelo facto de as aulas presenciais terem sido interrompidas por causa da pandemia, divido a descrição em aulas presenciais e aulas *on-line*, pelas características totalmente diferentes umas das outras.

No segundo capítulo está refletida a investigação que fiz acerca da definição e noções de liberdade e livre arbítrio. A liberdade é um conceito de uma amplitude enorme e um dos mais estudados. Socorri-me de dicionários e enciclopédias na procura de uma definição o mais consensual possível. Depois, procurei, em autores que considero influentes na construção do pensamento da cultura ocidental, o que dizem sobre a liberdade. Uns que são apologistas da total liberdade do Homem e outros que praticamente a negam na sua totalidade. Decorrente destas noções de liberdade coloquei a questão se será ou não o Homem livre. Concluí que, apesar da grande dificuldade em compreender o que é a liberdade, pode-se dizer que não só o Homem é livre como é uma das suas principais características.

No terceiro capítulo refiro-me à atividade prática que pretende consolidar aquilo que foi aprendido sobre liberdade e livre arbítrio e a diferença que existe entre estes dois conceitos, que são muito confundidos, nomeadamente pelos jovens destas idades. Trata-se de trabalhar a liberdade na adolescência a partir do caso da fuga de uma adolescente alemã para se alistar no exército do Estado Islâmico.

Palavras-chave: PES; EMRC; Liberdade; Livre arbítrio.

ABSTRACT

This work is the result of my Supervised Teaching Practice (PES) carried out at Escola D. Dinis in Leiria and took place in the 2019/20 academic year with class F of 8 grade. It is also the work required to obtain the Master's degree in Religious Sciences in the Catholic Moral and Religious Education variant (EMRC). It is developed in three chapters and aims to be a report of my experience in this internship teaching the Reference Teaching Unit on Freedom. Its objective, in addition to reporting a little about what PES was, intends to reflect what my research on the topic was in order to acquire better skills for its teaching.

In the first chapter I make a small reflection on religious education in public schools and the optional nature of the EMRC subject. I also reflect on the profile of the EMRC teacher due to the peculiar characteristics that he has and which makes these teachers also “a little different” from their colleagues in other subjects. After a small characterization of the school, I also characterize the class where PES takes place. Still in this chapter I describe the preparation, planning and how the classes of the Reference Teaching Unit took place, with a small reflection on them. Since face-to-face classes were interrupted due to the pandemic, I divide the description into face-to-face classes and online classes, due to their totally different characteristics.

The second chapter reflects the investigation I carried out regarding the definition and notions of freedom and free will. Freedom is a concept of enormous scope and one of the most studied. I used dictionaries and encyclopedias in search of a definition that was the most consensual as possible. Then, I looked for what they say about freedom in authors that I consider influential in the construction of Western cultural thought. Some who are apologists for the total freedom of Man and others who practically deny it in its entirety. As a result of these notions of freedom, I raised the question of whether or not Man is free. I concluded that, despite the great difficulty in understanding what freedom is, it can be said that not only is Man free, but it is one of his main characteristics.

In the third chapter I refer to the practical activity that aims to consolidate what was learned about freedom and free will and the difference that exists between these two concepts, which are very confused, particularly by young people of these ages. It's about working on freedom in adolescence, based on the case of a German teenager escaping to enlist in the Islamic State army.

Keywords: PES; EMRC; Freedom; Free will

SIGLÁRIO

CEP – Conferência Episcopal Portuguesa

Educris – Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã

EMR – Educação Moral e Religiosa

EMRC – Educação Moral e Religiosa Católica

NEE – Necessidades Educativas Especiais

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OECE – Organização Europeia de Cooperação Económica

PES – Prática de Ensino Supervisionada

SMS – *Short Message Service*

SNEC – Secretariado Nacional da Educação Cristã

TAI – Turma de Acolhimento Internacional

UCP – Universidade Católica Portuguesa

INTRODUÇÃO

A história deste trabalho começou há alguns anos atrás, já na segunda metade da segunda década do século XXI, não sei precisar bem quando, mas foi por altura em que o meu pároco, o Padre José António Ribeiro Gonçalves me lançou o desafio de dar aulas de Educação Moral Religiosa Católica - EMRC.

Sabe-se da dificuldade que o nosso país tem em conseguir professores para as suas necessidades educativas. A disciplina de EMRC não “foge à regra”, mas, agravada pela situação do contexto desta disciplina no ensino público em Portugal, pois trata-se de uma disciplina de oferta obrigatória por parte das escolas e de frequência facultativa pelos alunos. Sofreu uma enorme alteração, pois deixou de ser de frequência obrigatória como tinha sido até a algumas décadas atrás.

O recrutamento de professores também se alterou. O estado português começou a exigir formação específica para a sua lecionação, o que acho bem, mas isso levou a que bastantes pessoas que lecionavam EMRC o deixassem de fazer, pois era-lhes exigido mais formação e muitas delas não estavam interessadas em fazê-lo.

Na região onde moro, em Castelo Branco, também aconteceu esta situação, provavelmente ainda mais acentuada que na maioria de outras zonas do país. Prova deste contexto foi a existência de apenas uma turma de 10 (dez) alunos a frequentar a disciplina no ano letivo de 2023/2024, em todas as escolas públicas da cidade de Castelo Branco.

Foi neste contexto que o meu pároco me lançou o desafio. Eu já tinha frequentado nos anos oitenta a Licenciatura em Teologia, na faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa (UCP). Portanto, já me era permitido lecionar a disciplina e com mais alguma formação poderia ter habilitação própria para a sua lecionação. O desafio, achei-o enorme, pelas razões que já referi, acrescido da minha idade, que era também um fator a ter em conta. Tive uma conversa com o responsável pela disciplina na minha diocese, Portalegre-Castelo Branco, e decidi em conjunto com a minha família aceitar o desafio. Aceitei, logo nesse ano, um contrato para lecionar algumas horas num agrupamento de escolas aqui na região, que tinha alguns alunos, mas não tinha professor. Mesmo sem experiência de ensino, avancei nesta aventura. Ao mesmo tempo, informei-me junto da faculdade de Teologia da minha situação académica e o que era necessário para adquirir habilitação própria.

Como já tinha feito a maioria das disciplinas necessárias para ter a Licenciatura em Ciências Religiosas, com a equivalência destas, e mais algumas que não tinha frequência, mas que pude frequentar no âmbito desse curso, consegui finalizá-lo em 2018. O próximo passo,

que não era pequeno, foi a decisão em avançar com a profissionalização. Foi um passo um pouco hesitante muito em parte pela situação que verificava existente na minha região, no que diz respeito ao número de alunos inscritos na disciplina de EMRC. Pois, a situação não era “famosa”, o que me levava “a pensar duas vezes”. Mas, apesar das dúvidas, decidi avançar. Para isso era necessário fazer o mestrado em Ciências Religiosas, na vertente de EMRC. Iniciei-o no ano letivo de 2018/2019, e no ano seguinte frequentei o 2ºAno. No 2ºAno, faz parte do plano de estudos a Prática de Ensino Supervisionada (PES). A PES é a aplicação prática dos conhecimentos que se vão adquirindo no curso, em contexto escolar. A minha PES aconteceu na escola D. Dinis em Leiria, com a turma F do 8º Ano, no ano letivo de 2019/2020, sendo o Orientador Cooperante o Professor António Eusébio.

Para obter o grau de mestrado deste curso é ainda exigido a realização do relatório da PES, nomeadamente sobre a Unidade Letiva de referência, que é uma das unidades letivas previstas para esse ano, a qual trabalhámos com os alunos. No meu caso, tratando-se de uma turma de 8ºAno escolhi para Unidade Letiva de referência: *A Liberdade*.

O presente trabalho, é, pois, o resultado daquilo que trabalhei nesse contexto. Ele consta fundamentalmente de duas partes. A primeira, o capítulo 1, onde refiro aquilo que foi a prática letiva da Unidade Letiva de referência: *A Liberdade*. Está antecedido por uma pequena reflexão sobre o contexto da disciplina de EMRC no ensino em Portugal, nomeadamente nas escolas públicas. Faço, também, um pequeno comentário ao perfil do professor de EMRC, pelas características específicas de que a disciplina se reveste. No capítulo 2 faço uma abordagem, de forma geral, ao tema a que mais me dediquei na PES: a liberdade.

Procuro neste segundo capítulo clarificar o que é a liberdade e o livre arbítrio e as principais diferenças entre estes conceitos. Faço-o porque são conceitos difíceis e ainda mais complicados se tornam quando se têm que transmitir a adolescentes, que muitas vezes já os adquiriram de forma tão deturpada. Neste meu objetivo começo por fazer uma pesquisa sobre noções e conceitos de liberdade. Aparentemente é simples quando falamos de liberdade. Mas ao aprofundarmos o tema já não é assim tão simples e podemos falar de liberdade referindo-nos a conceitos muito diferentes.

No seguimento desta abordagem, faço uma pesquisa sobre estes conceitos ao longo da história. Não se trata de uma história da liberdade, ou história do conceito de liberdade, o que acho impossível de se fazer, dado o leque tão variado e a amplitude enorme do conceito. Parece-me, no entanto, útil perceber como este conceito foi visto ao longo da história, pelo menos, por aqueles pensadores que tiveram grande influência no modo de pensar e construir a nossa sociedade, concretamente a sociedade ocidental. Também não tenho a pretensão de estudar

pormenorizadamente a noção de liberdade em cada um dos autores que cito, pois isso seria um trabalho difícil e de certa forma inglório. O que pretendo é, de uma forma genérica, referir o que estes autores pensam da liberdade e as características que tornam essas noções diferentes umas das outras. Dessa forma, e da variedade tão grande de explicar a liberdade podemos clarificar o conceito. Pode haver outros autores que se tenham referido à liberdade de uma forma muito concreta e esclarecedora, mas escolhi abordar estes pela influência que eu considero que tiveram na construção do pensamento do mundo ocidental.

Da abordagem às várias noções de liberdade, parece-me que há sempre uma questão subjacente: a da liberdade do Homem. Uma posição mais radical e outra mais moderada, mas há nas suas perspectivas inclinações pela liberdade ou pela não liberdade do Homem, consoante a concebem. Por isso, faço uma pequena reflexão sobre este assunto, que emerge dos vários conceitos de liberdade e é uma questão, que acho, toda a pessoa se coloca a si mesma, na procura do conceito de liberdade.

Depois de referidas algumas considerações sobre o contexto de EMRC no ensino em Portugal, de relatar a prática letiva na PES, e de algum aprofundamento do conceito que trabalhamos nas aulas, faço no capítulo 3 uma proposta de atividade com alunos do 8º Ano direcionada para a sua faixa etária, incluída no tema da liberdade, mas que penso que é um assunto relevante: a fuga na adolescência.

Nesse capítulo não se trata tanto de um trabalho de pesquisa e investigação como acontece, por exemplo, no capítulo 2, mas a preparação de uma atividade prática que possa facilitar a compreensão dos conceitos abordados, de modo que possa ser útil aos alunos. Esta atividade surge da clarificação e aprofundamento dos conceitos em questão, da sua relação e das suas diferenças essenciais, mas também da liberdade, tal como o cristianismo a entende, na minha perspetiva, embora não tenha sido um aspeto explicitamente tratado.

Porque ela é feita no âmbito de uma disciplina de educação moral e religiosa católica, imponha-se que ela tivesse essa matriz.

CAPÍTULO 1 – LECIONAÇÃO DA UNIDADE LETIVA *A LIBERDADE*, NO 8º ANO DE ESCOLARIDADE DA TURMA F, DA ESCOLA D. DINIS, EM LEIRIA, NO CONTEXTO DA PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA - PES

A PES é a aplicação, na prática, daquilo que foi a aprendizagem ao longo das várias disciplinas que compõem o Curso de Mestrado em Ciências Religiosas, com a supervisão de um professor experiente. A unidade letiva de referência foi uma das unidades lecionada por mim e sobre a qual versa o presente relatório, embora tivesse acompanhado a turma em todas as outras aulas da disciplina de EMRC.

Dada a especificidade desta disciplina, tendo em conta o seu carácter opcional, parece-me pertinente uma reflexão sobre a mesma, no contexto do ensino em Portugal, bem como o perfil do professor para a sua lecionação.

1.1- A DISCIPLINA DE EMRC NO CONTEXTO DO ENSINO EM PORTUGAL

Uma reflexão para a disciplina de EMRC, implica forçosamente uma análise sobre o ensino e aspetos a ele relacionados, ainda que não exaustiva, e feita de modo breve.

A sociedade atual pretende ser “sociedade da liberdade”. Neste ano de 2024, quando comemoramos os 50 anos do 25 de abril em Portugal, este tema está sobejamente presente por todo o lado, inclusivamente nas escolas.

Parece também querer ser uma “sociedade da educação e ensino”. Basta verificar a preocupação que este setor é para, praticamente, todos os governos da maioria dos países. Ainda recentemente, no início de 2020, com a situação pandémica que se iniciava, pudemos verificar a atenção que estes lhe dedicaram. De facto, a educação é motor do crescimento e progresso, e desta forma, é também factor de realização do ser humano, contribuindo decisivamente para a construção da humanidade.

O ensino é parte significativa no contexto da educação. Por isso deve ser estudado, analisado e refletido para exercer mais cabalmente a sua missão. Embora, atualmente, a sociedade pareça ser mais uma “sociedade de informação” do que uma “sociedade do conhecimento” é necessário valorizar esse conhecimento e o ensino assume essa especial tarefa. Mesmo que muitas vezes o objetivo seja partir da informação e da experiência, para daí se produzir conhecimento, o ensino não deixa de a realizar. Entraríamos aqui na questão do ensino e da aprendizagem.

O ensino, visto na perspetiva de que existe conhecimento que é necessário transmitir aos outros, neste caso aos alunos, e aprendizagem no sentido de que ela acontece quando o aluno quer aprender e o que quer aprender. Talvez em outras circunstâncias da história se valorizasse mais o ensino, como tarefa de transmitir conhecimentos, atualmente valoriza-se mais o ensino-aprendizagem, porque este está mais centrado no aluno, na pessoa protagonista do ensino e não tanto nos conteúdos daquilo que é ensinado. Embora, naturalmente, os conteúdos sejam igualmente muito importantes. Parece-me que é nesta simbiose entre aquilo que deve ser ensinado e aquilo que o aluno quer e gosta de aprender, que estará o sucesso do ensino-aprendizagem. Pois, nem sempre o que o aluno gostaria de saber é o mais importante para o seu percurso académico, mas se não tiver gosto em aprender esta tarefa fica mais dificultada. Desta forma, o ensino torna-se num elemento fundamental da educação como instrumento de sucesso.

Tendo esta perspetiva, o objetivo é que todas as pessoas aprendam, e esse é o horizonte para que aponta a recente legislação produzida em Portugal, pelo Decreto Lei 54 de 2018, que defende a escola inclusiva. Todos são escolarizáveis, incluindo aqueles que têm “necessidades educativas especiais” e que muitas vezes ficavam à margem do sistema de ensino. O princípio consiste em haver dificuldades escolares não ser o equivalente a falar de dificuldades de aprendizagem.

Existem, acima de tudo, duas situações evidentes e complexas. Uma é a diversificação das salas de aula, a que muitos autores dedicam especial atenção, nomeadamente Richard Arends¹. A outra é: o que ensinar? A legislação portuguesa respondeu a esta questão com a publicação em 2018 do Despacho nº 6944-A de 2018, sobre as aprendizagens essenciais para o ensino básico, na sequência da “definição” do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Esta perspetiva de ensino é que se destina a toda a gente, porque tem uma visão holística da pessoa e todos têm o direito de aprender. Neste aspeto, o nosso país dedica bastante atenção ao ensino, daí ter sido um dos primeiros a implementar a escolaridade obrigatória.

Com efeito, já em 1927 pelo Decreto Lei 13.619 de 17 de maio, no artigo nº 2 o governo decretava que o ensino primário elementar era obrigatório para indivíduos de ambos os sexos em idade escolar. Essa obrigatoriedade foi reduzida em 1930 de 4 para 3 anos pelo Decreto Lei 18.140 de 22 de março. A sua implementação não se configurava fácil e certamente que o estalar da Segunda Grande Guerra veio dificultar ainda mais a situação. Contudo, com a adesão de Portugal a instituições internacionais no pós guerra, como a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), que viria a dar lugar, em 1960, à Organização para a

¹ Cf. Richard I. Arends, *Aprender a ensinar* (Lisboa: Mc Graw Hill, 2008), 39.

Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o nosso país pretente uma aproximação às políticas educativas internacionais, porque até então mantinha um sistema de ensino de certa forma incipiente. Surge, pois, em 1964 pelo Decreto Lei 45.810 de 9 de junho a obrigatoriedade de toda a população, em idade escolar (até aos 14 anos) da frequência de 6 anos de escola, 4 anos de ensino primário mais 2 de ensino complementar ou preparatório do ensino secundário.

Apesar das dificuldades económicas que o país atravessava, muito em parte devido às guerras que travava nas províncias ultramarinas, o governo manifesta, com esta legislação, a importância da escolarização da população para o seu desenvolvimento.

O ensino desempenha, desta forma, um papel de relevo na sociedade, pela influência que tem na construção, quer do presente, quer das gerações futuras. Ele tem sempre nos seus objetivos e na forma de os concretizar uma noção de pessoa. Simultaneamente, o ensino tem influência muito direta na vida das pessoas e por isso também das sociedades. É-lhe exigido a necessária qualidade para responder aos desafios que enfrenta. Precisa de se apetrechar com técnicas de base científica para poder concretizar mais convenientemente a sua missão. Necessita de utilizar metodologias que sejam o mais eficazes possível na obtenção dos resultados que se desejam. Para isso não pode abdicar da investigação, na procura dos melhores métodos que ajudem os professores a exercer da forma mais positiva a tarefa que lhe é confiada. Estes têm o dever de se capacitar com as melhores ferramentas para ensinar. Necessitam de adquirir conhecimentos científicos e técnicas adequadas, de modo a terem as competências exigidas à obtenção do objetivo a que se propõem.

Ensinar é uma arte, mas também é uma questão moral e tem uma base científica. O professor toma muitas decisões que têm implicação direta na vida dos alunos. Os alunos são, pois, a razão de existência do ensino. Como referi atrás, eles são o elemento em que se foca o ensino. Também afirmei que na perspectiva de qualquer sistema de ensino há uma noção de pessoa. O sistema de ensino português propõe um ensino que afecte a pessoa holisticamente, que diga respeito e tenha em atenção todas as dimensões da pessoa humana. Nesta medida, a dimensão religiosa da pessoa não pode ser esquecida, sob pena de faltar um elemento importante na educação e crescimento de cada aluno. Também aqui reside a problemática do ensino religioso na escola, nomeadamente na escola pública, pois, se falta esta dimensão ao ensino ele não poderá concretizar cabalmente os seus objetivos. A questão da existência ou não de uma disciplina com estas características não se pode colocar apenas por uma questão de confessionalidade, mas é mais amplo que isso e tem implicação com a formação integral do aluno.

Um dos partidos políticos concorrente à Assembleia da República Portuguesa, o Livre, vem manifestando no seu programa eleitoral a vontade de retirar da escola pública a disciplina de Educação Moral e Religiosa (EMR). No seu programa eleitoral para as últimas eleições de 10 de março de 2024, entre 20 pontos que preconiza para a educação em Portugal um deles, o 12º, é a retirada desta disciplina da escola pública.² Segundo eles, a formação religiosa deve ficar ao critério das famílias garantindo a laicidade do estado, constitucionalmente consagrado. Desta forma, focam-se na questão da confessionalidade em vez de ter em conta a formação da pessoa, neste caso, da dimensão religiosa integrante de toda a pessoa e da cultura portuguesa.

Sobre este tema, o direito e dever da educação, os bispos portugueses sublinham que querem contribuir para «um projeto de educação que promova o desenvolvimento equilibrado de todas as dimensões do ser humano».³ Referem ainda que:

Para que haja educação integral, o sistema de ensino não pode abdicar do ensino religioso. É esta a questão da presença de uma disciplina de âmbito religioso na escola pública. Os bispos portugueses afirmam que a «a EMRC é oferecida a todos os alunos, independentemente da sua diversidade de crenças e opções religiosas: com fé católica ou outra, em situação de procura, indiferentes ou descrentes»⁴. Portanto, não se trata de uma disciplina apenas do foro da formação cristã. No documento da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) faz-se esta alusão clara que a EMRC não deva ser catequese. Segundo os bispos,

situada na escola, a EMRC insere-se nas suas finalidades, utiliza os seus métodos e tem uma especificidade própria: o que confere ao ensino religioso escolar a sua característica peculiar é o facto de ser chamado a penetrar no âmbito da cultura e de se relacionar com outros saberes.⁵

Não há uma dualidade entre educação cristã e a educação no geral, quando muito, segundo afirmava o bispo do Porto, D. António Francisco dos Santos, quando da apresentação do *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, em 2014, «poderá falar-se de um reforço de identidade que confirma a necessidade universal, mas não a substitui»⁶.

² Cf. Partido o Livre, «Contrato com o Futuro, Programa do Livre às eleições legislativas de 2024» acessado a 15 de setembro de 2024, https://partidolivre.pt/wp-content/uploads/2024/02/Programa2024_LIVRE.pdf

³ Conferência Episcopal Portuguesa (CEP); Carta Pastoral *Educação: direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, 2002, n. 2.

⁴ CEP; *Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, n. 6. Citado na apresentação do *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, pág III.

⁵ CEP; *Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, n. 8. Citado na apresentação do *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 2014, pág IV.

⁶ Secretariado Nacional da Educação Cristã (SNEC); *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 2014, pág III.

Desta forma, a disciplina de EMRC, está incluída no sistema de ensino oficial público em Portugal. Essa garantia está consagrada na legislação, pela Resolução da Assembleia da República nº 74/2014. Assim:

A República Portuguesa, no âmbito da liberdade religiosa e do dever de o Estado cooperar com os pais na educação dos filhos, garante as condições necessárias para assegurar, nos termos do direito português, o ensino da religião e moral católicas nos estabelecimentos de ensino público não superior, sem qualquer forma de discriminação⁷.

Tratando-se, pois, de uma disciplina muito específica, parece-me igualmente importante uma reflexão sobre os professores que a lecionam. Até há relativamente pouco tempo, a responsabilidade de os indicar para a sua leção era dos bispos da área geográfica onde se situa a escola, como, aliás continua a ser. Mas os pressupostos para poder lecionar a disciplina é que foram alterados. Se até então os professores eram pessoas que estavam efetivamente “próximas” da Igreja, mas que podiam não ter habilitação adequada para a lecionar, esta exigência veio tornar-se necessária. Desta forma, a disciplina deixou de estar “tão conectada” com a catequese como estava até então, do meu ponto de vista.

1.2- O PERFIL DO PROFESSOR DE EMRC

O ensino, nos dias de hoje, já não se coaduna com aquilo que acontecia no passado: a alguém que tinha algum jeito para ensinar, dava-se uma ou outra instrução sobre aquilo que deveria ensinar, e era professor. Isso aconteceu, em parte, na época de meus pais e avós. Atualmente, a escola exige professores competentes e profissionais, preparados para aquilo que é o desafio de ensinar. O ensino, não só é uma arte, como passou a ser também ciência, cada vez mais complexa e por isso mais estudada. Pede-se aos professores de hoje que respondam aos desafios que a vida em sociedade coloca. Eles são uma ajuda essencial na educação das pessoas, obrigação que têm as famílias, mas que, pela organização da vida moderna se torna difícil. Os professores têm essa responsabilidade e, nessa medida, são, em parte, o garante do futuro pela forma e influência que nele podem exercer. Ser professor não é apenas uma profissão, mas é uma vocação, porque para se exercer terá que ter características muito próprias para desempenhar esta missão. Ao professor pede-se, acima de tudo, responsabilidade pela importância e influência que tem na vida das pessoas.

Segundo o Decreto Lei 240 de 2001, que define o perfil do professor, destaca 4 dimensões que lhe estão associadas: Dimensão profissional, social e ética; Dimensão do desenvolvimento

⁷ Resolução da Assembleia da República n.º 74/2004, Artigo 19 § 1.

do Ensino/Aprendizagem; Dimensão da participação na escola e do envolvimento na comunidade; Dimensão do desenvolvimento profissional. Relativamente à primeira dimensão a que o Decreto Lei se refere, embora sendo todas elas importantes destaco a seguinte característica:

assume-se como um profissional de educação, com a função específica de ensinar, pelo que recorre ao saber próprio da profissão, apoiado na investigação e na reflexão partilhada da prática educativa e enquadrado em orientações de política educativa para cuja definição contribui ativamente;⁸

Ainda nesta dimensão profissional, social e ética o documento normativo refere que o professor «assume a dimensão cívica e formativa das suas funções, com as inerentes exigências éticas e deontológicas que lhe estão associadas».⁹

No que diz respeito à dimensão de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, no referido Decreto Lei, assume-se que o professor deve promover aprendizagens no âmbito de um currículo, feitas com qualidade pedagógica e critérios de rigor científicos e metodológicos na área em que se insere.¹⁰

No Decreto Lei assume-se, a importância da ligação do professor à instituição em que está inserido: a escola. E ainda, a sua formação como parte constitutiva da sua profissão, o que implica uma permanente atualização, quer no que diz respeito a critérios e métodos pedagógicos, quer aos conhecimentos científicos afetos à sua área.¹¹

Em suma, o professor é um adulto com responsabilidades na educação que, para ensinar de forma efetiva e eficaz, também tem de ter gosto na aprendizagem, que implica muito concretamente conhecimentos pedagógicos e metodológicos, para além dos conteúdos a transmitir. Devido à natureza de que se reveste o ensino, em que o exemplo é muito importante, o professor tem que ser alguém coerente entre o que diz e faz, congruente e assertivo naquilo que transmite aos seus alunos. Para se tornar um bom professor terá que ser um professor reflexivo para obter um ensino de qualidade. Não basta ensinar. É necessário que o ensino seja o mais eficaz possível. Daí que o professor tenha que fazer uma avaliação permanente do seu trabalho. Necessita utilizar linguagem correta e adequada para mais facilmente levar os alunos a aprender e gostar de aprender. Para ser um bom líder, que é aquilo que se espera de um

⁸ Anexo do D.L. 240/2001; II, n° 2 a).

⁹ Anexo do D.L. 240/2001; II, n° 2 g).

¹⁰ Cf. Anexo do D.L. 240/2001; III.

¹¹ Cf. Anexo do D.L. 240/2001; IV e V.

professor, terá que se esforçar para que as suas decisões sejam sempre as melhores, sabendo que nem sempre irá conseguir decidir corretamente.

O perfil do professor de EMRC não difere muito, naturalmente, daquele que é o perfil geral de um professor, mas tem as suas especificidades. Como referi atrás, o ensino é uma arte, mas é também uma questão moral. Por isso não são apenas os professores de EMRC que ensinam moral aos seus alunos. No exercício de qualidade do ensino, qualquer professor também o faz.

Um dos aspetos que torna o perfil do professor de EMRC específico é a dimensão eclesial. Se um professor, no geral, é um adulto com responsabilidade na educação, o professor de EMRC tem essas responsabilidades, com uma dimensão eclesial. A lei portuguesa define que apenas alguém considerado idóneo pela autoridade eclesiástica competente e por ela mandatado pode ser professor de EMRC.¹² O caráter específico da disciplina, implica para o professor de EMRC, um perfil diferente, com as características de educador, testemunho de fé e com dinamismo de conversão. Como educador, o professor de EMRC, tem a obrigação, como todos os outros, de estar apetrechados dos melhores métodos científicos e utilizar os critérios pedagógicos mais adequados. No entanto, como educador, numa disciplina destas características, exige-se um relacionamento diferente com os alunos. Terá de gostar, quer dos alunos, quer do que ensina.

O professor, pelos conteúdos que ensina, está obrigado a ver em cada aluno um indivíduo, com a noção de pessoa, para ser coerente entre o que faz e ensina. Este foi um dos aspetos que, na escola de estágio me apercebi. Apesar de haver um excelente relacionamento do professor de EMRC com os professores das outras disciplinas, e de EMRC estar bem integrada na escola e no seu projeto educativo, a diferença está no modo como se consideram os alunos. Há que respeitá-los no seu modo de ser pessoa, das suas crenças, como ser criado à imagem e semelhança de Deus. Mesmo que haja entre eles crentes de outras igrejas, ou mesmo que não sejam crentes de qualquer religião ou igreja, como acontecia nesta turma de estágio, eles são considerados como pessoas em que a dimensão religiosa deve também ser estudada e aprofundada.

Neste aspeto entra a dimensão da fé que é igualmente uma característica específica do professor de EMRC. Se a outro professor não é requerida esta dimensão, ao de EMRC ela é essencial. Caso contrário, a sua linguagem não é congruente com os conteúdos da disciplina que leciona. Qualquer aula deve ser uma lição coerente. Nesta disciplina a coerência passa,

¹²Cf. Resolução da Assembleia da República n.º 74/2004, Artigo 19 § 3,4.

também, por aquilo que se diz e se vive. Teremos assim outra dimensão do perfil de professor de EMRC que é o dinamismo da conversão, característica que faz parte da essência de qualquer cristão, e com maior razão se exige a um “educador de profissão”. O grande desafio do professor de EMRC é a procura constante da verdade, mas ao mesmo tempo, no exercício da sua missão, não se pode alhear da prática da caridade, como qualquer cristão.

Estas são algumas considerações e reflexões de natureza teórica. Tanto a situação da disciplina de EMRC no contexto do ensino em Portugal como o perfil dos seus professores são assuntos importantes e aspetos que, do meu ponto de vista, importa refletir, para que esta disciplina possa assumir o importante papel que pode ter no seio da educação no nosso país, nomeadamente na escola pública. É uma preparação teórica, mas que é essencial para que a prática possa concretizar melhor o seu objetivo. É preciso aprender a fazer e como fazer, no seu contexto, para fazer depois. Penso que antes de agir vem o pensar. Daí parecer-me pertinente a reflexão que me ocupou até este momento.

Mas a PES, como tempo de aprendizagem eminentemente prático, requer igualmente uma preparação voltada, precisamente, para aspetos mais práticos. Um desses aspetos é a gestão do programa. É ainda algo teórico, mas é necessário preparar antecipadamente o que se pode encontrar na prática. Uma boa lecionação requer uma boa “previsão” e gestão do programa.

2.1 - GESTÃO DO PROGRAMA

Para fazer ensino sobre algum assunto é necessário conhecê-lo, estudá-lo, aprendê-lo para que se possa transmitir aos outros. Só aprendendo se pode também ensinar. Os conteúdos previstos no programa da disciplina de EMRC foram atualizados e estabelecidos em 2014. Gerir esse programa implica conhecê-lo. Como afirmava D. António Francisco dos Santos, na sua apresentação, «ser gestor do Programa é conhecê-lo em profundidade e amá-lo com dedicação, para depois encaminhar e distribuir as propostas de aprendizagem de acordo com as necessidades e as realidades pessoais e escolares dos alunos»¹³ A gestão do programa exige por isso um bom conhecimento dos conteúdos, bem como da escola e dos alunos.

Para que a lecionação seja frutuosa é, por isso, necessário ter em conta estes fatores para fazer uma planificação adequada, equilibrada e motivadora, que vá de encontro aos interesses dos alunos.

¹³ SNEC; *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, pág VII.

No início da PES, o meu conhecimento destes três fatores era muito deficiente, ou mesmo nulo, nalguns aspetos. O programa para o 8º ano não o conhecia em profundidade, porque ainda não o tinha lecionado. Conhecia-o apenas do seu estudo, na preparação académica, e um pouco mais na preparação próxima do estágio, quando soube que iria ter uma turma de 8º ano. Não tinha o conhecimento que vem da sua prática de lecionação. Os outros dois aspetos eram completamente desconhecidos para mim. Não conhecia nem a escola, nem a turma onde iria decorrer o estágio. No entanto, sabia que pelo facto de ser uma turma de 8º ano provavelmente iria ter características comuns a qualquer turma desse ano, com “alunos tipo” dessas idades. Por isso para além de planificar aquilo que está previsto no programa, para estes alunos, que já tem em conta o seu perfil, tive em conta também as circunstâncias específicas em que iriam decorrer estas aulas. Estas circunstâncias têm a ver com as unidades letivas que escolhi para a minha lecionação, em cada semestre, mas também a unidade letiva de referência da minha PES, para a qual escolhi a 3ª: A liberdade. Isto, porque, apesar de achar que os temas das quatro unidades letivas previstas para o 8º ano se adequarem bastante bem a estas idades, penso que o tema da liberdade pode assumir uma especial importância para os alunos nesta fase da sua vida. Com o apoio do Orientador Cooperante, tentei fazer uma planificação de nível 1 e 2 adequada e equilibrada tendo em conta, precisamente, os fatores que já referi. A unidade letiva 3 teve algum destaque, em parte porque é a unidade letiva de referência, mas também porque é um tema que considero fundamental para os alunos, nesta fase de aprendizagem. Desta forma, atribuí um pouco mais de tempo à unidade em que se trata o tema da liberdade, relativamente às outras. A preocupação, no entanto, foi a adequação e o equilíbrio, como referi. Em diálogo com Orientador Cooperante, pareceu-nos importante dedicar uma aula, por altura do Natal, ao tema. Por outro lado, devido ao facto de haver alunos de ascendência ligada a países maioritariamente ortodoxos, considerámos que era uma boa oportunidade para dar a conhecer, a todos, as diferenças do Natal Ortodoxo, incluindo o tema na unidade letiva do ecumenismo. Relativamente à planificação de nível 3 das unidades letivas que lecionei, a preocupação foi sobretudo de, dentro das metas e objetivos a atingir, os conteúdos fossem apresentados com estratégias motivadoras para os alunos, que possibilitassem algum dinamismo na sala de aula, por parte dos alunos. Tentei variar nas estratégias a utilizar, quer em atividades de grupo, quer em atividades individuais, para que os alunos pudessem sentir-se ativos e participantes nas aulas.

Quanto aos critérios de avaliação, respeitaram forçosamente os definidos pelo Conselho Pedagógico para a área das Ciências Sociais e Humanas, onde a disciplina de EMRC se situa. É uma disciplina, em meio escolar, e por isso os conhecimentos e capacidades são bastante

valorizados (80%), tal como as outras disciplinas, mas EMRC penso que tem características que as outras não têm, mais voltada para a transformação da pessoa, e daí os 20% atribuídos a atitudes e valores devessem merecer especial atenção. A avaliação na disciplina é, sobretudo, feita pela avaliação contínua, ficando decidido desde o início que não haveria os “testes tradicionais”. A avaliação de conhecimentos foi feita de outros moldes, com jogos e outras atividades avaliativas, não sendo a avaliação de conhecimentos e capacidades descurada, ao mesmo tempo que as atitudes e valores não são esquecidos.

A gestão do programa teve em conta, inicialmente, estes três documentos: a planificação de nível 1 e 2 onde se distribui os temas a trabalhar pelo tempo disponível, com os assuntos a abordar, no tema específico; a planificação de nível 3 para a unidade letiva de referência a lecionar, com a indicação de estratégias a utilizar; e os critérios de avaliação que a escola definiu como os critérios a serem aplicados nesta disciplina. Para a planificação de nível 1 e 2 elaborei o seguinte mapa:

	M	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	S	D	Liç	Aulas	Tema
1º Período (De 16 Set a 17 de Dez)	Set	16	16	18	19	20	21	22			
		23	24	25	26	27	28	29	1		Apresentação
	Outubro	30	1	2	3	4	5	6	2	UL1-a1	UL 1 - O Amor
		7	8	9	10	11	12	13	3	UL1-a2	UL 1 - O Amor
		14	15	16	17	18	19	20	4	UL1-a3	UL 1 - O Amor
		21	22	23	24	25	26	27	5	UL1-a4	UL 1 - O Amor
		28	29	30	31	1	2	3	6	UL1-a5	UL 1 - O Amor
		4	5	6	7	8	9	10	7	UL1-a6	UL 1 - O Amor
	Novembro	11	12	13	14	15	16	17	8	UL2-a1	Apresentação da Unidade Letiva (Irmão Roger)
		18	19	20	21	22	23	24	9	UL2-a2	São Bento
		25	26	27	28	29	30	1	10	UL2-a3	Cismas do Oriente e do Ocidente
	Dezembro	2	3	4	5	6	7	8	11	UL2-a4	Reforma Protestante
9		10	11	12	13	14	15	12		Aula sobre o Natal	
16		17	18	19	20	21	22			Atividades Escolares	
23		24	N	26	27	28	29				
	30	31									
Total de aulas previstas no 1º período: 14											
2º Período (De 6 de Jan a 27 de Mar)	Janeiro			1	2	3	4	5			
		6	7	8	9	10	11	12	13		Natal Ortodoxo
		13	14	15	16	17	18	19	14	UL2-a5	A Bíblia
		20	21	22	23	24	25	26	15	UL2-a6	Ecumenismo
	Fevereiro	27	28	29	30	31	1	2	16	UL2-a7	Síntese e avaliação da Unidade Letiva
		3	4	5	6	7	8	9	17	UL3-a1	Introdução à Unidade Letiva (Filme)
		10	11	12	13	14	15	16	18	UL3-a2	Continuação do filme
		17	18	19	20	21	22	23	19	UL3-a3	Liberdade: desejo humano
		24	C	26	27	28	29	1			
	Março	2	3	4	5	6	7	8	20	UL3-a4	Liberdade e opção pelo bem
		9	10	11	12	13	14	15	21	UL3-a5	Manipulações da liberdade
		16	17	18	19	20	21	22	22	UL3-a6	Condicionamentos à liberdade
		23	24	25	26	27	28	29	23	UL3-a7	Páscoa: Itinerário de Libertação
	30	31									
Total de aulas previstas no 2º período: 11											
3º Período (De 14 Abr a 9 Jun)	Abril					1	2	3	4	5	
		6	7	8	9	10	11	P	24	UL3-a8	Amor de Deus e liberdade humana
		13	14	15	16	17	18	19	25	UL3-a9	Síntese e avaliação da UL
	Maio	20	21	22	23	24	25	26	26	UL4-a1	UL 4 - Ecologia e Valores
		27	28	29	30	1	2	3	27	UL4-a2	UL 4 - Ecologia e Valores
		4	5	6	7	8	9	10	28	UL4-a3	UL 4 - Ecologia e Valores
		11	12	13	14	15	16	17	29	UL4-a4	UL 4 - Ecologia e Valores
		18	19	20	21	22	23	24	30	UL4-a5	UL 4 - Ecologia e Valores
Jun	25	26	27	28	29	30	31	31	UL4-a6	UL 4 - Ecologia e Valores	
	1	2	3	4	5	6	7				
	8	9									
Total de aulas previstas no 3º período: 9											
Visita de estudo de EMRC do 8º ano: 7 e 8 maio											
Total de aulas previstas no Ano Letivo: 34											

Mapa 1- Planificação de nível 1 e 2

Relativamente à planificação de nível 3 para a unidade letiva 3, a liberdade, planifiquei o seguinte:

PES - Planificação nível 3 - 8º F – Ano letivo 2019/2020						
Unidade Letiva 3 – A Liberdade						
Metas	Objetivos	Conteúdos	Aulas	Estratégias	Aulas Centradas	
					Prof	Aluno
L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.	1. Questionar o sentido da realidade enquanto espaço onde o ser humano exerce a sua liberdade.	Introdução à Unidade Letiva	1	Filme <i>O rapaz do pijama às riscas</i>		X
		Os conceitos de liberdade.		Preenchimento do guião de visionamento (parte1)		
		A liberdade desejo do ser humano.	2	Filme <i>O rapaz do pijama às riscas</i>	Preenchimento do guião de visionamento (parte2)	X
		Condicionamentos à liberdade e resposta do ser humano.	3	Filme <i>O rapaz do pijama às riscas</i>	Preenchimento do guião de visionamento (parte3)	X
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	2. Reconhecer que a consciência autónoma da pessoa deriva da sua condição de ser livre e está orientada para o bem.	A liberdade orientada para o bem.	4	PowerPoint com o relacionamento do filme <i>o rapaz do pijama às riscas</i> e a vida de Maximiliano Kolbe	X	
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.	3. Interpretar criticamente situações de manipulação da consciência humana. 4. Tomar consciência dos riscos das dependências.	Liberdade e manipulação Liberdade e autodestruição. As dependências que escravizam.	5	PowerPoint sobre níveis de liberdade.	X	
				Documentários sobre manipulação e dependências.		
				Diálogo com os alunos sobre estes temas		X

Mapa 2 – Planificação nível 3

PES - Planificação nível 3 - 8º F – Ano letivo 2019/2020
Unidade Letiva 3 – A Liberdade

Metas	Objetivos	Conteúdos	Aulas	Estratégias	Aulas Centradas	
					Prof	Aluno
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.	4. Tomar consciência dos riscos das dependências.	As dependências que escravizam a pessoa: Álcool; Drogas; Jogo; Consumo; Sexo; O uso constante do computador, da TV, dos Vídeo Games e do telemóvel.	6	PowerPoint sobre condicionamentos à liberdade Vídeos sobre dependências.	X	
				Reflexão sobre os vários tipos de dependências.		X
G. Identificar os valores evangélicos.	5. Interpretar a Páscoa como experiência de libertação. 6. Conhecer a mensagem cristã sobre a relação entre a bondade amorosa de Deus e a liberdade humana.	Páscoa: Itinerário de Libertação	7	Vídeo sobre a Páscoa como itinerário de libertação.	X	
				Dinâmica de viagem de libertação através de textos bíblicos		X
P. Identificar o fundamento religioso da moral cristã.	7. Tomar consciência da liberdade como um bem para a realização pessoal.	Amor de Deus e Liberdade humana	8	Parábola do Filho Pródigo	X	
				Trabalho individual sobre características da parábola		X
	Síntese e recapitulação e avaliação de temas da unidade letiva	Conceitos, níveis e obstáculos de liberdade. A liberdade como opção pelo bem. O amor de Deus que nos liberta.	9	Resumo em vídeo sobre o tema		X
				Quiz sobre a liberdade		X

Mapa 2 (continuação) – Planificação nível 3

Os critérios de avaliação foram os aprovados para o departamento de ciências sociais e humanas, onde se encontra a disciplina de EMRC.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Ano letivo 2019/2020

EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA

DOMÍNIOS	PARÂMETROS
Atitudes e Valores (20%)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Participação na aula / atividades ✓ Cumprimento de regras/ organização e cooperação na sala de aula/ atividades; ✓ Responsabilidade/empenho; ✓ Assiduidade/pontualidade.
Capacidades e Conhecimentos (80%)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Capacidade de expressão oral e escrita, utilizando corretamente a língua portuguesa e vocabulário específico da disciplina; ✓ Realização de trabalhos simples de pesquisa com recurso às tecnologias de informação e comunicação; ✓ Capacidade de interpretação de fontes e/ou documentos com linguagens diversas (textos, imagens, mapas, produções estéticas, tabelas cronológicas); ✓ Identificação de factos; ✓ Mobilização de valores e princípios éticos em situações diversificadas; ✓ Compreensão e identificação dos fundamentos da moral cristã; ✓ Identificação do contributo do cristianismo para a transformação da sociedade.

Mapa 3 – Critérios de avaliação

2.2- A ESCOLA E O ALUNO

As escolas não existem isoladas da comunidade circundante. Esse é um fator muito importante no ensino, é preciso saber o que ensinar, e como ensinar. Daí a importância e necessidade de conhecer bem a escola e os seus alunos para, em função disso, escolher os melhores métodos e também os conteúdos que possam ser mais interessantes e apelativos e que mais facilmente levem os alunos não só a querer aprender, como a aprender efetivamente.

A escola escolhida para a minha PES, foi a escola básica de 2º e 3º ciclo D. Dinis, em Leiria.

2.2.1- Caraterização da escola

A escola básica de 2º e 3º ciclo D. Dinis é a escola sede do agrupamento de escolas com o mesmo nome. Esta escola situa-se na zona urbana de Leiria, mais propriamente na Rua Dr. João Soares, ladeada por instalações do Instituto Politécnico de Leiria e também pela escola secundária de Francisco Rodrigues Lobo. Integram ainda este agrupamento, 3 jardins-de-infância: Barosa, Capuchos, e Guimarota; e 6 escolas básicas de 1º ciclo: Amarela, Branca, Guimarota, Arrabalde, Capuchos, e Barosa.

O agrupamento foi constituído em 13 de junho de 2003 com as escolas já referidas, e implantadas nas freguesias de Leiria e Barosa e resultou do anteriormente criado Agrupamento Horizontal de Leiria e Barosa, em 2001, com os 3 jardins-de-infância e as 6 escolas do 1º ciclo. Com o novo agrupamento surgiu um novo logótipo que conciliava o da escola-sede, representado na figura 1, com o do extinto Agrupamento Horizontal, que tinha por logótipo o representado na figura 2, resultando num outro que “aglutinava” os anteriores, como mostra a figura 3.



Fig 1- Logótipo da escola sede de agrupamento



Fig 2 – Logótipo do extinto agrupamento horizontal



Fig 3 – Logótipo do Agrupamento

Em 2018, por altura do 50º aniversário da escola básica D. Dinis, o agrupamento decide-se pela renovação da sua imagem, criando novas linhas para o logótipo, continuando, no entanto, a mesma simbologia do anterior, que reflete a sua inspiração naquilo que a rodeia: a cidade com o seu castelo, o pinhal de leiria, e a memória histórica associada a este povo leiriense.

Portanto, à data da minha PES, este era o logótipo do agrupamento de escolas D. Dinis, de Leiria, do qual a escola básica de 2º e 3º ciclo é a sua sede:



Fig 4 – Logótipo atual

A escola tem como patrono D. Dinis, pelo reconhecimento a este rei português, por aquilo que fez pelas gentes desta região, tendo marcado positivamente a história desta cidade e desta região. É de salientar também a influência cultural que este rei teve, não apenas nesta região, como para todo o país, pela sua obra literária e também tem, especificamente, de algum modo, muito a ver com a disciplina de EMRC, pois, terá sido da sua responsabilidade a primeira tradução da Bíblia para a nossa língua, com a tradução, a partir da Vulgata dos vinte primeiros

capítulos dos Génesis. Também foi no seu reinado que as relações com a Santa Sé normalizaram após um período algo conturbado, no reinado de seu pai, Afonso III.

D. Dinis está desde o início ligado a esta escola. Em 1968, ano em que, por portaria do governo português, foram criadas as escolas preparatórias do ensino secundário, e em virtude do Decreto nº 487572 desse ano de 1968 designar que cada escola seria denominada segundo o patrono, a escola preparatória do concelho de Leiria escolheu como patrono D. Dinis e por isso ficou a chamar-se Escola Preparatória D. Dinis. Iniciava também com secção feminina.



Fig 5 – Patrono da escola



Fig 6 – Antigo Liceu Rodrigues Lobo

As primeiras instalações foram as que durante muito tempo tinham servido ao Liceu Rodrigues Lobo. Essas instalações, no dizer do seu primeiro diretor «eram, no seu interior, pouco mais que um montão de escombros»¹⁴. Eram, portanto, instalações insuficientes, que obrigaram à criação de uma secção no velho seminário e mais tarde, em 1975, a construção de pavilhões pré-fabricados que se foram progressivamente instalando junto ao rio Lis. A construção das instalações onde funciona atualmente a escola, foi concretizada nos anos de 1982/83, mas era uma promessa do Governo e da Câmara Municipal desde o seu início. As instalações iniciais passaram a funcionar como anexo às novas instalações, e depois como secção, tornando-se no ano letivo de 1984/85 como escola independente, com a designação de Escola Preparatória José Saraiva.

As instalações da escola atual eram constituídas até 1994 por quatro pavilhões dispersos, 3 de salas de aulas e 1 polivalente, e ainda um pavilhão gimnodesportivo. Nesse ano foi construído mais um pavilhão pré-fabricado com três salas de aulas, para fazer face à sobrepopulação escolar, derivada à grande procura que existia por parte dos alunos. A escola registava por essa altura 1.163 alunos matriculados, quando tinha sido projetada para cerca de 750.



Fig 7 – Pavilhão da escola sede do Agrupamento

¹⁴ Cf. <https://www.aeddinisleiria.edu.pt/pagina-exemplo/estabelecimentos/escola-basica-23-d-dinis/> consultado em 26/01/2020.

No Ano Letivo de 2011/12, o Relatório de Avaliação Externa das Escolas¹⁵ referia a existência de 1620 alunos no agrupamento, dos quais 803 no 2º e 3º ciclo, na Escola Básica D. Dinis, divididos por 35 turmas.

No ano de realização da PES, a escola continuava a ter um espaço limitado para o número de alunos que tinha, a que não são alheias as reformas curriculares que se têm efetuado, e também a procura da população que continua a ser bastante. A população escolar, nesse ano letivo de 2019/20 era de 754 alunos, distribuídos pelas 31 turmas do 2º e 3º ciclos, conforme gráfico seguinte:

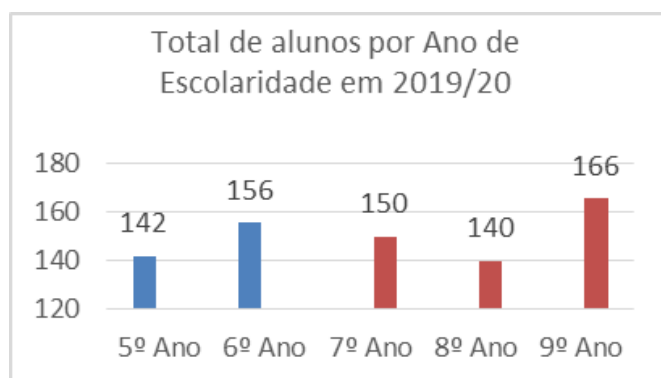


Fig 8- Número de alunos no ano letivo 2019/20

A escola D. Dinis tinha parcerias com várias instituições da cidade, das quais se podem destacar a que tinha com o Estabelecimento Prisional de Leiria para a formação de adultos e com o Orfeão de Leiria no ensino articulado com a música. Internamente, a escola dispunha de vários clubes e projetos dos quais posso destacar o projeto Nacional de Cinema, que era dinamizado pelo Orientador Cooperante deste estágio, o professor António Eusébio.

A população escolar do Agrupamento era de nível médio-alto. Segundo o Relatório atrás citado¹⁶, 76,9% dos alunos não beneficiavam de qualquer apoio da Ação Social Escolar e cerca de 84% dispunham de computador com ligação à internet. Relativamente às profissões dos encarregados de educação, o relatório refere que das 72,4% identificadas, 51,4% exercem atividades profissionais de nível superior e intermédio.

Dois dos aspetos mais importantes para o Agrupamento são o sucesso escolar e a inclusão. O então candidato a diretor, e à data, o diretor do Agrupamento de Escolas D. Dinis, referia em

¹⁵ Cf. Inspeção Geral da Educação e Ciência, «Avaliação externa das escolas – Relatório do Agrupamento de Escolas D. Dinis – Leiria 2011/12», acedido a 26/01/2020, https://www.igec.mec.pt/upload/AEE_2012_Centro/AEE_12_Ag_D_Dinis_R.pdf.

¹⁶ Cf. Inspeção Geral da Educação e Ciência, Avaliação externa das escolas – Relatório do Agrupamento de Escolas D. Dinis – Leiria 2011/12», acedido a 26/01/2020, https://www.igec.mec.pt/upload/AEE_2012_Centro/AEE_12_Ag_D_Dinis_R.pdf.

2018 a intenção de melhorar a qualidade do sucesso escolar¹⁷. Pois, sendo apenas o insucesso escolar de 2%, via necessidade de melhorar a qualidade desse sucesso pela melhoria das instalações, mas sobretudo pela formação do pessoal docente e não docente.

Outro dos aspetos relevantes para o Agrupamento era a inclusão. Referia o diretor nesse projeto de intervenção¹⁸ que, para além da nacionalidade portuguesa, havia outras 12 num total de 59 alunos em todo o agrupamento. A manutenção da Turma de Acolhimento Internacional (TAI) fazia parte da promoção do sucesso escolar. A diversidade cultural era uma mais-valia para oferta educativa da escola. Ainda no que diz respeito à inclusão, há a referir os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), com especial enfoque nos surdos, que dispunham de uma equipa formativa multidisciplinar e muito profissional, com muito dinamismo, no Agrupamento há 25 anos. Prova desse dinamismo foi o vídeo realizado pela equipa de Língua Gestual Portuguesa do Agrupamento, por altura do Natal, que atingiu as cerca de 30.000 visualizações no youtube¹⁹.

No que diz respeito à disciplina de EMRC, ela está bastante bem enraizada junto dos alunos, apesar do seu carácter opcional. No início do Ano Letivo de 2019/20 o número de alunos inscritos em EMRC era o que mostra o gráfico seguinte:

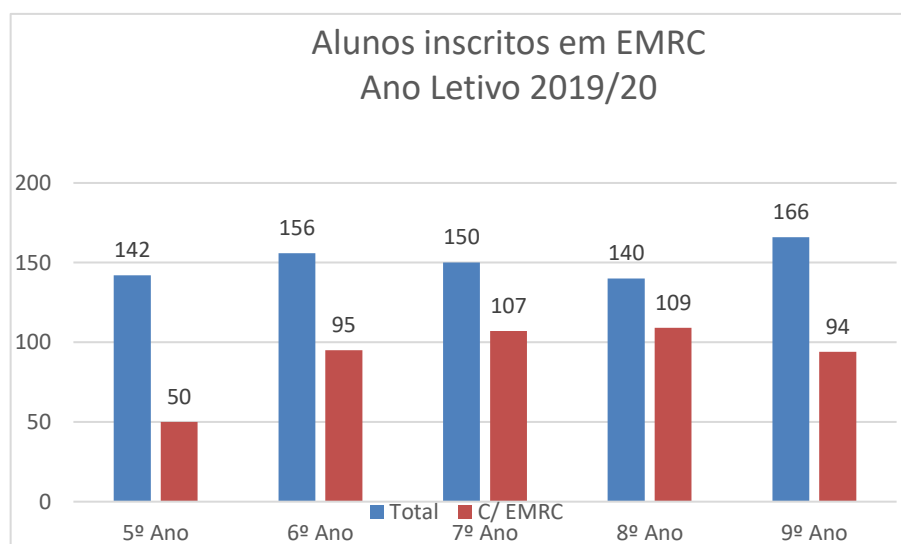


Fig 9 – Número de alunos que frequentam a disciplina de EMRC no ano letivo 2019/2020

¹⁷Cf. Jorge Filipe Bandeiras de Oliveira Camponês, «Projeto de Intervenção 2018-2022 – Agrupamento de Escolas D. Dinis – Leiria», abril de 2018, acedido em 26/01/2020, https://www.aeddinisleiria.edu.pt/wp-content/uploads/2019/04/Projeto-de-Interven%C3%A7%C3%A3o-do-Diretor-2018_2022.pdf.

¹⁸Cf. Jorge Filipe Bandeiras de Oliveira Camponês. «Projeto de Intervenção 2018-2022 – Agrupamento de Escolas D. Dinis – Leiria».

¹⁹ Cf. https://www.youtube.com/watch?v=7k4joDO_9DQ.

2.2.2- Caraterização da turma

A PES aconteceu na turma do 8º F da Escola Básica de 2º e 3º ciclos D. Dinis, em Leiria. Era uma das 6 turmas do 8º Ano e tinha no total 23 alunos. Destes 23 alunos, apenas 3 optaram por não ter a disciplina de EMRC.

Portanto, a turma destinatária da PES era composta de 20 alunos, e foi apenas sobre estes que incide a caraterização da turma. Destes 20 alunos, 12 são do sexo masculino e 8 do sexo feminino. As suas idades estão compreendidas entre os 13 e os 16 anos de idade, conforme gráfico seguinte:

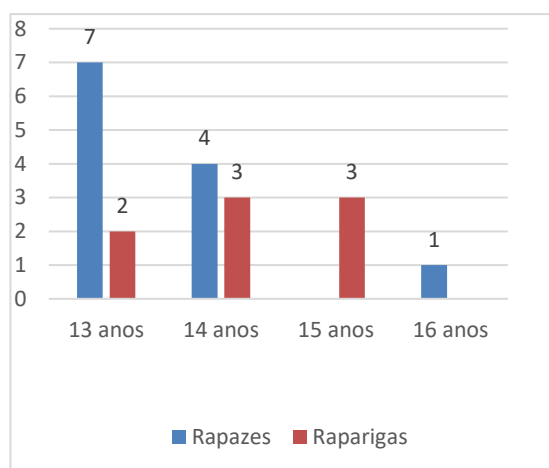


Fig 10 – Número de rapazes e raparigas, por idades

Quase metade da turma tem a idade de 13 anos (9 alunos) e 80% dos alunos tinha 13 ou 14 anos (16 alunos), o que significa que apenas quatro alunos ficavam fora da faixa etária 13/14 anos. Dos seis pais de alunos que tinham registada a sua idade, apenas um estava acima dos 50 anos, dois entre os 30 e os 40 e três entre os 40 e os 50. No que diz respeito às mães, das treze que tinham registada a sua idade nove tinham entre 40 e 50 anos e quatro entre 30 e 40 anos de idade. Dos alunos que responderam quantos irmãos têm, sete não têm irmãos, um tem 3, dois têm 2 irmãos e há quatro que têm 1 irmão. De salientar que destes 20 alunos havia 4 alunas que estavam institucionalizadas no Lar de Santa Isabel. Havia também na turma 3 alunos com necessidades educativas especiais, mas que não evidenciavam qualquer relevo nesta disciplina. Os encarregados de educação destes alunos eram quase na totalidade as suas mães. Apenas no caso de 5 alunos é outra pessoa que não a mãe, mas também não era o pai. As habilitações literárias dos seus progenitores eram na sua maioria o 12º Ano, havendo 2 pais e 8 mães com estas habilitações. Apenas o pai de um dos alunos e duas mães tinham cursos superiores. O pai de um aluno e duas mães tinham apenas o Ciclo Preparatório. Relativamente à profissão dos pais há um professor universitário, um empresário e uma gerente de hotel, três administrativas e várias profissões como motorista (3), oleiro (2) empregado comercial, carpinteiro, que

revelam a proveniência dos alunos da classe média-baixa, em contraste com aquilo que acontece com a generalidade da escola em que a proveniência é de classe média-alta. Havia na turma 4 alunos que no seu percurso escolar já sofreram retenções. Um deles já por duas vezes: no 2º e no 6º ano. A turma, apesar de não parecer ter alunos “brilhantes” do ponto de vista do sucesso escolar, tem alunos interessados e amigos dos seus colegas, embora por vezes com “discussões” e rivalidades entre eles. Pela profissão desejada por eles pode aferir-se da sensibilidade que colocam na idade da infância: dois deles dizem gostar de vir a ser educador de infância e outros dois pediatras. Também pelas qualidades que admiram num professor destaca-se a simpatia, que é quase uma qualidade unânime dos professores, para estes alunos.

Concluindo, tratava-se de uma turma, em que os alunos, na sua maioria eram oriundos das proximidades da escola. Ao contrário da generalidade dos alunos da escola, provinham de famílias de classe média-baixa, mas são alunos que não são problemáticos, são respeitadores e cumpridores das regras, motivados e interessados em estar na escola e aprender.²⁰

3.1 - LECIONAÇÃO DA UNIDADE LETIVA DE REFERÊNCIA: A LIBERDADE

Das quatro unidades letivas previstas no programa de EMRC para o 8º ano, escolhi para unidade letiva de referência, a que tem por tema a liberdade. Escolhia-a, porque penso que é o tema mais significativo e ao mesmo tempo interessante, para os alunos destas idades. Embora o tema do amor, tal como os outros dois se adequem, igualmente, muito bem.

Outra das razões que me levou a optar por este tema, foi o facto de preferir lecionar aulas só depois de conhecer um pouco melhor a turma e o ambiente escolar. Por esta razão foi o Orientador Cooperante quem começou por fazer a leção da primeira unidade letiva: o amor, embora também eu tivesse preparado e lecionado uma dessas aulas.

Para a leção desta unidade letiva, combinei com o Orientador, o professor António Eusébio, partir do visionamento do filme *O rapaz do pijama às riscas* para explorar esta temática. É um filme que tem por base o tema da amizade e da liberdade e permite uma analogia muito interessante e provavelmente muito eficaz, com a vida do padre Maximiliano Kolbe, um exemplo de liberdade, que devemos conhecer e aprender com ele. Portanto, foi intenção minha que o filme, com o exemplo do padre Kolbe, acompanhasse bastante as aulas desta unidade letiva.

²⁰ Estes dados foram retirados do documento existente no Agrupamento, disponibilizado aos diretores de turma *Ficha de Caracterização do Aluno e do Contexto Familiar – 3.º Ciclo*, ao qual tive acesso.

As estratégias a utilizar foram aquelas que no decorrer da lecionação da primeira e segunda unidade letiva, achei que tinham melhores resultados: atividades com participação dos alunos em que pudessem ser ativos e ao mesmo tempo alunos aprendentes. No decorrer da lecionação desta unidade letiva surgiu a pandemia e conseqüente suspensão das aulas presenciais. O que estava planejado teve forçosamente de ser alterado, pois, mesmo havendo aulas à distância, nunca poderiam ocorrer da mesma forma. Em consequência disso, esta unidade letiva apresenta três fases distintas: uma em que houve algumas aulas presenciais; outra em que as aulas foram à distância, através dos meios que a escola considerou mais vantajosos e oportunos, preparadas tendo em conta a temática a desenvolver, com uma pequena reflexão; e a terceira, uma atividade dedicada a um tema que estava a explorar noutra disciplina, para aplicar nesta turma. Penso que só faria sentido fazer essa atividade com este tema, como estava preparada, em regime presencial, de qualquer das formas achei por bem incluir também a sua planificação e reflexão, embora não tivesse ocorrido, de facto, a sua lecionação.

3.2-AULAS PRESENCIAIS


Estavam previstas 9 (nove) aulas presenciais para esta unidade letiva, conforme planificação de níveis 1 e 2, constante no mapa1. Isso não aconteceu por motivos inesperadamente excepcionais, mas ainda houve cinco aulas presenciais relativas a esta unidade letiva 3, sobre a liberdade.

3.2.1- Aula 1 – A liberdade no filme O rapaz do pijama às riscas.

A primeira aula desta unidade letiva, sobre a liberdade, ocorreu no dia 4 de fevereiro, com a seguinte planificação:

Nível: 8º ano Unidade Letiva: A Liberdade Lição: 17 (aula 01 da UL 03) Data: 04/02/2020 Ano Letivo: 2019/2020

Sumário: Introdução à Unidade Letiva 3: A liberdade. Visionamento do filme *O rapaz do pijama às riscas* e preenchimento do guião de visionamento.

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino-aprendizagem	Materiais		Avaliação formativa
L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.	1. Questionar o sentido da realidade enquanto espaço onde o ser humano exerce a sua liberdade.	· Os conceitos de liberdade.	Acolhimento: -Receção aos alunos. -Registo do sumário	Quadro, Caneta, Caderno diário,	05'	Pontualidade, Motivação, Interesse.
			Introdução à Unidade Letiva 3: A liberdade. -A liberdade como desejo de qualquer ser humano. -Conceito que vamos conhecendo melhor à medida que vamos crescendo. -Vamos perceber melhor o que é a liberdade através das várias perspetivas propostas pelo filme: <i>O rapaz do pijama às riscas</i> .		05'	Atenção.
			Início de visionamento do filme e preenchimento individual do guião de visionamento. (Anexo 1)	Computador, Projetor, filme	35'	Comportamento, Interesse.

Mapa 4 – Planificação nível 4, aula 1

O principal objetivo desta aula era conhecer melhor o ambiente em que viveu e morreu o padre Kolbe, para a partir daí compreender melhor o seu exemplo de vida. Penso que, o filme

que vimos, é um filme que pode reportar os alunos para essa época em que a liberdade foi um assunto em destaque, pelas circunstâncias em que a sua ausência, nomeadamente do ponto de vista físico e social foi marcante nas pessoas. É importante conhecer esta fase da história para conhecer melhor a liberdade e o seu valor. Ao mesmo tempo percebemos melhor o gesto de Maximiliano Kolbe e a sua capacidade de ser livre.

Para um acompanhamento mais eficiente do filme, e das ideias e valores que nos pode transmitir, elaborei um guião para que cada aluno fosse preenchendo, à medida que o filme se fosse desenrolando. Desta forma os alunos mantinham-se mais atentos, o que possibilita uma melhor compreensão do tema e uma maior rentabilidade do tempo que demora o filme, que é bastante. Penso que esta estratégia resultou bem, porque, pareceu-me que, na realidade, a resposta às questões, que eram simples os ajudou a “entrar” na história do filme.


Na opinião do Orientador Cooperante, o professor António Eusébio, esta estratégia de os ajudar através do guião a “ver” o filme, normalmente resulta bem, e é uma forma de os chamar à atenção para assuntos que achamos importantes. Com referência a alguns pormenores, e com questões simples, podemos “sublinhar” aspetos, que sem eles passariam despercebidos. O tempo longo do filme também os pode dispersar, e esta é uma maneira de os manter atentos.

Foi uma aula preenchida praticamente na totalidade com o visionamento do filme, mas penso que foi importante para o tema desta unidade letiva. O filme pode ser uma mais-valia para a sua compreensão. O seu visionamento em grupo também me pareceu importante. Mesmo que alguns conheçam já o filme, as suas reações e manifestações na turma são um contributo para a aprendizagem a fazer em grupo.

3.2.2- Aula 2- Limites à liberdade

A segunda aula foi preenchida com a continuação de visualização do filme. Teve a planificação do quadro que se segue:

Sumário: Limites à liberdade. Visionamento do filme *O rapaz do pijama às riscas* (continuação) e preenchimento da 2ª parte do guião de visionamento.

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino-aprendizagem	Materiais		Avaliação formativa
L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.	1. Questionar o sentido da realidade enquanto espaço onde o ser humano exerce a sua liberdade.	· Condicionamentos à liberdade e resposta do ser humano.	Acolhimento: -Receção aos alunos. -Registo do sumário Visionamento do filme <i>O rapaz do pijama às riscas</i> (continuação) e preenchimento individual do 2º guião de visionamento. (Anexo 2)	Quadro, Caneta, Caderno diário, Computador, Projetor, filme.	03' 42'	Pontualidade, Motivação, Interesse. Comportamento, Interesse.

Mapa 5 – Planificação nível 4, aula 2

Depois de uma introdução à história do filme, que aconteceu na aula anterior, com o conhecimento de personagens e ambiente em que decorre, pudemos começar a verificar a centralidade dos temas aí tratados, que sugerem, sobretudo, os limites à liberdade, nomeadamente a um nível físico, material e também social. O desenrolar da história mostramos a liberdade, ou falta dela, vista na perspetiva das duas personagens centrais do filme: os dois rapazes: Bruno e Shmul. Os dois separados por uma cerca de arame que delimita o campo de concentração e que, no fundo, são o grande obstáculo físico à sua vivência de liberdade. Bruno, que vive num ambiente livre, apenas com a recomendação dos pais de não brincar junto do campo de concentração, de modo a não conhecer a verdade do que ali se passava, que acaba por ser também um limite à liberdade. No entanto, o desejo de ser livre e vontade de explorar o espaço levam-no a conhecer Shmul, no outro lado da cerca, e iniciar com ele uma história de amizade. O facto de Bruno não ter amigos com quem brincar, levam-no a pensar que é o seu amigo, do outro lado da cerca, no campo de concentração, que vive em liberdade, porque tem com quem brincar. Shmul, mais consciente da sua situação, está ali simplesmente porque é judeu e sabe que os arames que delimitam a cerca são os limites da sua liberdade. Há outras circunstâncias no filme que nos apelam para aspetos que podem ser limitadores de liberdade. Refiro-me, por exemplo, na falta de verdade do que conta o pai de Bruno à família, sobre o que se passa no campo de concentração. Também, numa fase mais adiantada do filme, Bruno “se vê obrigado a mentir”, quando diz ao militar que desconhece o seu amigo, com medo, por causa das consequências. O filme mostra-nos, também, que o medo é um dos grandes obstáculos à liberdade. O guião, a que já fiz referência, para preenchimento dos alunos e acompanhamento desta parte do filme tem em atenção passagens que se relacionam com o tema dos limites da liberdade. Para além destes aspetos individuais da liberdade, *O rapaz do pijama às riscas* reporta-nos para uma época da história em que a liberdade social foi amplamente sacrificada. Notei que alguns dos alunos não estavam suficientemente familiarizados com situações que o filme retratava. É o caso, por exemplo, de um campo de concentração. Penso que, por isso, este

filme os ajudou a perceber melhor, quer a personalidade de Maximiliano Kolbe, quer a situação que viveu e o testemunho de liberdade que nos deixou.

Na apreciação e comentários que o professor António Eusébio fez sobre esta aula o que mais retive foi a experiência do medo como obstáculo à nossa liberdade. Na relação com os outros, e na nossa vivência diária, o medo que experimentamos, que é também um aspeto da condição humana, não nos deixa ser suficientemente livres. A experiência da liberdade, que vamos conseguindo, por outro lado, faz com que tenhamos cada vez menos medo. Há, portanto, uma relação bastante estreita entre medo e liberdade.

Penso que esta aula trouxe ensinamentos bastante positivos, do ponto de vista prático, que os alunos vão necessitar, no dia-a-dia, nas suas vidas. Trata-se de um filme, que pode trazer consequências positivas para cada um destes alunos, do modo como vêm a liberdade e os seus limites.

3.2.3- Aula 3- A liberdade, desejo do ser humano

A terceira aula teve como planificação o seguinte:


Nível: 8º ano Unidade Letiva: A Liberdade

Lição: 19 (aula 03 da UL 03)

Data: 18/02/2020

Ano Letivo: 2019/2020

Sumário: A liberdade, desejo do ser humano. Conceitos de liberdade e livre arbítrio. Preenchimento individual de frases sobre esta temática.

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino-aprendizagem	Materiais	 Avaliação formativa	
L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.	1. Questionar o sentido da realidade enquanto espaço onde o ser humano exerce a sua liberdade.	<ul style="list-style-type: none"> - Os conceitos de liberdade e livre arbítrio; - A liberdade orientada para o bem; - Definição de bem e "bem maior"; - Condicionamentos à liberdade e resposta do ser humano. 	Acolhimento: -Receção aos alunos. -Registo do sumário -Canção https://www.youtube.com/watch?v=MiwuSg-Pcac	Quadro, Caneta, Caderno diário, Computador, Projetor	10'	Comportamento Pontualidade, Motivação, Interesse.
			Leitura de texto, em forma de diálogo -Mensagem de Maximiliano Kolbe para esta Unidade Letiva. (Página 64 do Manual) -Projeção de slide com imagens do filme "o rapaz do pijama às riscas" e "vida por vida"	(Anexo 3)	05'	Atenção, Interesse.
			Preenchimento individual de frases sobre a liberdade -Distribuição aleatoriamente por cada um dos alunos de uma frase dentro de um envelope, sendo: 3 X 2 (6) frases em papel branco 3 frases em papel amarelo 3 frases em papel verde 3 frases em papel azul 3 frases em papel rosa 2 frases em papel laranja -Leitura atenta e em silêncio, e resolução do que é pedido em cada uma das frases. -Partilha das frases preenchidas, pela ordem atrás referida (do branco ao laranja).	Envelopes (Anexo 4)	05'	Comportamento
			Síntese - Todos desejamos ser livres. Ser livre é procurar o bem maior , o bem próprio e dos outros, o bem da humanidade.		20'	Comportamento Interesse, Motivação, Participação.
					05'	

Mapa 6 – Planificação nível 4, aula 3

Nesta terceira aula, dedicada ao tema da liberdade, fizemos uma pausa na visualização do filme *O rapaz do pijama às riscas* para continuar o tema da liberdade, mas a liberdade como desejo profundo do ser humano. Nessa perspetiva era importante começar a falar da diferença entre liberdade e livre arbítrio, da liberdade como orientação para o bem, fruto desse desejo a que todo o ser humano aspira, na relação e dependência de uma maior responsabilidade e autonomia. Mais liberdade implica maior consciencialização, mais responsabilidade, e resulta em maior autonomia. Mas essa liberdade só assim pode ser considerada se for orientada para o

bem, caso contrário pode ser vista apenas como uma livre escolha que tem em conta interesses pessoais, que em última análise poderá conduzir à escravidão, das próprias escolhas. A liberdade como orientação para o bem, o bem comum, é a realização da própria liberdade porque o ser humano só se realizará nessas escolhas orientadas para um bem maior que implica valores como a verdade, a justiça e solidariedade. Por isso essas escolhas só serão feitas por um ser humano verdadeiramente livre, consciente e com capacidade para as fazer. Os obstáculos são muitos, mas só na concretização desse desejo implícito de liberdade no ser humano, é que ele se realiza como pessoa.

A estratégia para abordar esta temática, que não é fácil, passou por aproveitar algumas das situações referidas no filme que estávamos a ver, a introdução da personalidade do padre Maximiliano Kolbe, e a canção dos *The lighthouse family, I wish I knew how it would feel to be free*,²¹ uma canção que nos fala desse desejo singular do ser humano, que é o desejo de liberdade e que serviu de introdução à aula. Após a escuta inicial da canção, que provavelmente os alunos conheciam, mas que não terão relacionado com o tema, e por isso lhe serviu de mote, juntamente com a leitura da mensagem do padre Kolbe, que se encontra no manual da disciplina²², tínhamos os elementos que nos possibilitavam uma reflexão sobre esta temática da liberdade. Nesse sentido, preparei imagens do filme que estávamos a ver e imagens de um filme sobre a vida do padre Kolbe, para que houve essa “transposição” do que vimos para a mensagem que acabávamos de escutar. Pensei, também, um conjunto de frases incompletas relacionadas aos elementos atrás referidos, que seriam distribuídas aleatoriamente por cada um dos alunos, para as completarem segundo os elementos fornecidos. As frases estavam inscritas em papel de cores diferentes, de modo que, pela partilha de cada uma dessas mensagens, pelos alunos, fossemos descobrindo o sentido da “verdadeira liberdade”. O objetivo era reconhecer que todos desejamos ser livres, mas ser livre não é apenas escolher o que é bom para si próprio, mas o que é bom para todos, para a humanidade.

Quando estava a escolher as frases, pensei que poderia fazer uma para cada um dos alunos, e desta forma todos participavam de igual modo. Esta escolha não se revelou eficaz, pois apesar de cada aluno ter a sua frase isso não foi suficiente para que estivesse “agarrado” à aula. As frases de todos os outros colegas não tiveram impacto e significado, e desta forma foi uma estratégia que não correu bem. A aula desde o início que não correu bem. Houve atrasos no início da aula, como era aula assistida pelos docentes supervisores da PES, da Faculdade de Teologia da Universidade Católica, essa situação provocou-me alguma ansiedade, na sua

²¹ *Gostaria de saber qual a sensação de ser livre.* (A tradução é minha)

²² SNEC, *Quero Descobrir!-Manual de EMRC do 8º Ano* (Lisboa: 2015), 64.

gestão. A par de outras situações que foram ocorrendo, como alguns esquecimentos dos alunos que estavam escolhidos para ler, omissão de atividades que estavam previstas na planificação, deficiente explicação do que se pretendia com a atividade de preenchimento das frases, a aula não teve o ritmo que esperava quando a planifiquei. No final da aula senti-me triste porque não correspondeu às expectativas que nela depositei.

Na apreciação que os docentes da Faculdade de Teologia fizeram à aula, apontaram a falta de ritmo e convicção como principais fatores para que não corresse bem. A estratégia também não foi bem escolhida. A professora Cristina Sá Carvalho referiu ser este tema da liberdade um tema difícil, e a comunidade escolar é cada vez mais exigente e por isso espera desta disciplina de EMRC uma resposta que venha de encontro às suas expectativas. A aula precisava ser mais bem preparada e mais “musculada” porque a liberdade é um tema atual, com grande influência na vida dos jovens e das suas escolhas. Estão vinculados a uma cultura e precisam refletir as suas decisões no seio desta cultura, por exemplo na utilização de jogos, aprender a ter a liberdade de saber parar. Necessitam aprofundar os conceitos relativos à liberdade. Nesse sentido, fez-me o desafio de pensar estratégias que pudessem ter um melhor resultado na abordagem a esse tema.

Quando pensei esta estratégia, como referi, achei que uma frase para cada um poderia ser vantajoso para a participação de cada um na aula. Mas isso não se verificou, pelo contrário, foi motivo de falta de ritmo, e provocou desinteresse aos alunos. Perante o que aconteceu, provavelmente, escolheria menos frases, ou até pequenos textos, que grupos de alunos pudessem refletir e depois partilhar e analisar com a totalidade da turma. Esses textos poderiam inclusivamente ser projetados e todos liam e estavam com mais atenção, porque um dos aspetos que, na minha perspectiva falhou, foi a deficiente qualidade da informação que chegou aos alunos, quer pela deficiente leitura das mensagens que era feita por eles, quer pela predisposição dos alunos para ouvir. Com a projeção no ecrã essa qualidade poderia melhorar e os conceitos a trabalhar, certamente, seriam mais apreendidos.

Também o professor Juan Ambrósio corroborou aquilo que a professora Cristina tinha referido e falou da importância de discernir bem os conceitos de liberdade e livre arbítrio. É este tipo de reflexões que a disciplina de EMRC pode dar aos alunos, na escola pública, e contribuir decisivamente para a educação integral dos jovens. É importante trabalhar estes assuntos, reforçar os métodos de trabalho para transmitir conhecimentos sólidos e convincentes, porque a disciplina tem um lugar bastante importante na escola. A exigência dos alunos também necessita uma maior preparação dos professores. As aulas, mais ou menos bem conseguidas,

terão que ser sempre motivo de aprendizagem, pela reflexão necessária que se deve fazer de cada uma delas.


Penso que esta aula, na minha perspetiva foi, sobretudo, um momento de aprendizagem para mim. Reconheço que, para os alunos, possa não ter sido interessante, pelas diversas falhas que ocorreram, e estratégia mal escolhida e aplicada, mas para mim valeu por aquilo que aprendi nas críticas que me foram feitas, e também pela relação com os alunos, que foi possível aprofundar.

3.2.4-Aula 4 - A liberdade como opção pelo bem

Na quarta aula, voltámos à visualização do filme, que vínhamos vendo, para terminar. A planificação da aula foi a que se encontra no mapa da página seguinte:

Nível: 8º ano Unidade Letiva: A Liberdade Lição: 20 (aula 04 da UL 03) Data: 03/03/2020 Ano Letivo: 2019/2020

Sumário: A liberdade como opção pelo bem. Conclusão de visionamento do filme *O rapaz do pijama às riscas* e preenchimento do 3º guião de visionamento. O gesto de liberdade de Maximiliano Kolbe. Entrega das autorizações para a visita de estudo.

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino-aprendizagem	Materiais	 Avaliação formativa	
L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.	1. Questionar o sentido da realidade enquanto espaço onde o ser humano exerce a sua liberdade.	· A liberdade orientada para o bem.	Acolhimento: -Receção aos alunos. -Registo do sumário	Quadro, Caneta, Caderno diário,	03'	Pontualidade, Motivação,
			Conclusão de visionamento do filme <i>O rapaz do pijama às riscas</i> e preenchimento individual do 3º guião de visionamento. (Anexo 5)	Computador, Projetor, filme.	20'	Comportamento, Interesse.
			A liberdade como opção pelo bem - Analogia do filme que vimos, com as opções de liberdade que o padre Maximiliano Kolbe assumiu na sua vida.		20'	Compreensão, Interesse.
			Síntese -Viver em liberdade é ser capaz de rejeitar o mal e procurar o bem.		02'	

Mapa 7 – Planificação nível 4, aula 4

Depois deste tempo “em suspenso”, alguns alunos confessaram que estavam curiosos por saber como terminava o filme e viram-no individualmente, em casa. Em diálogo com o Orientador Cooperante, pareceu-nos que era importante concluir o seu visionamento em grupo, na aula, e a partir dele tirar conclusões sobre a liberdade como opção pelo bem.

Para esta parte final, apesar de restarem apenas alguns minutos, preparei igualmente um guião que serviu de acompanhamento ao filme, e que os alunos preencheram. O seu preenchimento continuou a ser feito com a resposta a perguntas muito simples, sobre o desenrolar do filme, mas visava aspetos sobre o tema que importava desenvolver nesta aula: a liberdade como opção pelo bem. Todo o filme nos ajuda a perceber, e nos transporta para a opção radical pelo bem, feita pela personalidade que nos acompanha nesta unidade letiva, o padre Maximiliano Kolbe, mas sobretudo a parte final do filme nos permite essa analogia. Era importante ficar claro que o filme se trata de uma obra de ficção, baseada em factos que poderão

não ter acontecido, pelo menos como são relatados, mas é um meio que nos leva a situações reais da vida humana em que alguém, neste caso o padre Kolbe, teve a coragem de fazer uma opção difícil de escolher o bem e nessa escolha que fez, ser para nós exemplo de escolha plenamente livre. É um exemplo, de certa forma extremo, mas que nos permite perceber e clarificar o verdadeiro sentido da liberdade. A liberdade, que a um nível físico e social estava completamente ausente, mas que ao nível espiritual se fez vincadamente presente. Isto nos faz perceber, e nos ajuda a mostrar aos alunos que a liberdade implica necessariamente uma opção pelo bem, não apenas pelo bem próprio, mas pelo bem comum: o bem de todos que é o bem para a humanidade. A liberdade vista desta forma, certamente, ajudará os alunos, pela vida fora, a vivê-la, ou pelo menos a tentar aplicá-la nas suas vidas, mais conscientes do verdadeiro sentido de liberdade no ser humano. A liberdade deixa de ser aquela escolha que quero e posso fazer, para se transformar em algo que liberta verdadeiramente quando escolho livre e conscientemente o que é bom.

Penso que foi uma aula positiva, que atingiu os objetivos a que se propunha: posicionar o conceito de liberdade numa perspetiva que achamos mais correta e consciencializar os alunos sobre este aspeto. Não foi uma aula com muitas explicações e teorias, mas parece-me que uma história, como aquela que nos é narrada no filme pode ajudar a perceber melhor os conceitos para mais facilmente os pôr em prática.

A educação, concretamente nesta disciplina de EMRC, visa a mudança e a transformação para uma vida melhor, vida com sentido. As reações dos alunos, no final do filme, são sinal de que há essa transformação que se pretende. Uns gostaram mais, outros gostaram menos, uns gostaram mais deste ou de outro aspeto do filme, mas é notório que os fez refletir sobre aspetos da vida humana, nomeadamente na sua dimensão de liberdade.

Na apreciação à aula e também ao filme, o Orientador Cooperante, o professor António Eusébio, é de opinião que a partir de um filme se podem extrair aspetos a trabalhar na aula sobre os temas que se pretendem abordar. É bom que o filme seja escolhido tendo em conta a realidade da turma, e pode trazer vantagens à aprendizagem dos alunos, relativamente a aulas demasiado expositivas por parte do professor, quando se consegue explorar dele temas que lhes interessam e que estão previstos no programa. A imagem e o movimento podem ter uma influência muito positiva na apreensão de conteúdos por parte dos alunos. É importante o acompanhamento e “leitura” adequada do filme, daí a relevância do seu visionamento ser feito em grupo, simultaneamente na sala de aula, com o auxílio de um guião que se apresenta, normalmente, muito positivo para a compreensão dos temas em aprendizagem.

Apesar de ser um filme algo longo, que foi visto num largo espaço de tempo, nas aulas, creio que é um bom meio de abordagem ao tema da liberdade, e assunto desta unidade letiva central do programa do 8º ano.

3.2.5- Aula 5 - Desejo de ser livre e níveis de liberdade

A quinta aula da unidade letiva foi preparada com a seguinte planificação:


Nível: 8º ano Unidade Letiva: A Liberdade

Lição: 21 (aula 05 da UL 03)

Data: 10/03/2020

Ano Letivo: 2019/2020

Sumário: O desejo de ser livre. Níveis de liberdade. Impressões e expressões de liberdade.

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino-aprendizagem	Materiais		Avaliação formativa
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	2. Reconhecer que a consciência autónoma da pessoa deriva da sua condição de ser livre e está orientada para o bem.	<ul style="list-style-type: none"> A consciência moral; Heteronomia e autonomia morais; A opção pelo bem; “Os fins não justificam os meios.” O discernimento e o juízo crítico. 	Acolhimento: -Receção aos alunos. -Registo do sumário	Quadro, Caneta, Caderno diário,	05'	Comportamento Pontualidade.
			Visualização de apresentação, em forma de vídeo - A águia e a galinha. Adaptação da história da página 68 do manual. - Diálogo com os alunos sobre alguns dos aspetos de que nos fala esta história.	Computador, Projetor (Anexo 6)	05'	Atenção, Interesse.
			PowerPoint sobre os três níveis de liberdade - Diálogo com os alunos - Identificação (com os alunos) de algumas situações que nos sugerem esses níveis de liberdade.	(Anexo 7) (Anexo 8)	15'	Participação, Atenção, Interesse. Atenção, Participação, Motivação Interesse.
			Visualização de 3 vídeos, referentes a 3 personalidades, que nos sugerem níveis diferentes de liberdade. https://www.youtube.com/watch?v=HiQhT2QNK3c https://www.youtube.com/watch?v=OABfNnKDYOI https://www.youtube.com/watch?v=wq6g_644ulk		15'	
		Síntese - É desejo de qualquer homem ser livre. Contudo nem todos estão no mesmo nível de liberdade. Ser verdadeiramente livre é ser capaz de optar pelo bem comum.			05'	

Mapa 8 – Planificação nível 4, aula 5

No dia 10 de março de 2020 não me desloquei à escola por motivos de saúde. Para esta aula preparei o tema dos níveis de liberdade. Fiz a construção da história da águia e da galinha, em forma de vídeo (história adaptada de Leonardo Boff, teólogo contemporâneo), que se encontra na página 68 do manual²³. Esta história sugere, por um lado o desejo de ser livre no ser humano, e por outro remete para uma reflexão da liberdade sobretudo vista do ponto de vista físico. A águia, que é, naturalmente, um pássaro que voa, estava em cativeiro e por isso perdeu a sua identidade, não voava, como as galinhas. A condição “física” em que estava, não lhe permitia ser diferente das galinhas, mesmo fazendo parte da sua essência o voar. Esta história remete-nos para uma análise da condição humana, no que diz respeito à liberdade, que é uma dimensão que lhe está inerente, mas que pode não a realizar totalmente por diversos motivos. Aqui sugere-se, sobretudo, a liberdade vista a um nível físico ou material. Penso que esta narrativa podia ajudar os alunos a perceber melhor o assunto da aula deste dia: o desejo de ser livre e os níveis de liberdade.

²³ SNEC, *Quero descobrir!-Manual de EMRC do 8ºAno*, 68.

Tinha preparado também um PowerPoint com uma síntese dos 3 níveis de liberdade: físico ou material, social, e espiritual. O que pretendia fazer com esta apresentação era chamar a atenção, mesmo sem grande aprofundamento, da existência da liberdade a três níveis.

Após esse tempo mais expositivo, pretendia fazer um diálogo com os alunos, na procura de identificação dos níveis de liberdade, que as fotos e vídeos, que lhes tinha para mostrar, sugerem.

Preparei a aula o melhor possível, com materiais que pudessem ser apelativos, no sentido de poder transmitir, na sala de aula, os conteúdos de forma clara, para que os alunos apreendessem esta matéria de forma fácil. A qualidade do vídeo relativo ao anexo 6 (narrativa a águia e a galinha) não é a melhor, mas o conteúdo da mensagem justifica plenamente a sua utilização na aula. Poderia fazer apenas a leitura do texto, mas acredito que o vídeo, mesmo feito de “modo caseiro”, com os meios disponíveis poderia ter outro impacto, pela introdução da imagem.

Um dos objetivos da aula era perceber os níveis de liberdade, nas diversas situações da vida, bem como discerni-los em exemplos de personalidades concretas. Na tentativa de melhor compreender o que é a liberdade, é importante saber que no nível espiritual é mais complexa, mas é aí que o ser humano se realiza como pessoa, pois faz parte da sua essência caminhar para esse nível. A liberdade, ao nível espiritual, ninguém a pode retirar, mesmo que nos dois outros níveis ela esteja comprometida.

A aula estava pensada para que houvesse bastante participação dos alunos. Pelos motivos que referi, não foi lecionada por mim, mas penso que estava preparada para que houvesse uma melhor condução dos trabalhos, em sala de aula, do que tinha acontecido anteriormente.

3.3-AULAS *ON-LINE*

A situação gerada pela pandemia agravou-se o que levou à interrupção das aulas presenciais. Deste modo, tornou-se impossível a sua leção presencialmente. Todo o contexto de ensino em Portugal se alterou passando a haver, apenas, aulas à distância, recorrendo às tecnologias que o possibilitam, já existentes à época. Os horários tiveram forçosamente que ser refeitos, sendo os tempos letivos, em que o professor estava em contacto com os alunos através dos meios referidos, reduzidos para vinte minutos. Essas aulas passaram a ter, naturalmente, um formato diferente.

Em contacto com o Orientador Cooperante, preparei algumas dessas aulas para serem lecionadas à distância, das quais aqui incluo uma pequena planificação e reflexão. A primeira delas, planifiquei-a como programado no mapa 9.

3.3.1- Aula on line 1- Liberdade, desejo exclusivo do ser humano


Nível: 8º ano Unidade Letiva: A Liberdade

Lição: On-line 1

Data:

Ano Letivo: 2019/2020

Sumário: Liberdade, desejo do ser humano, dimensão que lhe é exclusiva.

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino-aprendizagem	Materiais		Avaliação formativa
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	2. Reconhecer que a consciência autónoma da pessoa deriva da sua condição de ser livre e está orientada para o bem.	A consciência moral; · Heteronomia e autonomia morais; · A opção pelo bem; · “Os fins não justificam os meios.” · O discernimento e o juízo crítico.	Visualização de apresentação, em forma de vídeo - A águia e a galinha. Adaptação da história da página 68 do manual.	(Anexo 6)	05'	
			Síntese: - A liberdade é um desejo e uma dimensão exclusiva do ser humano. “Chat” - Troca de impressão com os alunos sobre este tema. - Esclarecimento de dúvidas. Disponibilização do filme <i>Páginas de Liberdade</i> para ver em família.	(Anexo 9)	15'	

Mapa 9 – Planificação nível 4, aula 1 *on-line*

Tendo em conta o formato, e o tempo reduzido da leção, e devido ao facto de não ter lecionado a aula anterior, sugeri o vídeo da narração da história da águia e da galinha previsto para o dia 10 de março. É um trabalho que poderia ser visto em casa para depois trocar impressões com os colegas acerca do tema. Ficou também como sugestão para ver em casa, com a família, o filme *Páginas de liberdade*, que tem muito a ver com o tema da Unidade Letiva, e se pode aprender muito com ele. Refere-se a factos reais, que aconteceram num bairro de uma cidade americana, onde havia muitas desigualdades sociais com os vários problemas a elas associados que foram transpostos para a turma de uma escola. Uma turma muito difícil que surge no caminho de uma recente formada professora que não desiste de ajudar aqueles alunos, que de alguma forma já estavam “esquicidos” da escola, incluindo da direção. Ela, com métodos inovadores, dos quais até os seus superiores desconfiavam, cativou os alunos a gostarem da escola e de aprender. Icentivou-os a refletir nas suas experiências pessoais e a partilhá-lhas. Juntamente com a leitura do *Diário de Ane Frank* surgiram as “páginas de liberdade” que transformaram completamente aqueles jovens.

Este tempo foi, portanto, um desafio para descobrir a verdadeira liberdade, que não se fica apenas pela dimensão física e social, porque se assumiu perante ele próprio e os outros, o dever de ficar em casa para o bem de todos, mas pode mais facilmente encontrar-se com esta dimensão essencial do ser humano, que é a procura da verdade, para uma maior responsabilização e consciencialização da importância da sua vida e na implicação que tem na vida dos outros, e que apenas a vida neste sentido é libertadora. Só vivendo com consciência e responsabilidade, na procura de um bem que é para todos, é que se pode ser realmente livre. Pode ficar-se em casa porque se respeita a decisão dos outros, mas pode não se ter uma atitude de liberdade, não assumindo pessoal e conscientemente que o faz pelo bem de todos.

Também sobre este assunto, Maximiliano Kolbe, a personalidade que nos acompanhou nesta unidade letiva, é um bom exemplo do nível espiritual de liberdade que atingiu, pela sua opção radical de dar a vida por outro. Ele foi espiritualmente livre, quando física e socialmente era praticamente nula.

Penso que com esta matéria os alunos poderão ficar um pouco mais elucidados do que falámos, quando nos referimos à liberdade, que pode ter estes três níveis.

3.3.3- Aula on line 3- Condicionamentos à liberdade. A manipulação

Para a terceira aula, neste modo on-line, sobre condicionamentos à liberdade, planifiquei-a segundo o mapa da página seguinte:


Nível: 8º ano Unidade Letiva: A Liberdade

Lição: On-line 3

Data:

Ano Letivo: 2019/2020

Sumário: Condicionamentos à liberdade. Manipulação da verdade como condicionamento à liberdade.

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino-aprendizagem	Materiais	 05'	Avaliação formativa
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.	3. Interpretar criticamente situações de manipulação da consciência humana.	<ul style="list-style-type: none"> - Condicionamentos à liberdade. - Liberdade e manipulação: O que é a manipulação! Tipos de manipulação! Tomar consciência da manipulação de que se está a ser alvo e libertar-se dela! Como libertar os outros da manipulação de que estão a ser vítimas. 	PowerPoint sobre condicionamentos à liberdade -Condicionamentos de ordem: Fisiológica Psicológica Cultural Sociológica Religiosa	(Anexo 11)	05'	
			Vídeo: liberdade de pensamento. (em ficheiro) "Liberdade e responsabilidade para o seu, o meu, o nosso mundo ser mais justo e melhor".		05'	
			Síntese: -Embora todo o ser humano deseje ser livre há circunstâncias que condicionam essa liberdade. "Chat" -Troca de impressão com os alunos sobre este tema. -Esclarecimento de dúvidas.		10'	

Mapa 11 – Planificação nível 4, aula 3 *on-line*

O objetivo desta aula era analisar a liberdade do ponto de vista daquilo que são obstáculos e a condicionam. De facto, ninguém é totalmente livre. Por vezes, aqueles que se julgam muito

livres não o serão, mas alimentam uma ideia, que não será uma verdadeira concepção de liberdade. Ninguém é totalmente livre, porque não consegue ser absolutamente independente nas decisões que toma. As decisões de cada um estão desde logo condicionadas por diversos fatores que não nos deixam ser completamente isentos. Podem ser fatores de diversos tipos. Há fatores de ordem fisiológica que podem ser um obstáculo à liberdade, nomeadamente no seu nível físico. Existem circunstâncias de ordem fisiológica que podem implicar de forma mínima com a liberdade da pessoa, a ponto de esse obstáculo ser quase nulo, pela adaptação a esses fatores, como é, por exemplo, a necessidade de usar óculos, muito frequente, mas também há obstáculos “muito sérios”, mesmo do ponto de vista fisiológico, que impedem quase por completo a liberdade. Podemos encontrar exemplos destes nas dificuldades de mobilidade.

Outro fator que limita muito as decisões e opções livres é o medo. É um fator psicológico que muito frequentemente influencia as nossas decisões. Na situação de pandemia, que atravessámos, o medo foi um dos grandes obstáculos a que as pessoas vivessem de uma forma mais livre. Temos também uma situação no filme que vimos, *O rapaz do pijama às riscas*, que considero muito demonstrativa da influência deste fator na liberdade. Refiro-me à circunstância de um dos meninos mentir devido ao medo que teve, e desta forma faltou à verdade, não foi livre.

Escolheu mentir, porque naquele momento foi o melhor para ele, de modo a “fugir” a qualquer coisa menos boa que lhe pudesse acontecer, mas foi muito má para o seu amigo e por isso provocou mal-estar entre os dois. Não só foi má para o amigo como trouxe também consequências más para si, que o limitou na sua liberdade.

A cultura e a sociedade também “impõem” valores e modos de vida e regras que muitas vezes limitam e são um obstáculo à liberdade. Do ponto de vista religioso essa limitação também existe. Posso optar por ser crente de uma religião qualquer e desse modo estou a exercer a minha liberdade. Contudo, na prática, o meio em que crescemos tem uma influência muito importante nas opções que tomamos. Num determinado ambiente em que a maioria da população é cristã, o “mais lógico” é ser também cristão e não outra religião qualquer. Desta forma, a religião pode ter um impacto importante na forma como concebemos e vivemos a liberdade.

A falta à verdade e a manipulação são outros obstáculos que condicionam a liberdade. Pode pensar que se é livre e não o ser porque não se está devidamente esclarecido. A liberdade implica procura da verdade e por isso consciencialização e responsabilidade nas opções a tomar.

Os recursos da Educris também fazem uma síntese muito interessante, quer das várias dependências, pondo em destaque as que podem ser mais graves, quer da dependência, em particular, do telemóvel que afeta muitas das pessoas da nossa sociedade. As dependências colocam em risco a liberdade das pessoas e podem ser um grande obstáculo que pode levar, inclusivamente à sua destruição, como é o caso das dependências mais graves como o consumo de drogas, tabaco e álcool.

Atualmente, a dependência a ecrãs e telemóveis afeta sobretudo os jovens e pode estar ligada a vários aspetos como a troca de SMS's, dependentes do novo modelo, exibicionistas dos seus equipamentos, os *game players*, que transformam o telemóvel numa consola de jogo, e também os afetados pela síndrome do telemóvel desligado, que “sofrem” pela circunstância de não ter o telemóvel ao seu dispor. A esta fobia da eventualidade de não poder ter o seu equipamento disponível por qualquer motivo, designou-se por nomofobia. Surgiu da expressão inglesa *no mobile phone phobia* e está associada a sintomas que se desenvolvem, precisamente, com o receio de poder ficar sem acesso ao seu telemóvel. É um problema que está a “nascer e crescer”, sobretudo entre os jovens, e por isso torna-se necessário alertar para ele. Para além da saúde está também em causa a liberdade de cada um, que é essencial ao crescimento e desenvolvimento como pessoa.

Parece-me, portanto, que este é um tema extremamente atual, pelo que o apelo à sua consciencialização, trabalhado no âmbito da liberdade, é de grande utilidade e um serviço enorme na educação.

Para além da proposta feita no documento da professora Filipa Nobre, para investigar o que significa nomofobia e os desafios a viver a liberdade, tendo em conta que existem obstáculos, deixo também um teste, de algum modo lúdico, mas que serve de reflexão para a dependência do telemóvel.

3.3.5- Aula on line 5- Páscoa: festa da liberdade

A Páscoa é a maior festa cristã. É a festa da libertação e da liberdade. Este é um motivo mais que suficiente para se abordar na disciplina de EMRC, numa unidade letiva em que o tema é a liberdade. A planificação para esta aula foi a seguinte:

O que me parece importante numa aula de EMRC, sobre a Páscoa é afirmar a sua dimensão transformadora para cada crente. Terá de se afirmar, no entanto, através de acontecimentos que entraram na história dos homens. O primeiro é a passagem referida da escravidão à liberdade pelo Povo de Deus e o segundo é a morte e ressurreição de Cristo.


Um dos recursos propostos na página de internet da Educris, *Páscoa itinerário de libertação*, que dramatiza a narração das páginas 88 e 89 do manual²⁵ pode ser interessante para uma explicação aos alunos, no entanto ela oferece apenas a primeira parte da temática. Por isso procurei duas narrativas que se reportassem a cada um desses momentos. Gostei dos dois que proponho para elucidar estas duas etapas da Páscoa e que constam na planificação da aula. Há uma analogia clara entre Moisés e Jesus: um conduz o Povo de Deus, e o Outro “conduz” a humanidade. O segundo vídeo, que se refere ao tempo pascal em Jesus Cristo, acentua a dimensão do amor que brota da Páscoa de Jesus Cristo. Não é fácil o tema da Páscoa, mas é importante e indispensável esclarecê-lo na disciplina de EMRC.

3.3.6- Aula on line 6- Livre escolha e dignidade humana

Para terminar esta sequência de aulas on-line sobre liberdade e dignidade humana, preparei o tema com a seguinte planificação:

Nível: 8º ano Unidade Letiva: A Liberdade Lição: On-line 6 Data: Ano Letivo: 2019/2020

Sumário: A livre escolha feita com responsabilidade e consciência faz parte da dignidade humana. Leitura do texto que vem no manual, p100.

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino-aprendizagem	Materiais		Avaliação formativa
P. Identificar o fundamento religioso da moral cristã.	7. Tomar consciência da liberdade como um bem para a realização pessoal.	- Ser livre e libertar os outros: a referência de S. Maximiliano Kolbe.	Leitura do texto página 100 do Manual -A liberdade implica uma orientação, um sentido	(Anexo 14)	05'	
			PowerPoint ser livre e libertar os outros. - Importância de ouvir os outros - Ser mais livre é procurar liberdade para os outros	(Anexo 15)	05'	
			Síntese: - Ser livre implica ter uma direção na vida. Essa direção é a escolha do bem, feita com responsabilidade e consciência. “Chat” -Troca de impressão com os alunos sobre este tema. -Esclarecimento de dúvidas.		10'	

Mapa 14 – Planificação nível 4, aula 6 on-line

No final da nossa reflexão sobre a liberdade, ao longo deste tempo, e das várias aulas, que aconteceram de forma tão variada, faz sentido ainda perguntar: o que é a liberdade, e, sobretudo, para que serve? Sim, faz sentido. A liberdade vai ser sempre, na nossa vida, motivo de atualização. À medida que vamos fazendo as nossas escolhas, vamos percebendo cada vez melhor o que é isto de ser livre. Também vamos aprendendo para que serve.

²⁵ SNEC, *Quero descobrir!-Manual de EMRC do 8ºAno*, 88-89.

A aula, baseada no texto que está na página 100 do manual²⁶, tem uma primeira resposta à pergunta: para que serve? Trata-se de uma narrativa em que dois prisioneiros são postos à prova para testar a sua liberdade. São colocados no deserto para a partir daí perceberem se são livres ou não. O primeiro, porque está livre e não quer saber dos conselhos de ninguém, recusa ajuda do velho sábio nómada, que o poderia ajudar, e perde-se sem atingir o seu objetivo. O segundo, porque aceita a ajuda do mesmo velho sábio nómada, juntamente com outros que perseguiam o mesmo fim, apesar das dificuldades por que passou, consegue alcançar a cidade da alegria e fruir da verdadeira felicidade.

A liberdade serve para nos dar uma orientação. O prisioneiro que se encontrou livre no deserto, precisava de uma orientação para sair dali. Já não estava preso, mas, agora, o que fazer? Ele não aceitou ajuda para se orientar e sair dali, porque já não queria estar oprimido e sujeito às imposições dos outros, que lhe impusessem um caminho. Segundo ele, isso não seria liberdade. Por isso acabou por se perder e não encontrar o caminho.

Na nossa vida isto acontece. A liberdade dá-nos uma orientação. As nossas escolhas só farão sentido se servirem para encontrar o caminho certo, o caminho que leva à felicidade. Portanto, a liberdade implica uma orientação, um caminho.

A segunda parte da resposta tem a ver com qual o caminho a tomar, que orientação queremos ter, onde queremos chegar. Parece ser marca indelével em cada homem ou mulher que, aquilo que mais deseja é a felicidade. As nossas escolhas, que sejam feitas com liberdade só nos podem levar à felicidade. Quando são feitas com aparência de liberdade, mas de facto não são livres, não são um bom caminho. É o caso das escolhas de dependências, em que se procura aí a felicidade, mas ao contrário do que se procura, pode encontrar-se a perdição. O prisioneiro do texto perdeu-se porque a liberdade para ele era não estar submetido sequer à opinião e sugestão de alguém. A liberdade para ele era depender única e exclusivamente de si.

Na sua circunstância, aquilo que ele pensava ser a liberdade levou-o à perdição. Precisamos de uma orientação, mas precisamos igualmente de uma orientação boa, que nos leve ao destino desejado.

A orientação boa só pode ser o bem. Temos que ter uma orientação e essa orientação é o bem. Não apenas o bem do próprio, mas o bem comum, o bem de todos. Se a orientação não for essa, as escolhas feitas não são livres, não nos levam ao objetivo que queremos. As escolhas, para serem livres, têm de estar marcadas com o cunho do bem. Quanto mais esclarecido e

²⁶ SNEC, *Quero descobrir!-Manual de EMRC do 8º Ano*, 100.

responsável se for mais livre se é porque mais capacitado se está para escolher aquilo que é o bem.

Nem sempre conseguimos escolher o melhor, por diversas circunstâncias e obstáculos, mas sempre que o fazemos conscientemente e responsabilmente estamos a agir com liberdade. Isto torna-nos mais humanos e livres. Enquanto humanos precisamos desta orientação para atingirmos o nosso objetivo. Na medida em que caminharmos para ele ou ajudarmos os outros a caminhar seremos mais livres.

Temos exemplos dessas atitudes de grande liberdade, porque atitudes conscientes e responsáveis na escolha do bem, como foi a do padre Maximiliano Kolbe ao dar a vida por outro. Ele, que nos acompanhou ao longo da reflexão sobre a liberdade, inseri no PowerPoint para a aula, imagens suas que nos reportem a essas mesmas atitudes.

O tema da liberdade não se trata de um assunto fácil, como ficou claro na reflexão que fiz a partir da leção. Os próximos capítulos pretendem trazer um pouco mais de “clareza” ao tema, sobretudo na distinção entre liberdade e livre arbítrio. Sabendo de antemão que não é tarefa fácil, procurarei elucidá-lo, tanto quanto possível, num trabalho desta natureza.

CAPÍTULO 2 – LIBERDADE E LIVRE ARBÍTRIO

A leção de um tema, qualquer que seja, requer uma preparação e uma abordagem responsável por parte do professor. Essa preparação talvez seja ainda mais exigente na disciplina de EMRC porque pretende abarcar conteúdos que têm mais a ver com a formação da pessoa do que propriamente com a aquisição de conhecimentos para o desenvolvimento de uma profissão qualquer que seja. Portanto, tem muito a ver com aspetos nucleares do desenvolvimento de cada pessoa. E cada aluno opta por ter esta disciplina, penso eu, porque vê nela uma ajuda para o seu crescimento, sobretudo no aspeto da formação, como referi.

A liberdade, do meu ponto de vista, é um dos temas basilares da construção da pessoa e por isso um assunto também abordado em EMRC. É um tema complexo e difícil, mas creio que muito útil quando suficientemente aprofundado. O que pretendo, pois, é fazer este trabalho de aprofundamento, sabendo de antemão que não é possível aqui esgotar este tema, mas, como afirmei no final do capítulo anterior, é fazer uma clarificação dos conceitos de liberdade e livre arbítrio e perceber o que os distingue.

2.1- NOÇÕES E DEFINIÇÕES DE LIBERDADE

A noção de liberdade desde cedo, ou mesmo, desde sempre, acompanha o Homem na sua história, pelo menos desde o momento em que começa a ter consciência de si e pensa o mundo que o envolve. Certamente, não há em toda a história conceito tão estudado e tão debatido como o da liberdade. Ao mesmo tempo, as conclusões são de uma tão grande amplitude que tem levado a noções e definições igualmente muito diferenciadas.

Na procura da definição mais simples e consensual possível, consultei um dicionário preparado para aqueles que se iniciam na tarefa da aprendizagem.²⁷ Nele se diz que a liberdade, sendo um nome feminino, é «possibilidade de dizer e fazer o que se quer dentro de certos limites da lei.» Parece-me que nesta definição os termos “possibilidade” “dizer” “fazer” e “limites da lei” são por si indicativos daquilo que se pretende afirmar do que seja a liberdade. Há uma perspetiva política referindo a lei. Também indica que é uma possibilidade, que tem na lei os seus limites. Outro dicionário²⁸, ainda básico, mas dirigido a alunos um pouco mais crescidos afirma que a liberdade é «o estado de quem é livre.» Concretiza, ainda, que é a «capacidade de fazer e dizer o que se quer, dentro dos limites da lei». Esta afirmação é a mesma do dicionário citado anteriormente, mas altera possibilidade para capacidade que não deixa de trazer à definição outra perspetiva. Refere ainda que é «autorização», e em sentido figurativo: «ousadia».

Etimologicamente, José Pedro Machado indica que liberdade deriva do termo latino *libertate* e refere-se ao «uso dos direitos de cidadão²⁹; politicamente, liberdade (do povo que não está submetido nem à monarquia nem a outro povo) independência; poder, autoridade livre; independência de qualquer pessoa (de conduta e palavras); franqueza, palavras claras».

O Dicionário da Língua Portuguesa³⁰, na sua 5ª edição de 1975, dedica bastante do espaço ao conceito liberdade, não sendo fácil encontrar, em todo o dicionário, outro com idêntico tamanho. Na coluna, onde se encontra, está-lhe dedicado praticamente um terço do espaço, ocupando um total de 24 linhas completas, enquanto a maioria dos outros são-lhe dedicadas 2 ou 3 linhas, e parte delas incompletas. Isto é demonstrativo da dificuldade em definir a liberdade, e é indicativo, igualmente, da pluralidade da sua significação.

O primeiro significado que este dicionário refere é a «condição do ser que pode agir livremente, isto é, consoante as leis da sua natureza (queda livre), da sua fantasia (tempo livre),

²⁷ *Primeiro Dicionário Escolar 1º Ciclo*, Texto Editores, 1ª Edição, (Lisboa: outubro 2018).

²⁸ *Dicionário Básico Língua Portuguesa*, Porto Editora, 1ª Edição, (Porto: abril de 1995, reimpresso em junho de 2021).

²⁹ José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Livros Horizonte, 3ª Edição; III Volume.

³⁰ *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, Lda, 5ª Edição, (Porto: 1975).

da sua vontade (decisão livre)». Trata-se de uma definição mais abstrata e menos prática do que aquelas que vimos anteriormente. Continua definindo liberdade como o «poder ou direito de agir sem coerção ou impedimento (liberdade de execução ou de ação)». É um aspeto mais prático da liberdade que tem a ver com a liberdade social, comunitária.

A terceira proposta de definição, que surge neste dicionário é «o poder de se determinar a si mesmo, em plena consciência e após reflexão, e independentemente das forças interiores de ordem racional (liberdade de decisão)». Neste caso, chama a atenção sobretudo para o aspeto individual da liberdade. Seguidamente define liberdade com «livre arbítrio ou o poder de agir sem motivo (liberdade de indiferença)». Santo Agostinho foi o primeiro que fez claramente a distinção entre liberdade e livre arbítrio. Voltarei a este assunto mais à frente, pois este trabalho, para além de pretender clarificar, tanto quanto possível, os conceitos de liberdade e livre arbítrio, pretende também encontrar substanciais diferenças entre eles. O dicionário que estou a citar afirma ainda que liberdade é a «personificação das ideias liberais» e identifica-a a «tolerância». De um modo figurado a liberdade pode ser, segundo o dicionário «ousadia; licença; desassombro; franqueza; familiaridade demasiada; deliberação».

A palavra liberdade assumindo a forma plural “liberdades”, quer significar «imunidades; regalias; atrevimento». Define ainda a liberdade em três domínios específicos: liberdade de consciência, como sendo «direito de professar as opiniões religiosas e políticas que se julgarem verdadeiras; liberdade individual [como a] garantia que todos os cidadãos têm de não serem impedidos no exercício dos seus direitos, excepto nos casos determinados pela lei; [e] liberdade poética: [como o] uso de figuras e alterações morfológicas e sintácticas permitido em poesia».

A mesma Porto Editora, atualmente, no seu dicionário *on line* da língua portuguesa³¹, define de duas formas, muito sintetizadas a liberdade: 1) «condição do ser que pode agir consoante as leis da sua natureza» 2) «direito que qualquer cidadão tem de agir sem coerção ou impedimento, segundo a sua vontade, desde que dentro dos limites da lei». Relativamente à edição que citei anteriormente, no caso da primeira definição deixa de dar os exemplos de queda livre; tempo livre; e decisão livre. Ao mesmo tempo omite o “agir livremente” e refere apenas que é o “agir consoante as leis da sua natureza”. No que diz respeito à segunda definição refere que é um direito e omite o “poder”, para além de não diferenciar liberdade de execução ou de ação, e liberdade de decisão, como acontecia anteriormente. Nesta nova versão há três definições do ponto de vista filosófico: «capacidade própria do ser humano de escolher de forma autónoma, segundo motivos definidos pela sua consciência»; inclui o «livre arbítrio»; e «estado

³¹ Cf. Porto Editora, «liberdade» no *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa on line*, acedido a 02/09/2022, <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/Liberdade>.

de quem não está preso, detido ou em cativeiro». Dá cinco definições de liberdade na perspectiva política: 1) «condição de autodeterminação de um povo ou de uma nação; estado do país que não está dependente de um poder estrangeiro»; 2) «ausência de restrições ou constrangimentos»; 3) «estado de disponibilidade»; 4) «licença; permissão» e 5) «condição do que está solto, sem empecilho que tolha o movimento».

Quanto à liberdade em sentido figurado, são dados quatro exemplos enquanto que na edição de 1975 havia seis. Repetem “franqueza” e “familiaridade demasiada” alterando na expressão o adjetivo “demasiada” para “excessiva”, juntando ainda «atrevimento» e «desembaraço». À palavra liberdade na sua forma plural, faz corresponder igualmente, como na edição anteriormente citada, “imunidades” e “regalias” aos quais junta «garantias»; e em vez de atrevimento refere que liberdades é o «modo íntimo, ousado ou insolente de agir com alguém». Neste dicionário *on line* define-se, ainda, a liberdade em várias áreas: «liberdade condicional», no direito; «liberdade de cátedra»; «liberdade de consciência»; «liberdade de imprensa»; «liberdade individual»; e «liberdade poética», na literatura.

Atualmente, na dificuldade de uma definição geral de liberdade, ela surge associada a uma variedade enorme de atividades ligadas à ação humana, como “liberdade de expressão”; “liberdade política”; “liberdade de associação” “liberdade religiosa”; “liberdade de pensamento”; “liberdade de ensino”; “liberdade de comunicação”; “liberdade laboral” e muitas outras.

Na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira³² define-se a liberdade em sentido geral como a «ausência de qualquer constrangimento físico ou moral». No entanto, a mesma enciclopédia refere-se à liberdade em muitos outros sentidos, elucidando com passagens de obras literárias. Refere, por exemplo, em sentido filosófico que é «o poder que tem uma pessoa de escolher várias coisas, de se determinar por uma ou por outra». Dá também o exemplo de liberdade como: «...faculdade de exercer certas actividades, quer a que dá a própria natureza (liberdade natural), quer a que outorgam Estados dominadores, etc; conceção, licença, privilégio: a liberdade dos Mares», indicando os seguintes textos: «“E dali por diante todos têm *liberdade* para navegarem da maneira que a cada um lhe parece”, Pantaleão de Aveiro, *Itinerário*, cap. 2, p.10; “e ele os agasalhou muito bem e deu-lhes seguro pera poderem navegar, e *liberdade* para levarem suas fazendas”, Comentários de Afonso de Albuquerque, III, cap. 28, p. 142».

³² *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*; Editorial Enciclopédia Limitada, Volume XV (Lisboa/Rio de Janeiro: s.d.).

Entre muitos outros sentidos diz que é a «possibilidade de proceder a seu bel prazer, sem peias nem obrigações: o seu trabalho não lhe deixa uma hora de *liberdade*; a *liberdade* que deixam a essa rapariga pode dar maus resultados; “ocasiões de pecado em que a ociosidade, *liberdade*, pobreza e orfandade faz cair muita gente”, Luís de Sousa, *Vida do Arcebispo*, I, 2, cap. 6. P.203».

Inclusivamente, nesta enciclopédia refere-se que liberdade «diz-se também das coisas inanimadas: a alavanca das velocidades desse carro não tem bastante *liberdade*; mola que trabalha com pouca *liberdade*».

Portanto, o termo liberdade tem um uso muito frequente e uma significação muitíssimo ampla. O autor deste artigo na enciclopédia, de quem não é indicado o nome, diz que liberdade é também o período posterior à derrota do absolutismo de D. Miguel e à vitória das ideias liberais, em Portugal. O autor refere-se a esse período e não ao “pós 25 de abril de 1974”, porque, provavelmente, terá escrito antes, pois, não é referida a data, mas está indicado que a ortografia seguida neste volume é a que emergiu da *convenção ortográfica luso-brasileira* de 1945 e daí se depreende que terá sido editado pouco tempo depois.

Uma outra situação que achei muito curiosa, na enciclopédia, foi a referência à liberdade pela iconografia. De facto, é uma arte que também diz muito daquilo que se acha que é a liberdade. O autor diz que a mais antiga que se conhece é do século IV da nossa era e «está personificada numa mulher, sentada, vestindo uma túnica larga, com uma coroa na mão direita, e com a esquerda apoiada no assento». Desde então para cá, de muitas formas se tem representado a liberdade, sendo, provavelmente, a mais conhecida a estátua da liberdade, que está em Nova Iorque, oferecida pelos franceses ao povo americano, contendo também um pouco dos ideais franceses saídos da revolução de 1789.

Não é fácil definir liberdade. Toda a gente parece saber o que é, mas se é perguntado o que é, a resposta adivinha-se difícil. Também há quem afirme não fazer sentido falar de liberdade, mas sim de libertação. Deste modo acentua-se o foco no “processo” em vez do objeto em si. No entanto, todos parecem ter essa ideia de liberdade, pelo menos de modo negativo, quando sentem a sua ausência. Esta ideia ou noção está muito ligada ao direito e por isso tem sobretudo a ver com a liberdade política, ligada à área social e comunitária. Paulo F. da Cunha³³ analisando a liberdade nesta perspetiva e citando Girardet considera-a um mito político. Mito político enquanto ilusão e uma certa utopia de sociedade ideal. Com isto não quer dizer que não seja um tema a explorar. Na procura desta noção de liberdade encontra-a já de forma sucinta na

³³ Cf. Paulo Ferreira da Cunha, «Liberdade» em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Editorial Verbo, Edição Século XXI, Volume 17 (Lisboa/São Paulo: 2000), 1032-1038.

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 quando se diz no seu artigo 4º que “a liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudique outrem”.³⁴ Afirma ainda que a Constituição da Nação Portuguesa foi “beber” destes ideais a esta declaração francesa quando afirma no seu artigo 2º que «a liberdade consiste em não serem obrigados a fazer o que a lei não manda, nem a deixar de fazer o que ella não proíbe. A conservação desta liberdade depende da exata observância das leis». ³⁵ Trata-se de uma noção de liberdade legalista, o que é normal, pois está inserida numa constituição, mas aponta para valores éticos da liberdade.

Como afirma Paulo F. da Cunha a liberdade é um valor subsidiário de outros valores, inserido num sistema e para atestá-lo cita Montesquieu, que compreende a liberdade nessa perspetiva: “a liberdade não pode consistir senão em poder fazer o que se deve querer, e a não ser de modo algum obrigado a fazer o que se não deve querer” (*De L’Esprit des lois*, XI, 3).³⁶ Para Paulo F. da Cunha a Liberdade, no singular, é um valor constitucional e garantia das diversas liberdades, que só podem ser violadas em determinadas circunstâncias, como é, por exemplo, no estado de contingência, que recentemente aconteceu em Portugal, na altura da pandemia, por várias vezes.

Neste sentido a liberdade, estando incluída na lei constitucional, é também um princípio e um valor que fazem parte de um sistema político. Por outro lado, a liberdade que conduz a processos de escolha de governos, que os limita também a eles na legislação, nomeadamente pela separação de poderes, muito concretamente o poder judicial, torna os cidadãos ativos e participantes na organização do poder, o que acontece nas democracias. E neste sentido a liberdade pode identificar-se de certa forma, e superficialmente, com um regime democrático, como acontece atualmente na maioria dos países, sobretudo ocidentais.³⁷ Esta noção política, que tem uma grande incursão na área do Direito, embora complexa, parece ser a mais simples. Quando enveredamos pela noção e conceito de liberdade, do ponto de vista filosófico, a dificuldade aumenta substancialmente. Há uma complexidade e variedade muito grande de como se percebe a liberdade. A Filosofia tenta compreender a liberdade numa perspetiva que engloba o Homem, o Mundo, e Deus. Como tal, sendo a compreensão desta trilogia, só por si bastante dinâmica, o conceito de liberdade torna-se igualmente muito díspar e complexo, consoante a perceção que se tem do mundo, do homem, da época em que se vive, e da ideia que se tem de Deus.

³⁴ Paulo Ferreira da Cunha, «Liberdade», 1033.

³⁵ «Constituição Política da Monarquia Portuguesa», Imprensa Nacional, Lisboa, 1822, acedido a 06/09/2022, <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1822.pdf>.

³⁶ Paulo Ferreira da Cunha, «Liberdade», 1037.

³⁷ Cf. Paulo Ferreira da Cunha, «Liberdade», 1036.

Joseph de Finance, tentou simplificar a noção de liberdade, indo ao encontro do que tinha proposto Mortimer J. Adler. Este, como resultado de uma investigação histórica, dividiu a liberdade em: liberdade de «auto-realização»; liberdade de «autoperfeição»; e liberdade de «autodeterminação».³⁸ J. de Finance diz que, filosoficamente, os sentidos em que se pode utilizar a palavra liberdade se pode reduzir a três, enunciando:

1º) Para a maior parte dos homens, liberdade é a possibilidade de fazer o que se quiser, de realizar, sem impedimentos externos, os próprios desejos e aspirações. É a este sentido que liga a liberdade política dado que o sofrimento, o fracasso, a morte, vão contra a nossa aspiração a viver, e viver melhor, a liberdade assim entendida culmina na libertação de tudo o que mutila e faz sofrer: *libertas a miséria* (S. Bernardo), liberdade de “exultação” (J. Maritain). Este termo da libertação, concebida como abolição da existência individual, é dominante no pensamento indiano [...].

2º) O reconhecimento de outro “cativeiro” – o exercido pelas tendências inferiores, que impedem o homem de realizar a sua verdadeira natureza de ser racional – leva a uma segunda concepção de liberdade: a liberdade racional, domínio da razão, do eu superior, a liberdade do “sábio” (Espinosa) ou, em regime cristão, a do santo. No limite, a vontade humana coincide com a ordem da razão (ou com a vontade de Deus): *libertas a peccato* (S. Bernardo) – estado de uma liberdade definitivamente fixada no bem.

3º) No entanto, o homem verifica que escolhe por vezes o mal: aparece um novo sentido da liberdade – poder de se autodeterminar, isto é, de se determinar de modo que essa determinação não possa ser atribuída à natureza, carácter, disposições, circunstâncias, etc. É o que se chama o “livre arbítrio”, por se comportar a vontade como um juiz ou árbitro, que decide.³⁹

Finance diz que, a este 3º sentido, também se pode chamar “liberdade de indiferença”, mas a expressão é menos feliz porque presta-se a confusão. É sobretudo a este 3º sentido, e por causa dele, que os filósofos se ocuparam da liberdade, «pois a sua realidade, e mesmo possibilidade, parecem a muitos contradizer a experiência e (ou) a razão».⁴⁰

É pela acentuação num ou noutro destes aspetos que interferem na liberdade, que surgem muitas das formas da interpretar e viver. Uns focam-se no sujeito da liberdade, outros focam-se no objeto, nas causas ou circunstâncias, ou no modo como ela se processa. Já alguma coisa foi dita a este respeito, mas ainda aprofundarei algo mais sobre o tema.

Ainda sobre noções de liberdade, refiro a perspectiva teológica, que considera a liberdade divina, como liberdade absoluta, mas que também estuda e diz algo sobre a liberdade humana. Os 3 sentidos referidos por Finance estão também presentes nesta noção (ou noções), desde

³⁸ Joseph de Finance, «Liberdade», em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, editorial Verbo, Volume 12º, (Lisboa: s.d.), 29.

³⁹ Finance, «Liberdade», em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 28-29.

⁴⁰ Finance, «Liberdade», em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 29.

logo, nas várias perspectivas que nos surgem na Escritura. No Antigo Testamento sobressai a dimensão do primeiro sentido com a libertação do Povo Hebreu, estando, portanto, bem presente a situação de cativo e ao mesmo tempo a aliança com Deus, através dos profetas. No Novo Testamento, a “vida em Cristo” aparece como a verdadeira liberdade e a única que conduz à felicidade. Apontando, no entanto, a liberdade como algo escatológico.

A teologia, muitas das vezes, apoiada na filosofia, ao longo da história, refletiu o tema da liberdade que é, igualmente, um tema central do seu estudo. A noção que emerge atualmente da teologia, que surgiu sobretudo com o Concílio Vaticano II, tem eminentemente presente a questão da consciência, da verdade, e da responsabilidade na prossecução da liberdade, que é condição da felicidade.

Relativamente ao livre arbítrio, que já por várias vezes foi referido, no contexto da liberdade, e que também sofreu alguma evolução na sua compreensão, recordo aqui a definição que o dicionário nos dá: «faculdade que uma pessoa tem de agir sem outra regra que não seja a sua própria vontade; doutrina que considera o homem autónomo em relação ao Criador, pois só assim pode ser moralmente responsável».⁴¹

Quanto à liberdade, mesmo tendo em conta as diferentes perspectivas, pode-se dizer que é muito mais que a simples ausência de restrições. Como afirmava Bauman, ela é, de certa forma, como o ar que respiramos, que ninguém reclama, mas que todos necessitamos para viver.⁴²

Guardini defende que é pela liberdade que cada um de nós se torna único e diferente, partilhando todos da mesma natureza humana: «encontro, pois, na minha experiência pessoal, uma forma de proceder que se destaca claramente das restantes, e que, além disso, é designada pela consciência universal com um nome específico: a liberdade.»⁴³

Se não é fácil, atualmente, definir o que queremos dizer quando falamos de liberdade, ao longo dos tempos o termo também ganhou significações muito diferentes e conceitos variados, segundo os principais interesses e temas mais abordados na altura. O modo como os principais pensadores entendiam a vida e o mundo também se refletiu na maneira como entenderam e tentaram explicar este conceito. Por isso parece-me importante para o objetivo deste relatório, que é clarificar o conceito de liberdade e livre arbítrio, perceber como eles foram vistos ao longo da história, pelos mais ilustres pensadores, pelo menos daqueles que eu penso que tiveram uma importância significativa para o modo que hoje vivemos e “pensamos” na nossa sociedade.

⁴¹ *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, Lda, 5ª Edição, (Porto: 1975).

⁴² Cf. Zygmunt Bauman, *A Liberdade*, (Lisboa: Editorial Estampa, 1989), 9.

⁴³ Romano Guardini, *Liberdade Graça e Destino*, (Lisboa: Editorial Aster, 1958), 12.

Pois, pelas explicações que foram sendo dadas por aqueles que nos antecederam, também cada um de nós poderá perceber um pouco melhor este conceito tão difícil da liberdade.

O que irei fazer de seguida é tentar perceber algumas das respostas e explicações para este tema, que foram dadas ao longo da história, que como já afirmei, trata-se de um conceito que se reveste de uma enorme amplitude.

2.2- O CONCEITO DE LIBERDADE AO LONGO DA HISTÓRIA

O tema da liberdade desde muito cedo se revelou um assunto de grande interesse e referência para o conhecimento. É uma condição da vida humana muito questionada e nem por isso as reflexões, discussões e tentativas de a compreender convergiram em direção a uma única resposta, pelo contrário, a questão da liberdade teve ao longo da história respostas diversas, por vezes antagónicas e com uma amplitude de conceitos cada vez maior e mais diversificada. Trata-se de um conceito eminentemente prático, que tem a ver com a vida diária de cada um e ao mesmo tempo com a própria essência do ser humano e desta forma provoca naturalmente um grande desejo de compreendê-la, explicar e simultaneamente viver.

Certamente que o tema liberdade não teve para os nossos antepassados a relevância que tem para nós. A complexidade da vida, nomeadamente no aspeto social, não exigia respostas tão esclarecedoras como nos "são exigidas hoje", qualquer das formas, foi sempre um tema para o qual o ser humano, ao longo da história, requereu uma clarificação adequada e necessária à sua vivência.

Não é meu objetivo fazer uma “espécie” de história da liberdade, pois isso seria um demorado e inglório trabalho, porque como é afirmado no Manual de EMRC do 8º Ano, «a história universal é, de certa forma, a aventura da liberdade: afirmação e procura ou negação e ausência de liberdade. Povos, grupos e indivíduos lutaram e lutam por fazer da liberdade uma realidade efetiva que responda aos anseios mais profundos da natureza humana.»⁴⁴ Desta forma, cada época é uma história de liberdade. Contudo, parece-me relevante mencionar algumas reflexões e experiências de liberdade, que aconteceram no passado, para melhor poder compreender este tema tão abrangente, tão antigo e tão recente, no fundo, sempre atual.

A questão da liberdade, certamente, acompanha o Homem desde o primeiro instante. Desde o momento em que há pensamento reflexivo, e que o conhecemos, o tema da liberdade também está presente. Para a filosofia Estoica, uma escola de pensamento helénica que surgiu

⁴⁴ SNEC, *Quero Descobrir!* - Manual de EMRC do 8º Ano, 66.

alguns séculos antes de Jesus Cristo, a liberdade era vista de uma forma muito limitada. O ser humano insere-se na natureza e a sua felicidade, que é o grande desejo, passa por viver harmoniosamente no ambiente que o rodeia. O Homem faz o que está ao seu alcance, exerce a sua liberdade, mas a virtude está em não ir contra a natureza, pelo contrário, viver segundo as suas leis, que no fundo são leis divinas que tudo regem. A liberdade, nesta escola de pensamento, passa, sobretudo, por uma adesão voluntária ao destino e é por isso também uma das primeiras formas de defesa do determinismo. Andityas Costa Matos referindo-se ao destino e liberdade no pensamento estoico greco-romano, citando Duhot afirma que «a liberdade [no estoicismo] não consiste em escolher entre possíveis, menos ainda em recusar um provável ou em se opor ao mundo. É um estado interior de adesão à ordem divina do mundo, da qual, longe de sermos seus joguetes, participamos plenamente».⁴⁵

Muitos outros pensadores, ao longo da história, se referiram, naturalmente, ao tema da liberdade. É impossível referir todos, pois, praticamente todos eles têm a sua própria perspectiva e conceito de liberdade, contudo, atrevo-me a evidenciar alguns nomes, que acho, tiveram um contributo de relevo para a compreensão deste tema na atualidade.

Começando pelos filósofos clássicos, da antiguidade, nomeadamente aquele que, embora não sendo o primeiro pensador, é considerado o pai da filosofia, Sócrates, com a sua mensagem do “conhece-te a ti mesmo” iniciou um novo paradigma, relativamente ao existente à época, colocando a tónica no próprio ser. Sócrates não terá deixado qualquer escrito e o que sabemos do seu pensamento é através dos seus seguidores, nomeadamente de Platão. Através deles sabemos que a base da sua filosofia está no oráculo do Pórtico de Delfos “conhece-te a ti mesmo” aliada ao método, a maiêutica, que consistia na descoberta da verdade por meio de perguntas e ironias, e a sua máxima: “só sei que nada sei”. Para ele, a liberdade é a capacidade de dominar-se e “obedecer” à verdade que descobre em si mesmo. Ao contrário, a escravidão é deixar que os sentimentos e paixões o controlem. Só a verdade e o bem conduzem à felicidade, o que leva Platão, na Apologia de Sócrates, a fazer uma recomendação aos juízes que o acabavam de condenar à morte: «também vós, juízes, deveis ter grande esperança na morte e meditar nesta verdade: que nenhum mal pode atingir um homem bom, em vida ou depois da morte e que o deus não o despreza».⁴⁶ Para Sócrates era preferível morrer que renunciar à verdade, o que o leva a afirmar no final da Apologia que «nem foi um acaso o que ora aconteceu, pois é-me evidente que era melhor morrer agora e livrar-me de trabalhos».⁴⁷ Embora reconheça

⁴⁵ Andityas S. M. Costa Matos, «Destino e liberdade no pensamento estoico greco-romano», *Revista Filosófica de Coimbra* n. 43 (2013): 33.

⁴⁶ Platão. *Éutifron, Apologia de Sócrates, Críton*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 33 c-d, pág 114.

⁴⁷ Platão, *Éutifron, Apologia de Sócrates, Críton*. 33 d, pág 114.

que nem foi esse o motivo daqueles que o acusaram e condenaram, mas porque julgavam fazer-lhe mal e por isso merecem censuras.⁴⁸

Outros dois filósofos clássicos, Platão e Aristóteles, não só associaram a liberdade ao bem, como viram nela uma essência do ser humano. Platão, com uma ideia política de liberdade, ao descrever como se originam as várias formas de governo e os homens que lhe correspondem, associa à democracia o homem livre.⁴⁹ Para ele homem livre é, um pouco à imagem de Sócrates, o que consegue dominar os seus sentimentos, porque como diz «...uns prazeres provêm de desejos nobres e bons, outros de perversos, e que se devem cultivar e honrar os primeiros, e castigar e escravizar os segundos».⁵⁰ Por isso, segundo Platão, quem o consegue «na vida dele, não há ordem nem necessidade; considera que uma vida destas é doce, livre e bem-aventurada, e segue-a para sempre».⁵¹ Todavia, segundo afirma na parte final da República ao contar o mito de Er, ele coloca a responsabilidade da escolha na alma do homem, pois:

não é um génio que vos escolherá, mas vós que escolhereis o génio. O primeiro a quem a sorte couber, seja o primeiro a escolher uma vida a que ficará ligado pela necessidade. A virtude não tem senhor; cada um a terá em maior ou menor grau, conforme a honrar ou a desonrar. A responsabilidade é de quem escolhe. O deus é isento de culpa.⁵²

Portanto a escolha do modo de vida que se quer é da responsabilidade da alma de cada um e feita essa escolha ela torna-se irreversível.

Aristóteles, um marco do pensamento da Grécia Antiga, também refletiu direta ou indiretamente no conceito de liberdade. Como em todos os outros autores, não é possível reduzir a três ou quatro linhas o que ele pensava da liberdade, mas tentarei, a partir de alguns dos seus escritos, com o auxílio de alguns comentadores da sua filosofia, extrair o que acho essencial para o tema de que me ocupo.

Tal como Platão, Aristóteles dá-nos uma ideia de liberdade a partir da sua noção de homem como ser político. No início do seu tratado de política, ele refere-se ao governo doméstico e às relações entre os seus membros e daí podemos concluir com Rabuske que «na Antiguidade, o termo “liberdade” significava, antes de tudo, o estado do cidadão “livre” face ao escravo».⁵³ Aristóteles fala, no entanto, nesse tratado, de uma escravidão natural e duma escravidão convencional. Ele afirma que «todos os seres, desde o primeiro instante do seu

⁴⁸ Cf. Platão, *Éutifron, Apologia de Sócrates, Críton*. 33 d-e, pág 114.

⁴⁹ Cf. Platão, *República*, VIII, 557 b, pág 386.

⁵⁰ Platão, *República*, VIII, 561 b-c, pág 394.

⁵¹ Platão, *República*, VIII, 561 d, pág 395.

⁵² Platão, *República*, X, 617 e-d, pág 493.

⁵³ Edvino A. Rabuske, *Antropologia Filosófica, Um estudo sistemático*. (Petrópolis: Vozes, 3ª Edição, 1987), 88.

nascimento, estão, por assim dizer, marcados pela natureza, uns para mandar, outros para obedecer».⁵⁴ Diz, ainda, que como qualquer animal, «o homem é aquele perfeitamente constituído de alma e corpo».⁵⁵ A alma tem supremacia sobre o corpo e assim

é, naturalmente escravo aquele que não tem alma nem meios, para se decidir a depender de outrem. Estão nestas condições aqueles que só têm instinto, quer isto significar que se apercebem muito bem da razão nos outros, mas que não possuem por si próprios o uso dessa mesma razão.⁵⁶

O uso da razão assume, deste modo, um aspeto essencial na ideia de liberdade em Aristóteles, tal como a escravidão, como estado que se lhe opõe. Por isso ele afirma que, além da escravidão natural, há a estabelecida pela lei e a superioridade da coragem não é uma razão para escravizar os outros. O uso da razão será, pois, em Aristóteles essencial para a conquista da liberdade. Não será o corpo a mandar na alma, mas a alma a ter supremacia sobre o corpo. Daí ele afirmar que há homens propensos para mandar e por isso serem livres e outros para obedecer. No entanto, também afirma logo no início do seu tratado que «todas as acções dos homens têm por finalidade o que eles consideram ser um bem».⁵⁷ Como afirma noutra das suas obras que «todos os homens têm, por natureza desejo de conhecer»⁵⁸ e é a obtenção desse objetivo que gera a felicidade.⁵⁹

José F. Mora afirma, no seu dicionário de filosofia, que Aristóteles para além do ideal de autonomia no conceito de liberdade procura também coordenar a ordem natural com a ordem moral através do conceito de finalidade. Tal como nos processos, o homem também tende a um fim e esse fim é a felicidade. No homem não acontece como nos outros processos porque é próprio do homem poder exercer acções voluntárias e essas acções são as que carecem de coerção ou ignorância.⁶⁰

Podemos, pois, afirmar que na filosofia de Aristóteles o homem torna-se um ser ontologicamente livre porque a realização do seu ser, da sua felicidade passa pela liberdade.

Com o surgimento do cristianismo, a questão da liberdade torna-se um tema ainda mais fulcral. Não tem apenas a ver com a consolidação da libertação do povo hebreu, mas acima de tudo com a liberdade pessoal, que pode ser sintetizada numa frase da Carta de São Paulo aos Gálatas: «É para a liberdade que Cristo nos libertou» (Gal 5, 1). São Paulo, que nos seus escritos, foi um dos que mais abordou este tema da liberdade, ele que, após um tempo em que

⁵⁴ Aristóteles, *Tratado da Política*, Livro I, Cap 1, pág 12.

⁵⁵ Aristóteles, *Tratado da Política*, Livro I, Cap 1, pág 13.

⁵⁶ Aristóteles, *Tratado da Política*, Livro I, Cap 1, pág 13.

⁵⁷ Aristóteles, *Tratado da Política*, Introdução, pág 5.

⁵⁸ Aristóteles, *Metafísica*, Atlântida, 2ª Edição, Coimbra 1969, pág 3.

⁵⁹ Cf. Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, Edições Universitárias Lusófonas, 1095a 14-20, pág 37.

⁶⁰ Cf. José Ferrater Mora, *Dicionário de Filosofia*, (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 5ª Edição, 1982), 236.

“viveu na escravidão”, abraça uma vida livre. A vida livre é a libertação das amarras das leis que escravizavam para viver segundo as leis do Espírito. É essa vida segundo o Espírito que é a liberdade, e uma vida nova. Essa vida traduz-se no agir diário de servir os outros.

Como afirma José F. Mora no seu dicionário de filosofia, para os cristãos entender a liberdade como ausência de coação já não é suficiente como não é igualmente suficiente a liberdade como escolha ou livre arbítrio.⁶¹ Pode usar-se bem ou mal o livre arbítrio o que leva São Paulo a afirmar que «faço não o bem que quero, mas o mal que não quero» (Rom 7,15). Começa, então, a desenhar-se uma distinção clara entre liberdade e livre arbítrio, que será feita, sobretudo, por Santo Agostinho.

Com efeito, com Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, dois dos mais ilustres pensadores cristãos, há a tentativa de conciliar o pensamento racional com a fé. Também para eles a liberdade é um tema essencial. Santo Agostinho considera a liberdade um bem e uma característica essencial no homem. O mal está no uso abusivo e errado dessa liberdade, pelo livre arbítrio, que todos temos e que é um bem. Na senda do pensamento platónico, Santo Agostinho, considera que a liberdade é, essencialmente, a procura do Bem.

Em várias obras, Santo Agostinho menciona esta problemática da liberdade. Por exemplo, nas Confissões ele refere que «esforçava-me por entender (a questão) – que ouvia declarar – acerca de o livre arbítrio da vontade ser a causa de praticarmos o mal, e o Vosso recto juízo o motivo de o sofrermos. Mas era incapaz de compreender isso nitidamente».⁶²

Na sua obra, onde se debruça mais detalhadamente sobre este assunto, no Livre Arbítrio, no diálogo que mantém com o seu interlocutor, Evódio, chega à conclusão que o mal moral tem a sua origem no livre arbítrio da nossa vontade.⁶³ Mas o livre arbítrio, no homem, é um bem e por isso só pode vir de Deus e dele não pode vir a não ser o bem.⁶⁴ No seu diálogo, Agostinho conclui que:

Por conseguinte, do mesmo modo como aprovas a presença desses bens no corpo e que, sem considerar os que deles abusam, louvas o doador, de igual modo deve ser quanto à vontade livre, sem a qual ninguém pode viver com retidão. Deves reconhecer: que ela é um bem e um dom de Deus, e que é preciso condenar aqueles que abusam desse bem, em vez de dizer que o doador não deveria tê-lo dado a nós.⁶⁵

⁶¹ Cf. Mora, *Dicionário de Filosofia*, 237.

⁶² Agostinho, *Confissões*, trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina (Porto: Apostolado da Imprensa, 11ª Edição, 1984) VII, 3, pág 158-159.

⁶³ Cf. Santo Agostinho, *Livre Arbítrio*, trad. Nair de Assis Oliveira (São Paulo: Paulus, 2ª Edição, 1995) I, 35a, pág 69.

⁶⁴ Cf. Agostinho, *Livre Arbítrio*, II, 1,2,3, pág 73-75.

⁶⁵ Agostinho, *Livre Arbítrio*, II, cap18, 48 pág 136.

Portanto, Santo Agostinho, na procura da origem do mal, chega à conclusão que este acontece devido ao livre arbítrio do homem, que é um bem, mas quando mal utilizado origina o mal. Desta forma, ele faz uma distinção clara entre liberdade e livre arbítrio. Livre arbítrio na medida em que temos essa faculdade que nos permite escolher, inclusivamente o mal. A liberdade está orientada para o bem e por isso ele refere que «sem dúvida, não existe verdadeira liberdade a não ser entre pessoas felizes, as quais seguem a lei eterna».⁶⁶

Igualmente para S. Tomás de Aquino, em que o pensamento tem uma perspectiva mais aristotélica, a persecução do bem é essencial na liberdade. Tal como Santo Agostinho, confrontou-se e refletiu sobre o mal moral, resultado da liberdade humana. Esse mal nunca pode ser da responsabilidade de Deus, que é a causa primeira e origem do Homem, mas advém das escolhas deste, como causa segunda, pela faculdade que tem nas suas opções, e que podem não ser as melhores para o seu objetivo final que é a felicidade, e em última instância o repouso definitivo em Deus.

Segundo Mora, para São Tomás o homem tem livre arbítrio, mas também tem vontade, que deve ser livre de qualquer coação.⁶⁷ A ausência de coação faz parte da vontade, mas não é toda a vontade. A liberdade para São Tomás, na perspectiva deste autor implica uma escolha, mas é mais que uma simples escolha. Ele afirma:

não há liberdade sem escolha, mas a liberdade não consiste unicamente em escolher e menos ainda em escolher-se completa e absolutamente a si mesmo: consiste em escolher algo transcendente. Pode haver erro nesta escolha para a qual o homem usa do livre arbítrio. Se o homem escolhe por si mesmo e sem nenhuma ajuda de Deus, escolherá certamente o mal. Deste modo se afirma que há completa liberdade de escolha, mas isto não significa que exista só ela.⁶⁸

Deste modo, para São Tomas de Aquino também há uma distinção clara entre livre arbítrio e liberdade a que alguns autores chamaram de liberdade fundamental.⁶⁹

Para o pensamento racional moderno, que tem em Descartes um dos seus primeiros e expoente máximo, o tema da liberdade foi igualmente objeto de reflexão. Com as revoluções de pensamento e conhecimento existentes à época, em que o Homem e a sua razão passam a ser o “centro do mundo”, Descartes com a sua máxima “eu penso, logo existo” (em latim, *Cogito, ergo sum*), também contribuiu significativamente para a compreensão da liberdade. Desde logo, afirmando a existência de Deus, ele defende a ideia de uma liberdade divina e liberdade humana, em que a liberdade divina é, naturalmente, infinita como deduz a razão

⁶⁶ Agostinho, *Livre Arbítrio*, I, cap15, 32 pág 65.

⁶⁷ Cf. Mora, *Dicionário de Filosofia*, 238.

⁶⁸ Mora, *Dicionário de Filosofia*, 238.

⁶⁹ Cf. Rabuske, *Antropologia filosófica*, 90.

humana. Para a liberdade humana também é de extrema importância a razão que, de certa forma, “ilumina” as decisões do homem nas suas opções livres. É mais livre quem mais racionalmente avalia antecipadamente as decisões que toma.

Numa das cartas que Descartes escreve ao seu amigo padre Mesland, no dia 2 de maio de 1644 em que aborda este tema, podemos encontrar uma síntese do que pensa sobre a liberdade. Diz-lhe que a sua opinião sobre o livre arbítrio não lhe parece muito diferente da dele. Afirma que «não disse que o homem só é indiferente quando lhe falta conhecimento; mas sim, que é ainda mais indiferente, quando conhece menos razões que o levam a escolher uma parte em vez da outra»⁷⁰ E adianta que

de uma grande claridade no entendimento segue uma grande inclinação na vontade; de modo que, vendo muito claramente que uma coisa nos é peculiar, é muito difícil, e até, creio, impossível, enquanto permanecermos neste pensamento, interromper o curso do nosso desejo.⁷¹

Descartes dá como exemplo os bem-aventurados em que no entendimento há apenas luz, em parte, porque são confirmados pela graça, mas desta forma eles são livres porque as suas ações estão determinadas por esta vontade positiva iluminada pela razão. Ao contrário, os animais sem razão, como não têm esta vontade e poder positivo de se determinar, não são livres.

Ainda nesta carta, Descartes afirma que ninguém o impediu de falar da liberdade como prática do bem ou do mal, mas evitou entrar no campo da teologia e preferiu manter-se nos limites da filosofia natural. Em todo o caso, ele afirma que onde há ocasião de pecado há indiferença. A indiferença, para Descartes, é o grau mais baixo de liberdade pela equidistância entre uma e outra opção. Havendo uma decisão racional, pensada e refletida, há maior liberdade. A inclinação e a procura do bem também é, na sua perspectiva, uma opção de maior liberdade do homem, afirmando que se nós “víssemos claramente” seríamos impedidos de pecar, utilizando a expressão latina *omnis peccans est ignorans* para reforçar a ideia de que o pecado existe porque há ignorância.⁷² Referindo-se à questão da Graça, ele pensa que não impede totalmente a indiferença. Ela ajuda a uma maior “inclinação” num sentido em vez do outro e desta forma diminui a indiferença, mas não diminui a liberdade.

⁷⁰ Descartes, *Lettres*, (Paris: Presses Universitaires de France, 1954), 106. «Je n'ai point dit que l'homme ne fût indifférent que là où il manque de connaissance; mais bien, qu'il est d'autant plus indifférent, qu'il connaît moins de raisons qui le poussent à choisir un parti plutôt que l'autre» (A tradução é minha, bem como todas as seguintes que dizem respeito a este texto. A tradução das expressões latinas é baseada na versão francesa).

⁷¹ Descartes, *Lettres*, 106-107. «*Ex magna luce in intellectu sequitur magna propensio in voluntate*; en sorte que, voyant très clairement qu'une chose nous est propre, il est très mal aisé, et même, comme je crois, impossible, pendant qu'on demeure en cette pensée, d'arrêter le cours de notre désir».

⁷² Cf. Descartes, *Lettres*, 108. «todo o pecador o é por ignorância»

Já na liberdade divina se pode dizer que a indiferença é o máximo de liberdade, porque Deus tudo quer ou não quer, da mesma forma. A ideia que temos d'Ele é que não tem limites. Descartes utiliza a expressão de Santo Agostinho, que considera muito feliz, *quia vides ea, sunt*, porque em Deus *videre et velle* são a mesma coisa.⁷³

Para Espinosa, outro pensador racionalista, contemporâneo de Descartes, holandês, de ascendência portuguesa, a liberdade também foi um tema importante, sendo, até, considerado vanguardista no que diz respeito ao tema da liberdade religiosa. Mas, relativamente à liberdade ele assume uma posição determinista como alguns autores do seu tempo que «sustentaram que a liberdade consiste fundamentalmente em seguir “a própria natureza” enquanto esta natureza se encontra em relação estreita com toda a realidade».⁷⁴ José F. Mora afirma que Espinosa é considerado um dos mais acérrimos “deterministas”.⁷⁵

Segundo Rivanda Lima Rocha para Espinosa a liberdade procede da ação humana, de acordo com as leis da natureza sem se deixar levar por causas exteriores.⁷⁶ A liberdade humana em Espinosa, segundo esta autora, radica na escolha livre ou mesmo voluntária dos sujeitos, mas em relação com a contingência.⁷⁷ A razão nunca irá contra a natureza humana, pelo contrário, a sua utilização possibilitará a realização da sua essência.

Os homens consideram-se livres, mas, de facto, segundo Espinosa isso acontece porque desconhecem as razões de agirem de tal forma. Citado por Rivanda Rocha, Espinosa afirma na sua obra *Ética* que «os homens se julgam livres apenas porque estão conscientes de suas ações, mas desconhecem as causas pelas quais são determinados».⁷⁸ Ainda mais esclarecedor da sua ideia de liberdade, manifesta-a no seguinte texto:

os homens enganam-se ao se julgarem livres, julgamento a que chegam apenas porque estão conscientes de suas ações, mas ignoram as causas pelas quais são determinados. É, pois, por ignorarem a causa de suas ações que os homens têm essa ideia de liberdade. Com efeito, ao dizerem que as ações humanas dependem da vontade estão apenas pronunciando palavras sobre as quais não têm a única ideia.⁷⁹

Portanto, para ele, o Homem é determinado nas suas ações, embora esteja consciente do que faz. Pensa que é livre porque desconhece as razões que o levam a agir de tal forma, o facto

⁷³ Descartes, *Lettres*, 109. «Porque vêes estas coisas elas existem» e «ver e querer»

⁷⁴ Mora, *Dicionário de Filosofia*, 238.

⁷⁵ Cf. Mora, *Dicionário de Filosofia*, 238.

⁷⁶ Cf. Rivanda Lima Rocha. «A ética dos afetos em Espinosa: o problema da liberdade», *Revista Cacto, Ciência, Arte, Comunicação em Transdisciplinaridade Online*, nº2, Volume 1, Instituto Federal Sertão Pernambucano (2021): 114.

⁷⁷ Cf. Rivanda Lima Rocha. «A ética dos afetos em Espinosa: o problema da liberdade», 115.

⁷⁸ Rivanda Lima Rocha. «A ética dos afetos em Espinosa: o problema da liberdade», 111.

⁷⁹ Rivanda Lima Rocha. «A ética dos afetos em Espinosa: o problema da liberdade», 109.

é que, segundo Espinosa, existem motivos para que haja dessa maneira e nessa perspectiva determinação nas ações dos homens.

Um pouco no sentido da opinião de Espinosa, foi também Lutero, que viveu bastantes anos antes, mas que influenciou igualmente de uma forma decisiva a história do seu tempo. A liberdade foi igualmente um dos temas importantes do seu pensamento, pois escreveu um tratado da liberdade cristã. Embora a sua primordial “preocupação” não fosse a liberdade do indivíduo, como na maioria dos autores que tenho referido, mas a liberdade do cristão, ele não deixa de ter o seu próprio conceito de liberdade que assenta na responsabilidade. Segundo Teresinha Maria Duarte e Tamiris Alves Muniz, Lutero desenvolveu sua concepção de liberdade vinculada à responsabilidade social.⁸⁰ Segundo estas autoras,

Lutero defendeu a liberdade de consciência, chamando as pessoas a serem não só indivíduos, mas sujeitos de suas ações; inclusive, se preocupando também com o coletivo, com os deveres para com a vida terrena e suas responsabilidades, o que é um princípio válido não apenas para a fé cristã, mas para o pensamento em geral.⁸¹

Para ele, o cristão é livre. Mas com a defesa dos “Sola” (*Scriptura, Gratia, Fide*), muito concretamente com o *Sola Gratia* (Somente a Graça), ele acentua o poder da Graça divina em detrimento daquilo que pode ser a liberdade de ação do homem. A salvação depende mais da Graça de Deus do que propriamente daquilo que o homem possa fazer livremente.

O conceito de liberdade de Lutero torna-se um pouco ambíguo o que leva Márcio Gimenes de Paula a afirmar que segundo Lutero «o homem é livre, ainda que seja servidor».⁸² Pois, após a “queda”, onde o homem se encontra por sua culpa, pelo seu livre arbítrio escolhe aquilo que deseja, e não deixa de ser uma escolha, embora auxiliada pela Graça divina, porque apenas com o esforço próprio é impossível.⁸³ Há livre escolha, mas é uma escolha muito limitada, pois depende da Graça divina. De Paula reforça esta ideia central da liberdade no cristão em Lutero, citando-o com ditados da sua época: «as boas obras não fazem o homem bom, mas o homem bom faz boas obras».⁸⁴ Lutero refere ainda que «as más obras nunca tornam o homem mau, mas o homem mau executa más obras».⁸⁵ Por isso ele conclui a partir destes ditados «que a pessoa deverá ser boa e justa já antes de realizar boas obras, ou seja, que ditas

⁸⁰ Cf. Teresinha Maria Duarte e Tamiris Alves Muniz, «O Conceito de liberdade em Lutero», *La Razón Histórica. Revista Hispanoamericana de Historia de las Ideas*, nº8, Instituto de Estudios Históricos y sociales, 2009, 59.

⁸¹ Duarte, Teresinha Maria e Tamiris Alves Muniz, «O Conceito de liberdade em Lutero», 59.

⁸² Márcio Gimenes de Paula, «O tema da liberdade do cristão em Lutero e sua influência em Karl Löwith e no idealismo italiano do século XX», *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, v.5, n.2, (Brasília dezembro 2017) 283.

⁸³ Cf. Martim Lutero. *Da Liberdade Cristã*. (São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil: Editora Sinodal, 3ª Edição, 1979), 8, pág15.

⁸⁴ De Paula, «O tema da liberdade do cristão em Lutero», 284.

⁸⁵ Martim Lutero. *Da Liberdade Cristã*, 23, pág 34.

obras emanam da pessoa justa e boa». ⁸⁶ Critica aqueles que possam pensar em si e com as suas obras procurem conseguir a salvação, mas a esses ele diz que não sabem o que é a fé e liberdade cristãs. ⁸⁷ Porque só na fé e com a ajuda da Graça divina se pode ser verdadeiramente livre e essa é a verdadeira liberdade espiritual e cristã terminando o seu tratado afirmando que «é a liberdade que supera a toda outra liberdade, tal como os céus superam a terra». ⁸⁸

Para Kant, outro dos pensadores mais influentes na história do mundo ocidental, a liberdade é um conceito essencial no seu sistema filosófico unindo aquilo que ele chama de razão pura e razão prática. É um novo conceito e perspectiva sobre a liberdade, que não assenta tanto na causalidade da ação humana e na liberdade divina ou humana, mas na autonomia da vontade iluminada pela razão. O homem é um ser que vive na natureza, mas a sua razão “permite-lhe” que não esteja apegado ao mundo sensível e na sua realização procure atingir o que é para si um verdadeiro bem. Mora afirma que o homem é livre, segundo Kant, não por uma questão de causalidade, porque pertencendo ao reino natural não tem como “fugir” a essa realidade. Como não é inteiramente desse reino, mas está igualmente implicado no reino da moralidade, aí, não só há liberdade, como não pode não havê-la. ⁸⁹

Numa das suas obras mais emblemáticas, e talvez a mais importante, onde expõe o seu pensamento sobre a realidade e como a entendemos, a *Crítica da razão pura*, Kant refere-se deste modo à liberdade do homem:

Quando agora (por exemplo) me levanto da cadeira, completamente livre e sem a influência necessariamente determinante de causas naturais, nesta ocorrência, com todas as suas consequências naturais, até ao infinito, inicia-se absolutamente uma nova série, embora quanto ao tempo seja apenas a continuação de uma série precedente. Com efeito, esta resolução e este acto não são a consequência de simples acções naturais, nem a mera continuação delas, porque as causas naturais determinantes cessam por completo com respeito a este acontecimento antes dessas acções; o acontecimento sucede certamente a essas acções naturais, mas não *deriva* delas e deverá portanto considerar-se, em relação à causalidade, que não ao tempo, o começo absolutamente primeiro de uma série de fenómenos. ⁹⁰

Mas, Kant refere numa outra passagem desta obra que o que pretendia, não era expor a realidade da liberdade e tampouco a sua possibilidade, mas que não há antinomia, embora aparente, entre natureza e liberdade, no que diz respeito à causalidade. ⁹¹ O que leva Mora a

⁸⁶ Martim Lutero. *Da Liberdade Cristã*, 23, pág 34.

⁸⁷ Cf. Martim Lutero. *Da Liberdade Cristã*, 29, pág 46.

⁸⁸ Martim Lutero. *Da Liberdade Cristã*, 30, pág 48.

⁸⁹ Cf. José Ferrater Mora. *Dicionário de Filosofia*. (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 5ª Edição, 1982), 239.

⁹⁰ Immanuel Kant. *Crítica da Razão Pura*, trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, agosto de 1985), 410.

⁹¹ Cf. Kant, *Crítica da Razão Pura*, 478.

afirmar que «é aparente o célebre conflito entre a liberdade e o determinismo».⁹² Embora também não queira significar que há uma cisão entre o reino da moralidade e o reino natural, na realidade concreta, apenas significa que o homem não é unicamente uma realidade natural.⁹³ Assim, segundo o autor do *Dicionário de Filosofia*, para Kant,

no seu carácter empírico o indivíduo deve submeter-se às leis da Natureza; no seu carácter inteligível, o próprio indivíduo pode considerar-se como livre. A conexão entre o reino da liberdade e o reino da necessidade dá-se dentro de uma realidade unitária, embora pertencendo, dentro da sua unidade, a dois mundos.⁹⁴

É partindo desta reflexão teórica, e de certa forma rompendo com a ideia de que ou há determinismo ou há liberdade, que Kant se apoia para construir o seu conceito de liberdade. Nesse conceito vai dar bastante importância à razão e à vontade no modo como o homem se realiza como ser livre.

Em suma, posso afirmar, com Francesco Pecorari, que ser livre para Kant,

consiste na autonomia da vontade que, iluminada pela razão, concretiza o “incondicionado” da lei moral. Ser livre, de um lado é ser capaz de resistir a todo condicionamento sensível, interno e externo, e de outro, é poder auto-determinar-se exclusivamente pela razão universal».⁹⁵

Como crente que era, para Kant a liberdade é a procura do verdadeiro bem, através da razão e da vontade, estando aberto ao transcendente.

Marx considerava-se antifilosofia, pois para ele o que interessava era a transformação do mundo e não tanto a sua interpretação. Nem por isso o seu pensamento deixa de ser importante, pelo contrário, pelas repercussões que teve na sua época e tempos posteriores, a sua concepção de liberdade é um contributo a considerar nas múltiplas ideias de liberdade que se foram construindo. Entende a liberdade humana baseada na criação prática dos indivíduos, nas suas circunstâncias e condições objetivas. Critica as concepções metafísicas de liberdade, pois para ele não existe a não ser no mundo material, real. Por isso ele compara a abelha ao arquiteto e diz que «o que distingue desde logo o pior dos arquitectos da abelha mais experiente é o facto de aquele ter construído a célula na sua cabeça antes de a ter construído».⁹⁶

Marx parte da concepção que tem do ser humano e do trabalho, da vida produtiva, como sua atividade vital e só a partir daí podemos perceber a sua ideia de liberdade. Distingue desde

⁹² Mora. *Dicionário de Filosofia*, 239.

⁹³ Cf. Mora. *Dicionário de Filosofia*, 239.

⁹⁴ Mora. *Dicionário de Filosofia*, 239.

⁹⁵ Francesco Pecorari, «O conceito de liberdade em Kant», *Revista Ética e Filosofia Política*, nº 12, Volume 1, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Instituto de Ciências Humanas – ICH, Departamento de Filosofia (abril 2010): 44.

⁹⁶ Citado por Terry Eagleton. *Marx e a Liberdade*. (Lisboa: Edições Dinossauro, 2002), 19.

logo a atividade vital no animal que é uma necessidade material imediata e se confunde com ele, enquanto que o homem tem uma atividade vital consciente, que não se confunde com ele.⁹⁷ O ser humano procura realizar as suas potencialidades, mas qualquer das formas o seu pensamento é sempre causado e condicionado por fatores materiais.⁹⁸ A liberdade realiza-se pela criação, pelo trabalho, na transformação das condições objetivas em que se encontra, é por isso que, segundo Eagleton, para Marx «somos livres quando, tal como os artistas, produzimos sem sermos agrilhoados por este ou aquele constrangimento físico».⁹⁹

Segundo Marx o animal «só produz sob o império da necessidade física imediata, enquanto o homem produz mesmo quando está liberto da necessidade física, e só produz verdadeiramente quando dela se liberta».¹⁰⁰ O que leva Eagleton a afirmar que «para Marx, a liberdade equivale a uma espécie de superabundância criadora».¹⁰¹ É essa superabundância criadora que permite a Marx distinguir entre trabalho intelectual e trabalho material e só as sociedades que têm esse “excedente económico” suficientemente importante têm condições que lhes permitem dispensar alguns dos seus membros do trabalho produtivo material e se dediquem ao intelectual.¹⁰²

A liberdade para Marx, nesta perspetiva implica um afastamento do homem da atividade vital necessária e imediata como acontece, por exemplo, nos animais, através de uma atividade vital produtiva, mas consciente, que o leva a adquirir a possibilidade de tomar outras opções e a viver mais confortavelmente, como ser humano. Pode-se dizer que a liberdade, nesta perspetiva, também conduz o homem à felicidade, mas apenas num horizonte materialista da vida.

Muitos outros pensadores se debruçaram sobre o tema da liberdade. Não é possível referirlos todos, mas acho de alguma relevância o caso do inglês John Stuart Mill, relativamente recente, que lhe dedicou também uma obra: *Sobre a liberdade*. Não se trata de uma reflexão marcadamente filosófica como acontece na maioria dos autores que já referi, mas é sobretudo uma reflexão política da liberdade e do equilíbrio entre o poder dos estados e do direito individual, que influenciou bastante o pensamento do século XX. O Princípio da Liberdade de Mill afirma que só se pode limitar justificadamente a liberdade de ação de uma pessoa se esta ameaçar prejudicar outrem. Jonathan Wolf diz que é um princípio «que pode parecer

⁹⁷ Cf. Eagleton. *Marx e a Liberdade*, 19.

⁹⁸ Cf. Eagleton. *Marx e a Liberdade*, 15.

⁹⁹ Eagleton. *Marx e a Liberdade*, 36.

¹⁰⁰ Citado por Eagleton. *Marx e a Liberdade*, 36.

¹⁰¹ Eagleton. *Marx e a Liberdade*, 13.

¹⁰² Cf. Eagleton. *Marx e a Liberdade*, 14.

flagrantemente óbvio, mas não foi óbvio durante grande parte da história». ¹⁰³ Isto revela, de alguma forma, um novo conceito de liberdade que nem sempre existiu, mas que se tornou vulgar com Stuart Mill.

Para Sartre, filósofo existencialista francês, para quem o homem é um ser ontologicamente livre, a liberdade é, naturalmente, um tema essencial. Segundo Cassiano Reimão, a liberdade é, precisamente, a ideia básica do seu percurso filosófico, onde «nós somos aquilo em que, pelo exercício da liberdade, nos tornamos». ¹⁰⁴ Sartre aporta-nos a sua conceção de liberdade, que não deixa de ser substancialmente diferente de muitas daquelas a que já me referi. Numa das suas obras, talvez a mais emblemática da sua filosofia, *O Ser e o Nada*, ele refere-se explicitamente à noção de liberdade. Na quarta parte, após uma longa e pormenorizada explicação da sua conceção do mundo e da realidade humana, ele inclui o tema da liberdade. Começa por criticar como tanto se argumentou a favor do determinismo e do livre arbítrio sem que antes se tenha tentado explicitar as estruturas contidas na própria ideia de ação. ¹⁰⁵

Reconhece a dificuldade de descrição da liberdade, mas isto deve-se ao facto, segundo ele, da liberdade não ser essência, mas acto e a essência é precedida da existência. ¹⁰⁶ Isto leva-o a afirmar que «estou condenado a existir para sempre para-além de minha essência, para-além dos móveis e motivos de meu ato: estou condenado a ser livre». ¹⁰⁷ Esta ideia, ele reforça-a na sua conferência de defesa do existencialismo, quando afirma que «é o que traduzirei dizendo que o homem está condenado a ser livre. Condenado, porque não se criou a si próprio; e no entanto livre, porque uma vez lançado ao mundo, é responsável por tudo o que fizer». ¹⁰⁸

Não aceitando a ideia de Deus, para ele a liberdade humana é praticamente absoluta, apenas condicionada pelas limitações físicas do ser. No homem «não há determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade». ¹⁰⁹ No entanto, todas as opções tomadas pelo ser humano, em liberdade, o responsabilizam. E estando condenado a ser livre, o que não é possível é não escolher. ¹¹⁰ Qualquer das formas, segundo ele «nunca podemos escolhermos o mal, o que escolhermos é sempre o bem, e nada pode ser bom para nós sem que o seja para todos». ¹¹¹ Isto

¹⁰³ Jonathan Wolff. *Introdução à Filosofia Política*. (Lisboa: Gradiva, 2004), 156.

¹⁰⁴ Cassiano Reimão. *Consciência, Dialéctica e Ética em J.-P. Sartre*, (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005), 125.

¹⁰⁵ Jean-Paul Sartre. *O Ser e o Nada. Ensaio de Ontologia Fenomenológica*. (Petrópolis: Editora Vozes, 16ª Edição, s.d.), 536.

¹⁰⁶ Sartre. *O Ser e o Nada*, 541.

¹⁰⁷ Sartre. *O Ser e o Nada*, 543.

¹⁰⁸ Jean-Paul Sartre. *O Existencialismo é um Humanismo*, (Lisboa: Editorial Presença, 4ª Edição, 1978), 228.

¹⁰⁹ Sartre. *O Existencialismo é um Humanismo*, 227.

¹¹⁰ Cf. Sartre. *O Existencialismo é um Humanismo*, 254.

¹¹¹ Sartre. *O Existencialismo é um Humanismo*, 219.

leva-o a afirmar que o homem «carrega nos ombros o peso do mundo inteiro: é responsável pelo mundo e por si mesmo enquanto maneira de ser».¹¹²

Não é fácil resumir a dois ou três parágrafos a concepção de liberdade deste filósofo, que lhe deu tanta importância a ponto de afirmar que “somos condenados a ser livres” e que de alguma forma ganhou bastante expressão na nossa sociedade, mas penso que é esta a ideia central do seu pensamento sobre este assunto.

Muitos outros se pronunciaram sobre o tema. Na prática, qualquer homem, em qualquer tempo, se interroga sobre esta temática. Estas “pinceladas” sobre liberdade, que referi, são apenas um contributo, que já é enorme, para a compreensão da liberdade na atualidade, que todos estes autores nos transmitiram. Na verdade, as questões que os mais antigos se colocaram continuam hoje na mente de qualquer ser humano, as respostas que cada um dos citados sugeriram continuam a ser válidas, e por isso são lembradas e colhem mais ou menos o apoio de cada um, segundo a leitura que fazem do mundo e da existência. Esta questão da liberdade é um tema que está intimamente ligada ao ser humano. É transversal a todas as gerações e diz respeito a cada um dos seres humanos e por isso também todos os nossos contemporâneos se deparam com a interrogação da “sua” liberdade.

Para além destas reflexões sobre o tema, também muitos acontecimentos históricos nos fazem pensar sobre o conceito de liberdade, numa perspetiva mais social e comunitária, mas que implica também a liberdade individual. A revolução francesa, com a sua trilogia *liberté, égalité, fraternité* (liberdade, igualdade, fraternidade) inaugura uma nova perspetiva do que é ser livre. O modo de pensar e viver a liberdade mudou radicalmente. Não só alterou o modo como a sociedade francesa vive no seu conjunto estes objetivos da liberdade, igualdade e fraternidade, a que se propôs, mas a liberdade é uma aspiração de cada um dos seus cidadãos. De certa forma contraditória, ela tomou um caráter mais individualista, pela valorização e importância de que cada um dos indivíduos se reveste em detrimento da sociedade, que até então os “sufocava”, na sua liberdade.

Outro dos acontecimentos que nos transmite a ideia de liberdade é a independência dos Estados Unidos immortalizada na estátua a que foi precisamente chamada de “Liberdade”. O simbolismo subjacente na estátua de que a liberdade ilumina, em primeiro lugar, Nova Iorque, mas também o povo americano e o mundo, é o recordar a toda a humanidade da sua importância vital para o ser humano. A sua grandiosidade reflete igualmente o relevo que a liberdade deve ter para todos os homens. Apesar da afirmação da importância da liberdade para a humanidade

¹¹² Sartre. *O Ser e o Nada*, 678.

e da realização do ser humano, que estes acontecimentos citados, nos trouxeram, os homens não conseguiram evitar guerras e o espezinhamento de tal dimensão, nomeadamente e de modo tão brutalmente evidente, nos períodos das duas grandes guerras. De facto, a liberdade é tão essencial ao ser humano e uma das suas características principais que Bauman a comparou ao ar que respiramos.¹¹³ Mas, provavelmente, por má interpretação do que é a liberdade e por vê-la de forma individualista, do género “eu sou livre quando faço o que quero”, a sociedade atual, que tem a informação mais que suficiente, continua a debater-se com gravíssimos problemas no que a ela diz respeito. Portanto, a questão da liberdade, se sempre foi um tema atual e importante, ela coloca-se nos tempos em que vivemos, ainda de uma forma mais relevante.

A situação pandémica que assolou o mundo no início da terceira década do século XXI colocou questões de liberdade a que não estávamos habituados. As situações de confinamento, que muitos consideraram como direitos de liberdade que estavam a ser violados, foram talvez aquelas situações que mais apelaram a um entendimento do que é a liberdade nos nossos dias. Recordo uma afirmação polémica do então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, também ele, de alguma forma, uma personagem polémica, que durante a pandemia disse que preferia morrer do que lhe fosse restringida a liberdade, porque restringindo uma liberdade era o caminho para a ditadura. Foi em nome dessa liberdade que se opôs a medidas de combate à pandemia, como o isolamento social ou uso de máscaras, adotados como necessários, por todo o mundo.

Mais recentemente, em fevereiro de 2022, com a invasão do Estado Russo à Ucrânia, a ideia de que a liberdade dos povos era um dado mais ou menos adquirido, desmoronou-se e o drama da guerra, totalmente o contrário da liberdade, instalou-se na Europa, fazendo temer que as lições tiradas das duas grandes guerras não foram aprendidas por todos. É verdade que a liberdade é uma luta constante, e a história é também a luta de povos pela “sua liberdade”, havendo frequentemente guerras, mas esta surge numa época e numa região em que, aparentemente, o tema liberdade era um conceito consolidado, não apenas no que diz respeito à liberdade individual, mas também social, sabendo, no entanto, que sempre houve e continuará a haver “atropelos” à liberdade. Esta triste situação põe em evidência que o tema liberdade não só é atualíssimo, como é necessário fazer uma revisão e consciencialização para este conceito, na atualidade, com toda a complexidade que a vida quotidiana impõe, em favor de toda a humanidade.

Não sendo qualquer uma destas situações citadas anteriormente, alheias à vida no nosso país, e por isso causadoras de grandes interrogações relativamente ao tema de que me ocupo,

¹¹³ Cf. Zygmunt Bauman, *A Liberdade*, (Lisboa: Editorial Estampa, 1989), 9.

considero que os incêndios que, ano após ano acontecem e devastam território e destroem patrimônio e até a vida das pessoas, são igualmente acontecimentos que, em diversas perspectivas, têm a ver com a liberdade e como a entendemos. Devido ao perigo de surgimento desses incêndios, houve proibições de diversas atividades nas florestas, que de certo modo colidem com o direito à liberdade, concretamente de trabalho, de movimentos ou outras. São situações complexas, mas será que a liberdade, tal como é hoje entendida, na generalidade, é uma ajuda para as compreender, ou pelo contrário é um obstáculo? Na perspectiva dos incendiários, que liberdade existe? E na perspectiva daqueles que lucram ano após ano com a existência de incêndios? Para não falar daqueles que são vítimas e que sentem, nessas circunstâncias, quase que uma ausência total de liberdade. São assustadoras situações, que acontecem com alguma frequência e pela qual também já passei, que é a retirada de pessoas de suas casas devido à perigosidade dos incêndios. Durante o tempo de retirada, e enquanto não se sabe como ficam os seus bens, muitas vezes o esforço de uma vida, são momentos de angústia, de total impotência perante o que acontece. Se o tema da liberdade foi sempre atual, estes acontecimentos e circunstâncias tornam ainda mais necessária a sua reflexão. Como é importante refletir o tema liberdade, no quotidiano dos dias de hoje, no mundo global que a internet nos proporciona, mas que pode trazer a ilusão de falsas liberdades, quer por alguns duvidosos objetivos da publicidade e propaganda, quer pelas modas que os “influencers” propõem, quer ainda pelas propostas de condutas que supostamente libertam, mas que, ao contrário, se revelam caminhos de servidão e dependência qualquer que seja esse tipo de dependência, que cada vez parecem ser mais.

Portanto, mesmo parecendo que a liberdade é um objetivo adquirido, quer pelo mundo ocidental, que desde cedo a considerou bastante importante, quer pelo nosso país, que a festeja há, praticamente, meio século, ela será sempre um assunto cheio de interesse e plena atualidade.

Como ficou claro no primeiro capítulo, este é um tema de aprendizagem e reflexão proposto aos alunos de EMRC, nomeadamente aos que frequentam o 8º ano de escolaridade, por isso merece que um professor da disciplina esteja o melhor preparado possível para que possa esclarecer também os seus alunos o melhor que possa, neste assunto tão difícil, mas ao mesmo tempo tão importante para a vida de cada um de nós.

Foi esta preparação que pretendi fazer ao abordar este tema, de certa forma, um pouco genérica, mas penso que importante para se poder “começar” a falar de liberdade: do que se trata e como foi entendida em várias épocas.

Apesar de tudo o que atrás ficou dito, das várias concepções de liberdade, continua a manter-se a grande questão: “será o Homem Livre?”. É o que tentarei abordar no ponto seguinte.

3 - SERÁ O HOMEM LIVRE?

Tão pertinente como os aspetos a que me referi anteriormente do conceito e noções de liberdade e da sua atualidade surge um outro, igualmente pertinente, que lhes está associado: será o Homem livre? Efetivamente, como já notei anteriormente, o conceito de liberdade é tão dinâmico ao longo da história da humanidade, que levou a práticas e respostas igualmente diferentes do que é a liberdade, mantendo, contudo, sempre a sua atualidade. Esta questão de ser ou não o homem livre acompanha e atrai também os pensadores ao longo dos tempos. A questão atingiu, porventura, o seu auge no pensamento de Espinosa ao afirmar a ilusão da liberdade, quanto diz que o homem pensa que é livre, mas não é tanto assim, porque a sua escolha já está predeterminada. Espinosa aborda este assunto na sua obra *Ética*, a que me referi anteriormente.¹¹⁴ No lado oposto, surge Jean-Paul Sartre ao afirmar a condenação do ser humano à liberdade. É impossível, segundo ele, ao homem fugir à escolha e por isso impossível não ser livre. Esta concepção de liberdade expressa na sua filosofia está presente nas obras que referenciei: *O Ser e o Nada* e *O Existencialismo é um Humanismo*.

Portanto, esta foi uma questão de outros tempos, não muito longínquos, e é também uma questão atual.

Em setembro de 2022, Svyatoslav, Pai e Primaz da Igreja Greco-Católica Ucraniana, refletindo sobre a resiliência dos ucranianos perante o conflito que opõe o seu país à Rússia afirmava que:

muitos que estiveram em cativeiro na Rússia, ou em prisões russas, sentiram que eles mesmos, de pés e mãos atados, com os olhos vendados, eram mais livres - viviam em um nível mais alto de liberdade do que seus carrascos. E é daí que vem o ódio do ocupante russo por um ucraniano livre. Porque este ocupante é um escravo, um escravo das ilusões humanas de seus ditadores.¹¹⁵

Nesta pequena reflexão, referindo-se à situação que o seu país atravessa uma fase muito complicada, abordava o tema da liberdade humana, nesta situação específica de guerra, em que normalmente acontecem privações de liberdade. É perceptível neste pequeno parágrafo que se fala da liberdade ou da sua ausência, mas igualmente se trata de liberdade em níveis diferentes.

¹¹⁴ Cf. Notas 78 e 79 do ponto anterior.

¹¹⁵ <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2022-09/ucrania-mensagem-arcebispo-greco-catolico-kiev-217-dia-guerra.html>, acedido a 06/10/2022.

Se os seus concidadãos estavam privados de liberdade a um nível básico, pois estavam “de pés e mãos atados, com olhos vendados”, eles eram mais livres a um outro nível superior de liberdade do que aqueles que os tinham como prisioneiros. Considera também que, quem supostamente goza de maior liberdade e que é ocupante, não é mais que um escravo, escravo das ilusões humanas.

Refiro estas breves linhas da reflexão do Primaz ucraniano sobre a liberdade, porque condensam de uma forma atual a questão que me ocupo neste capítulo: é ou não o homem livre? É notório, por aquilo que retiramos do texto e também pela experiência que cada um de nós tem da vida, em certas circunstâncias o homem não é livre. Mas não é livre de “uma certa liberdade”, daquela básica que mais facilmente se apercebe. Mas não sendo livre “dessa liberdade”, ou melhor a esse nível de liberdade, pode considerar-se, contudo, mais livre do que aquele que supostamente se julga livre. E aquele que se julga livre é, afinal, o escravo.

Esta reflexão sobre a liberdade humana não pretende focar-se apenas neste nível de liberdade, que parece mais ou menos “mensurável”, mas sobretudo naquele conceito alargado de liberdade que abrange o homem na sua totalidade e que é, no fundo, a questão que se põe desde sempre. Não podemos esquecer que o próprio conceito de liberdade implica desde logo a ação do homem e por isso também a sua liberdade ou ausência dela. Se para o estoico, liberdade significava viver harmoniosamente com a natureza, não queria dizer, por isso, que não se sentia livre, embora para outros conceitos isso não fosse liberdade.

Santo Agostinho, como já referi, na sua obra *De libero arbitrio*, na procura da explicação do mal moral, chega à conclusão inequívoca de que o homem é livre. Deus não pode ser responsável pelo mal moral. A origem do mal está no homem e é fruto do uso excessivo e erróneo da liberdade, que é um bem. Deus é criador de todos os bens. A vontade livre é um bem e um dom de Deus, embora esse bem deficientemente utilizado possibilite o mal, apesar de nos ter sido dado, sobretudo, em vista do bem. Contudo, se em vez de uma vontade livre houvesse coação não haveria retidão livre porque não haveria responsabilidade do homem. Na referida obra, Agostinho conclui que o livre arbítrio é um bem, e é o seu uso correto que torna o homem livre.¹¹⁶

Também S. Tomás de Aquino aborda esta questão e isso está refletido em algumas das suas obras.¹¹⁷ Tal como em Santo Agostinho também está presente a questão da origem do mal, da origem do homem e da sua natureza. Tanto para um, como para o outro, a realização do bem

¹¹⁶ Cf. Agostinho, *Livre Arbítrio*, II, cap18, 48 pág 136.

¹¹⁷ A questão está presente muito concretamente na Suma Teológica, na questão 83 da primeira parte e também nas Questões Disputadas *De Veritatae* (sobre a verdade) na questão 24 e no *De Malo* (sobre o mal) na questão 6.

e o objetivo da felicidade são igualmente temas comuns, que têm a ver com a liberdade. Ainda um e outro desenvolvem a tarefa de conciliar fé e razão. Se, Santo Agostinho afirma a liberdade do homem pela existência do mal, não podendo ser Deus o seu autor, S. Tomás explica essa realidade pela existência de causa primeira e causa segunda. Deus é causa primeira, porque origem do homem, mas o homem é causa segunda porque também é origem de determinadas ações. E é nessa condição que se funda a liberdade. O homem está determinado ao bem, a ser feliz, bem-aventurado, segundo S. Tomás, mas entre muitos “bens” pode escolher algum que é menos bom, e até escolher o mal como privação do bem. Portanto, no pensamento de S. Tomás, o homem é livre, melhor dizendo, tem livre arbítrio, porque, segundo ele, por um lado, não há determinismo no agir humano como nos outros seres não racionais, e por outro, mesmo havendo na condição humana algum determinismo ao Bem absoluto, faz escolhas entre bens particulares, precisamente, por essa capacidade que lhe foi concedida. Por essa razão o homem pode escolher não comer quando tem fome, ou, mesmo, não fugir quando se sente ameaçado, o que não acontece com os seres não dotados de razão, porque estão sujeitos às leis da natureza, ao determinismo. Embora o homem, enquanto criatura integrada na natureza criada, esteja sujeito às leis da natureza, tem esta capacidade característica única do ser racional que o distingue dos outros seres e que o torna um ser livre. Este tema da liberdade como elemento essencial característico e único da condição humana é um tema abordado por Santo Agostinho, e que S. Tomás reforça com a ideia da diferença entre seres racionais e não racionais para afirmar que o homem é livre, ao contrário dos outros seres.¹¹⁸

Parece, de facto, uma evidência, a completa distinção entre seres racionais e os outros seres vivos, nomeadamente os animais, e que essa radical diferença está essencialmente na liberdade daqueles, mas, como afirmei no início deste capítulo, mesmo assim a liberdade ou a sua ausência, no homem, continua sendo questionada, por várias razões e por muitos, nomeadamente aqueles que defendem o determinismo radical. O tema não é fácil e absolutamente consensual, no entanto, parece, globalmente aceite que o homem é um ser livre. Apenas em duas circunstâncias da vida se pode dizer que o homem não é livre: no nascimento e na morte. Pois, ninguém escolheu nascer. Não lhe foi dada a opção de nascer ou “não nascer”. Alguém tomou “essa liberdade” por nós, embora na sequência desse ato, qualquer homem se considere livre ou aspire a ser livre, isto é, por sua natureza um ser que deseja naturalmente ser livre. Na circunstância da morte, a questão da liberdade pode ser um pouco mais polémica, o certo é que a grande maioria dos seres humanos não são livres quando morrem, isto é, não

¹¹⁸ Cf. Anderson Machado R. Alves. «O fundamento da liberdade humana em Santo Tomás de Aquino» *Synesis*, v. 3, n. 2, (2011), 16.

escolhem o momento da sua morte e, certamente, nunca é seu desejo morrer. Podem acontecer circunstâncias que levem a esse desejo, mas, por certo, não é um desejo natural e livre. Tirando estes dois momentos da vida do ser humano, ela é uma persistente luta pela liberdade, e, igualmente, uma constante procura da sua compreensão.

Estes dois momentos, atrás referidos, nascimento e morte, inserem-se naqueles atos da vida de uma pessoa pelos quais não somos responsáveis, mas estão sujeitos às leis da natureza como todos os outros seres vivos. Efetivamente, o homem, como ser vivo que é, está sujeito a determinadas leis naturais, como todos os outros seres, mas desde cedo pensadores como os que tenho vindo a referir, como Aristóteles, Santo Agostinho ou S. Tomás anotaram, desde logo, semelhança em alguns aspetos entre todos os seres vivos, como por exemplo as operações orgânicas, mas há também diferenças muito substanciais entre o homem e os outros seres vivos, mesmo em relação aos animais. O homem não é apenas natureza. Santo Agostinho afirma que uma coisa é viver, outra é saber que se vive.¹¹⁹ Adianta que em alguns aspetos o animal é superior ao homem, por exemplo em força alguns, em olfato outros, mas saber que se vive é melhor do que viver e por isso a razão faz do homem um ser mais perfeito. Nessas diferenças também se inclui a liberdade, que estará presente no homem ao contrário de todos os outros seres vivos.¹²⁰

Romano Guardini, filósofo e teólogo do século passado, dedicou-se também ao estudo da liberdade. No início de uma das suas obras que trata especificamente este tema, começa por afirmar que na nossa experiência de vida acontecem processos variados, mas nesses processos manifestam-se diferenças essenciais que os agrupa em duas categorias distintas.¹²¹ Alguns deles, como operações orgânicas, movimentos involuntários, constrangimentos e tudo o que em nós é rotina, obedecem à necessidade e de certa forma não nos pertencem, não somos verdadeiramente o sujeito ativo, mas algo de anónimo em nós como o sistema orgânico-psíquico, o meio natural e sociológico, a situação histórica e tudo o que se move, que não tem intervenção da nossa parte. Diz ele que tais ações apenas nos pertencem num sentido restrito porque estamos envolvidos nelas e sofremos as suas consequências, mas não somos verdadeiramente o seu autor. Há, porém, outros processos em que sentimos que somos o seu verdadeiro autor. São ações que acontecem porque queremos e têm o seu começo em nós próprios. É nessas ações que reconheço o meu “eu”, que reconheço que são as minhas ações e nelas me realizo como pessoa. Guardini chama, no entanto, a atenção que esse “eu” livre não

¹¹⁹ Cf. Agostinho, *O livre arbítrio*, I, 7, 16, pág 45.

¹²⁰ Cf. Agostinho, *O livre arbítrio*, I, 7, 16, pág 44.

¹²¹ Cf. Guardini, *Liberdade Graça e Destino*, 8.

existe a não ser no mundo não real da norma e da intenção moral, porque o homem real pertence ao mundo da natureza. O que acontece é que o mundo não é apenas constituído pelo seu carácter material e físico, mas também pela pessoa livre com capacidade de agir. O eu, corpo e espírito é que é o sujeito de liberdade e é nesse ato livre que a pessoa realiza o seu ser, que está ordenado à liberdade e isso naturalmente só acontece no homem, pois os animais e plantas não têm espírito.

Guardini encontra no ato humano livre duas formas de o realizar: uma que acontece sobretudo nas naturezas onde predominam a inteligência e a vontade, a experiência da escolha, que ele diz acontecer quando o «fator de iniciativa procura elevar-se *por cima* duma dada situação e do próprio ser, deixando abaixo os diversos fatores que o estorvam, como os instintos, disposições, utilidade, inclinação, para conseguir uma visão de conjunto e uma apreciação independentes».¹²² A outra dá-se nas naturezas criadoras ou emotivas e em vez de ser orientada *para cima* é orientada *para dentro*. Segundo Guardini,

neste caso a experiência do processo é feita de tal forma que o factor de iniciativa procura penetrar, através das camadas superficiais, até ao interior e ao essencial, quer do próprio ser vital, quer da situação, a fim de encontrar a mais adequada possibilidade de apoio e de a realizar. A tendência do processo é, portanto, a de atingir a essência intrínseca e de tornar o acto expressão desta. O seu caso limite revela-se neste sentimento: “Eu não posso actuar de outra forma; é assim que sou plenamente eu mesmo”¹²³

Ainda segundo ele, estas duas formas não se podem separar categoricamente. Domina uma ou outra, segundo a disposição do agente, qualquer das formas a dominada é sempre acompanhada da outra. Há também a noção de que sou livre, mas umas vezes mais que outras. Por vezes não uso a liberdade, outras só em parte e por vezes “sou nítida e absolutamente livre.”¹²⁴ Desta consciência de que sou livre, de que o meu agir emana de mim mesmo resultam particularmente dois sintomas: a consciência da responsabilidade e a consciência do dever. A consciência da responsabilidade, porque surge a necessidade de responder pelo facto produzido, bem como pelas suas consequências, sejam elas boas ou más. Isto acontece não apenas na ordem do externo e jurídico, mas há uma certa regra do bom e do justo, transcende a pessoa e afeta o próprio “eu”. A expressão “sou responsável” é significativa, diz Guardini.¹²⁵ Quer dizer que sou interrogado e respondo. O foco está na resposta e não no conteúdo da pergunta e na sua origem. Por isso a pergunta não faz sentido a um ser inanimado, mas apenas quando a resposta poder ser “eu”. Guardini conclui que essa pergunta a que o “eu” é chamado a responder só pode

¹²² Guardini, *Liberdade Graça e Destino*, 11.

¹²³ Guardini, *Liberdade Graça e Destino*, 11.

¹²⁴ Guardini, *Liberdade Graça e Destino*, 12.

¹²⁵ Guardini, *Liberdade Graça e Destino*, 13.

ser formulada por Deus, por isso a responsabilidade existe essencialmente em relação a Deus e a liberdade do homem é essencialmente liberdade diante de Deus.¹²⁶ A liberdade implica, por isso, responsabilidade.

A consciência do dever surge porque o ato e a atitude livre não nascem espontaneamente. Não se é livre sem limites, e muitas vezes a escolha é feita a partir de impulsos exteriores. O ato livre tem de ser querido. Quantas vezes se renuncia a uma existência livre precisamente porque não há esta consciência do dever ser livre? Por vezes há desabituacão do uso da liberdade porque não existe, igualmente, a consciência de responsabilidade. O homem esquiva-se a ser livre e renuncia a uma existência livre por falta da consciência deste dever. A alienação da personalidade é uma forma defeituosa de ser livre, pois há gosto em ser dominado em vez de viver uma existência crítica. Os totalitarismos nascem, a maioria das vezes, pela ausência desta consciência do dever ser livre e da crítica, na maioria dos cidadãos. A liberdade existe no indivíduo, mas tem no Estado, muitas vezes a sua limitação. Importa, pois, conjugar a realidade objetiva com a participação individual. O indivíduo deve exercer a sua crítica e isso é trabalhoso e requer talento, mas é essencial para harmonizar o desejo individual de liberdade e as exigências da vida coletiva. Nessa medida deve haver, não só a consciência da responsabilidade, mas o dever de ser livre e com isto afirma-se positivamente a existência de liberdade no homem. Contudo, como já foi referido acima, o homem não é totalmente livre, pois, está condicionado tanto por fatores externos, como, muitas vezes, por fatores internos. Acresce ainda que, em bastantes situações, as atitudes aparentam ser livres, mas não é mais que uma liberdade mascarada, isto é, uma liberdade aparente, que muitas vezes se aproxima mais da escravidão, como por exemplo, em muitas daquelas atitudes em que sou livre porque faço o que quero.

Para além de algumas doutrinas e correntes filosóficas que podem levar à objeção da existência da liberdade no homem, que irei tratar resumidamente já a seguir, acho importante referir que algumas situações podem interferir na liberdade ou sua ausência. O homem constrói o seu ambiente, atua sobre as coisas e sente-se livre, mas quando há inabilidade, debilidade, ferido ou pouco exercitado a sua liberdade é posta em causa. O mesmo acontece quando há um problema substancial entre corpo e espírito, por exemplo quando os impulsos instintivos se encontram mal combinados entre natureza e vontade. Neste aspeto a educação assume um papel primordial, pois quando há problemas pode conduzir a ruturas e obstáculos à liberdade tanto no aspeto psíquico como espiritual. Igualmente importantes são as tensões entre inconsciente e consciente que pode levar a situações bastante nocivas, com falta de liberdade para a pessoa.

¹²⁶ Cf. Guardini, *Liberdade Graça e Destino*, 14.

No entanto, quando essas situações são tratadas eficazmente irrompe uma consciência de liberdade, que segundo Guardini pode atingir um caráter religioso.¹²⁷

Ainda segundo o mesmo autor, a liberdade assume-se como um fenómeno nada fácil de precisar e pode levar a duas falsas teses: o determinismo e o absolutismo autónomo. «O primeiro nega a existência da liberdade; o segundo converte-a numa total autonomia da personalidade. Aquele faz do homem um ser puramente natural; este identifica-o com Deus.»¹²⁸

Dois dos grandes defensores destas teses, como se depreende daquilo que afirmei no ponto anterior do presente capítulo, foram Espinosa pelo determinismo e Jean-Paul Sartre na posição oposta.

Sendo, portanto, o determinismo uma tese, que na opinião de Guardini configura uma leitura errada da realidade, e que desse ponto de vista não concebe uma ideia correta da liberdade, vou abordar muito resumidamente este assunto.

3.1- A DETERMINISMO

O determinismo, pelo menos aquele mais radical, inviabiliza a existência da liberdade. É um conceito filosófico, estreitamente ligado à liberdade, que ao longo da história foi surgindo e que com as suas diferentes nuances põe em causa a existência da liberdade. Jules Gardair, na sua obra *Le libre arbitre*, refere-se ao tema e refuta com clareza as teses do determinismo.¹²⁹ Ele contrapõe às objeções de ordem física, psicológica e metafísica que o determinismo faz à existência do livre arbítrio, e por consequência da liberdade, no homem com as suas próprias posições.

Segundo ele, do ponto de vista físico há, sem dúvida, no homem uma vida natural, animal e física incapaz de se determinar livremente, tal como acontece com os outros seres vivos, mas esta vida vegetativa e sensitiva, longe de tornar impossível a liberdade humana, ela está submetida ao império da alma e por isso torna o homem livre, como ser dotado de inteligência e vontade.¹³⁰

Do ponto de vista psicológico, a objeção que os deterministas fazem é que a liberdade de consentimento e escolha voluntárias não passa de uma ilusão, pois a escolha recairá sempre tendo em conta o motivo mais forte e a inteligência não será livre de apreciar, querendo sempre aquilo que lhe surge como preferível. A esta tese Gardair contrapõe que todo o consentimento livre e direto da vontade assenta sobre uma indicação da inteligência, mas esta não o impõe. A

¹²⁷ Cf. Guardini, *Liberdade Graça e Destino*, 28.

¹²⁸ Guardini, *Liberdade Graça e Destino*, 54.

¹²⁹ Cf. J. Gardair, *Le libre arbitre*, 18.

¹³⁰ Cf. J. Gardair, *Le libre arbitre*, 18-23.

vontade apenas adere e toma como sua essa vontade. Uma vez consumada a adesão, o raciocínio e a vontade fazem apenas um, mas nunca o entendimento imporá o que quer que seja à vontade. Por isso, segundo ele, «a vontade tem realmente o livre arbítrio dos seus atos porque é ela mesmo que dá força decisiva aos motivos intelectuais que a fazem agir»¹³¹

Ainda, a uma 3ª objeção, agora do ponto de vista metafísico, em que os deterministas defendem que a liberdade seria uma imperfeição no plano rigoroso da criação, o que Deus não quererá, porque não quer a incoerência e a arbitrariedade, ao que Gardair contrapõe que isso em vez de ser uma exaltação à divindade, é um rebaixamento porque nenhuma criatura é criada necessariamente. Deus cria livremente o que quer porque quer. O grau de perfeição que qualquer criatura tem, deve-o ao livre arbítrio de Deus. E o livre arbítrio no homem é de certa forma uma perfeição com que Deus o quis criar, sendo, embora num grau diferente da Sua.

Desta forma Gardair refuta as teses deterministas, afirmando, do seu ponto de vista, a existência de liberdade no ser humano.

Um outro conceito que se foi desenvolvendo e a que muitos autores se foram referindo, nomeadamente os crentes, é o da presciência. A presciência que, segundo a concepção que se tem dela também implica o modo como se concebe a liberdade.

3.2- PRESCIÊNCIA

Os deterministas afirmam que o livre arbítrio é impossível porque é inconcebível com a presciência e o ser todo-poderoso que Deus é: o que Deus previu deve necessariamente acontecer, mesmo os atos da vontade humana que são previstos antecipadamente. Nada se faz que não seja ordenado pela vontade imutável de Deus. Por isso, para eles, o homem não tem o livre arbítrio das suas ações. A providência conduz infalivelmente onde quer e como quer.

Gardair responde a estes argumentos precisando a natureza da presciência e da governação de Deus.¹³² Segundo ele, a presciência, também chamada ciência divina, não é mais que uma ciência superior ao tempo, ela abraça de uma só vez o passado, o presente e o futuro. Nós conhecemos o momento presente, mas Deus conhece na eternidade, que está acima do tempo. Ele explica a eternidade como um caminho, em que, aqueles que vão caminhando não conhecem o que vem depois de si, apenas vêm o que está à sua frente. Mas alguém que esteja acima, no planalto, vê todo o caminho, e de uma só vez vê todos aqueles que estão caminhando. Deus não conhece como nós o que está a acontecer no momento, mas conhece de uma só vez.

¹³¹ Cf. Gardair, *Le libre arbitre*, 25. «Ainsi, la volonté a vraiment le libre arbitre de ses actes, parce que c'est elle-même qui donne force décisive aux motifs intellectuels qui la font agir.» (A tradução é minha, bem como as seguintes)

¹³² Cf. Gardair, *Le libre arbitre*, 26.

O seu conhecimento é medido pela eternidade. Tudo o que acontece no tempo está presente a Deus. Por isso, segundo ele,

não é exato dizer que os atos da vontade humana são determinados antecipadamente porque são previstos de Deus infalivelmente. A infalibilidade divina está no facto de estarem sempre presentes na eternidade; são futuros relativamente à vontade humana que os produz, e neste aspeto permanecem livres em si mesmos, embora conhecidos eternamente da inteligência eterna.¹³³

Sobre esta matéria, Gardair retoma a doutrina de são Tomás sobre o assunto. Deus é causa total e primeira sobre tudo o que existe, enquanto o homem também é causa total, mas segunda dos seus atos. Assim se explica o mal, que nunca poderia ter sido querido por Deus. Tal como o leão mata tendo em vista a sua alimentação, também o homem, na procura da sua felicidade faz escolhas, que não são as melhores e junto a uma coisa boa pode estar uma coisa má. Deus não quer o mal, mas o bem que está junto desse mal. Por isso o mal moral, sem deixar de ser um mal em si, é o efeito de uma liberdade, que, por imperfeita que seja, é um bem querido por Deus. A perseguição aos cristãos é um exemplo disso. Não deixando de ser um mal, ela revela o heroísmo dos cristãos e manifesta a justiça de Deus. A vontade do homem não está determinada a um único ato, a não ser pelas suas tendências naturais. Ela é livre como convém à sua natureza e é por ela que escolhemos precisamente porque é da sua natureza a escolha e por isso não é uma vontade determinada por Deus.

A par desta questão da presciência surge igualmente uma outra que também pode implicar com a liberdade humana: a da Providência.

3.3- PROVIDÊNCIA

A Providência, que de uma forma simples, pode ser considerada a forma como Deus dirige o mundo no curso temporal das coisas para que estas atinjam o objetivo para que foram criadas. Desta forma, pode colidir com a liberdade do homem na medida em que cabendo a Deus a orientação do mundo e conseqüentemente a vida de cada homem, a sua liberdade pode ser posta em causa. Mas ao contrário de determinar a nossa escolha e de nos dirigir de uma forma vaga, em direção ao bem universal, Ele faz-nos querer o bem particular e atual, que nos dá gozo.

Como Gardair afirma: «Deus põe em movimento a nossa vontade e faz-nos querer, mas não nos determina a querer mais isto do que aquilo. É a nossa vontade que se determina, ela

¹³³ Gardair, *Le libre arbitre*, 27-28. «Il n'est donc pas exact de dire que les actes de la volonté humaine sont déterminés d'avance parce qu'ils sont prévus de Dieu infailliblement. L'infailibilité de la vision divine, à leur égar, vient de ce qu'ils sont toujours présentes à l'éternité divine; ils restent futurs par rapport à la volonté humaine qui les produit, et par là restent libres en eux-mêmes, quoique connus éternellement de l'intelligence éternelle.»

mesma a isto ou aquilo sob a moção divina e pela moção divina». ¹³⁴ Citando S. Tomás, ele diz que pertence à Providência divina conservar e não mudar a natureza das coisas. ¹³⁵ Ora, não é da natureza da vontade ser determinada. Por isso, nós existimos nesta vida para sermos felizes, para tendermos ao Bem supremo, ou infelizes, se aplicamos mal a nossa liberdade. A nossa sorte está nas nossas mãos. Deus governa-nos e dirige-nos do alto, mas deixa-nos a nós o governo e a direção de nós mesmos. Mesmo que Deus preveja que vamos pecar não muda a natureza da vontade e a natureza da vontade é a escolha que podemos fazer livremente.

Santo Agostinho também afirma que prever não é forçar. Deus não força ninguém a pecar, embora preveja aqueles que vão pecar. Mas também não pertencem a Deus as nossas escolhas, boas ou más. ¹³⁶ Deste modo, Deus é providente e orienta o decurso da história, mas deixa ao homem a liberdade das suas escolhas particulares e do momento.

Neste contexto há a referir outro conceito, que pode colidir com a liberdade do homem segundo a forma como é concebido: a Graça.

3.4- GRAÇA

Tal como nos temas anteriores, também o tema da graça era merecedor de um maior aprofundamento, mas aqui importa referir muito sucintamente que a graça como dom gratuito de Deus ao homem terá, naturalmente, uma influência direta na sua liberdade. É um tema sempre atual, este da relação entre liberdade e graça, que percorre os vários períodos da história da teologia, e foi segundo Jacinto Farias, seguramente, um dos temas maiores da teologia contemporânea protagonizado sobretudo pela corrente que ficou conhecida como *Nova Teologia*. ¹³⁷ É, portanto, sobretudo um debate em torno da questão se a graça limita ou não a liberdade do homem, no seu projeto de salvação. Para uns, como foi o caso dos protestantes, com a sua teologia da *sola gratia*, fica pouca margem para a liberdade do homem, enquanto para outros, como foi por exemplo o caso de Santo Agostinho, a graça não é limitadora da liberdade.

Segundo Nair Assis de Oliveira, Agostinho foi simultaneamente o grande defensor da nossa liberdade e da graça divina ¹³⁸. Para ele o que estiver “dominado” pela graça de Cristo é

¹³⁴ Gardair, *Le libre arbitre*, 55. «Ainsi Dieu met en mouvement notre volonté et nous fait vouloir, mais il ne nous détermine pas à vouloir ceci plutôt que cela; c'est notre volonté qui se détermine elle-même à ceci ou à cela, sous la motion et par la motion divine.»

¹³⁵ Cf. Gardair, *Le libre arbitre*, 54.

¹³⁶ Cf. Agostinho, *O livre arbitrio*, III, 4, 10-11, pág 160-161.

¹³⁷ Cf. José Jacinto Ferreira de Farias, *Antropologia e Graça*, Ser cristão hoje. (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011), 70.

¹³⁸ Nair Assis de Oliveira, em «Introdução», Santo Agostinho, *O Livre-Arbitrio*, (São Paulo: Paulus, 1995), 2ª Edição, 18.

o mais livre. Deste modo, a graça não é limitadora de liberdade, como torna o homem mais livre, porque mais capaz de fazer o bem.

Para Guardini, experimentamos na nossa vida diária o gracioso, quer nas relações de superioridade e subordinação, em que aquele que é superior não teria naturalmente necessidade de “dar” o que quer que fosse; quer no trabalho criador em que há meios e processos para o facilitar, mas só em certa medida, pois muitas vezes o cálculo, a pressão exterior e a necessidade constituem um obstáculo; bem como a experiência do encontro em que muitas vezes a intenção só prejudica.¹³⁹ Para ele, «a graça é a força que dimana das profundezas do ser e que, depois de purificada, se converte em dom, em luminosa suavidade».¹⁴⁰ O necessário, quer mecânico, quer racional é natural. A felicidade está acima de tudo o que seria normal e previsível. Isto relaciona-se com a liberdade.

Na vida religiosa desenvolve-se este sentimento do gracioso. O que a revelação nos diz da graça é que Deus criou o mundo a partir do nada. Por isso podia não existir, mas existe e a única decisão aceite é a obediência ou a revolta. Para Guardini, há na natureza uma analogia que nos ajuda a compreender esta realidade: o amor entre duas pessoas. Ninguém pode forçar o outro a amar, mas sente que esse amor é essencial à sua realização.¹⁴¹ O relacionamento dos homens com Deus, salvas as devidas proporções, são também um pouco assim. Por isso a graça é um robustecimento da vontade para o bem. O Homem é livre de aceitar ou não.

Há outros aspetos da vida do Homem, que da forma como são concebidos, implicam maior ou menor liberdade, ou mesmo a sua ausência. É o caso do conceito da obediência, que pode, aparentemente, ter contradições, sendo considerado aquele que obedece livre ou não. É uma experiência de todos nós, o obedecer ou não obedecer. Da forma como cada um concebe esse conceito de obediência também implica o modo como se sente ou não livre. Portanto, são dois conceitos, que da forma como se relacionam, explicam que haja ou não liberdade. Para quem concebe a liberdade como pura autonomia, o ato de obedecer pode tornar-se num ato sem liberdade. Mas para quem a liberdade é aquele conceito mais profundo, que implica a realização pessoal de cada um, o facto de obedecer pode ser também um ato de libertação, um ato livre.

Concluindo, posso considerar que o Homem é livre. Não totalmente livre, porque apenas Deus o é. Mas, Deus quis criar o Homem livre, inclusivamente, tendo a possibilidade de ir contra a Sua própria vontade, pecando. Por isso, não é pelo facto de se poder fazer o mal que se é livre, pelo contrário, as criaturas mais sábias e santas são as mais livres. A liberdade não

¹³⁹ Cf. Guardini, *Liberdade Graça e Destino*, 88-95.

¹⁴⁰ Guardini, *Liberdade Graça e Destino*, 98.

¹⁴¹ Cf. Guardini, *Liberdade Graça e Destino*, 117.

se fundamenta no facto de se poder fazer aquilo que se quer, incluindo o mal, nem na fragilidade ou ignorância, mas na vontade de Deus querer o Homem livre, e torná-lo, por isso, uma criatura à Sua imagem e semelhança, diferente dos outros seres.

Efetivamente, a liberdade nunca está garantida na sua totalidade, ou melhor, nunca ninguém é totalmente livre, porque está sujeito às contingências da vida e, por isso, pode ser mais ou menos livre segundo as circunstâncias em que se encontre, quer individual, quer coletivamente.

Mas, apesar das várias explicações e tomadas de posição, ao longo da história, e de todas as limitações que possam existir, creio que posso afirmar que o Homem é livre. Não só tem liberdade, como é uma das suas características fundamentais ser livre.

Com esta perspetiva em mente, irei, no próximo capítulo fazer a proposta de uma atividade que possa esclarecer melhor o tema da liberdade, ao mesmo tempo que trata de uma questão muito comum na faixa etária dos alunos integrantes deste estágio: a fuga na adolescência.

CAPÍTULO 3- PROPOSTA DE ATIVIDADE PRÁTICA: LIBERDADE E FUGA NA ADOLESCÊNCIA

No âmbito da disciplina de Hermenêuticas dos Textos Religiosos fiz um trabalho com o objetivo de o tornar prático, em sala de aula, com os alunos da turma de estágio. Pelas circunstâncias anteriormente referidas, pelo facto de ter deixado de haver aulas presenciais, não foi possível concluir este projeto, mas após a reflexão que fiz sobre a liberdade, penso que a sua realização faz, ainda, mais sentido. É um tema sempre atual, e tem a ver com a conceção de liberdade, neste caso, que têm a maioria dos adolescentes. Ainda há bem pouco tempo, quando questionava alunos desta faixa etária sobre o que era para eles a liberdade, num universo de pouco mais de vinte alunos, dois deles afirmaram que para eles liberdade era poder escolher o sexo que se quisesse. Existe, portanto, entre os adolescentes uma ideia muito redutora de liberdade a ponto de a entender como algo que se pode fazer, desde que seja possível. É por esta razão que incluo neste 3º capítulo esta proposta de atividade. Creio que, após o que estudei sobre liberdade, estou melhor preparado para acompanhar os alunos na realização do projeto. Por outro lado, penso que um projeto como este, ajuda os alunos, de forma mais prática, a compreender melhor tudo o que se estudou sobre a liberdade.

A sua concretização será na sala de aula distribuída por 2 tempos letivos (2 aulas). O primeiro tempo é dedicado a tomar conhecimento da situação real vivida por Leonora, a

adolescente alemã, que decidiu sair da casa do pai e alistar-se no exército do Estado Islâmico. Trata-se de uma fuga que não é a “fuga tipo” da maioria dos adolescentes, mas por se tratar de uma “situação radical”, eu escolhi-a para abordar este assunto. Trata-se de uma longa reportagem que conta a situação real de Leonora, uma adolescente alemã, que em 2015 fugiu de casa até ao início de 2019. Ao longo da reportagem já estão bem presentes as suas tentativas de libertação.


Como a reportagem consta de um vídeo bastante longo, sem legendagens em português e por isso de difícil visionamento em aula, resolvi fazer uma narrativa do caso, o mais fidedigno possível, para que os alunos se inteirassem o melhor que pudessem desta situação vivida por Leonora.

A planificação para a primeira aula é a que consta no seguinte mapa:

Nível: 8º ano **Unidade Letiva:** A Liberdade **Lição:** Atividade Prática (Aula 1)

Ano Letivo: 2019/2020

Sumário: A fuga na idade da adolescência. Abordagem ao tema, tendo como ponto de partida uma situação real.

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino-aprendizagem	Materiais		Avaliação formativa
G. Identificar os valores evangélicos.	6. Conhecer a mensagem cristã sobre a relação entre a bondade amorosa de Deus e a liberdade humana.	- Um Deus que respeita a liberdade humana.	Acolhimento: -Receção aos alunos. -Registo do sumário. -Introdução ao tema.	Quadro, Caneta, Caderno diário. Computador, Projetor	05'	Pontualidade Motivação Interesse
			Resumo em apresentação (PowerPoint) da fuga de Leonora. -Adolescente alemã foge para o Estado Islâmico. -Os motivos da fuga. -Pai procura o seu resgate. -As dificuldades do regresso.	(Anexo 16)	10'	Comportamento Interesse
			Análise do documento. Síntese: - A mensagem cristã tem uma proposta de liberdade para o homem.	Excertos da reportagem	25' 05'	Participação Atenção

Mapa 15 – Planificação de Nível 4 de Atividade Prática-Aula 1

Na segunda aula, após os alunos terem tomado contacto com a situação, e de se ter refletido sobre os diversos assuntos a trabalhar, nomeadamente a fuga na adolescência, os principais motivos porque acontece, o desejo de liberdade que todos temos, especialmente nesta idade, começa-se a leitura dos textos bíblicos selecionados, que podem “iluminar” a situação


da vida real de Leonora, mas que pode ter afinidade com muitas das situações de fuga que acontecem com adolescentes e jovens na sociedade atual.

Para a segunda aula desta proposta de atividade preparei a planificação que exponho no seguinte mapa:

Nível: 8º ano **Unidade Letiva:** A Liberdade **Lição:** Atividade Prática (Aula 2)

Ano Letivo: 2019/2020

Sumário: A fuga na idade da adolescência.

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino-aprendizagem	Materiais		Avaliação formativa
G. Identificar os valores evangélicos.	6. Conhecer a mensagem cristã sobre a relação entre a bondade amorosa de Deus e a liberdade humana.	- Um Deus que respeita a liberdade humana. A parábola do Filho pródigo e do pai misericordioso: Lc 15,11-24	Acolhimento: -Receção aos alunos. -Registo do sumário. -Introdução ao tema.	Quadro, Caneta, Caderno diário. Computador, Projetor	05'	Pontualidade Motivação Interesse
			Fugas em textos bíblicos. Leitura e comentário. -Êxodo 14, 21-22 Fuga de libertação do povo de Israel. -Mateus 2, 13-14 Fuga de proteção do Menino Jesus. -Lucas 15, 11- 32 Parábola do Filho Pródigo.	Bíblia	6,5	Comportamento Interesse Atenção
			https://app.escolavirtual.pt/lms/assetsearchteacher?pattern=Filho+Pr%C3%B3digo&label=%5B%22V%C3%ADdeos%22%5D&subjectsDesc=%5B%5D&schoolYearsDesc=%5B%5D&favourites=%22false%22	Vídeo	3'5	Atenção
			Reflexão individual sobre as três personagens de que nos fala a parábola.	(Anexo 17)	10'	Interesse Concentração
			Partilha voluntária dessas reflexões individuais.		15'	Participação
			Síntese: - A mensagem cristã tem uma proposta de liberdade para o homem; Deus respeita profundamente o ser humano e a sua liberdade.		05'	

Mapa 16 – Planificação de Nível 4 de Atividade Prática-Aula 2

O objetivo do trabalho, como referi, era, partindo de um fragmento cultural, algo de significativo para a faixa etária em que se encontram os alunos, e daí fazer uma abordagem antropológica e o que textos religiosos dizem sobre o tema. Neste caso não se trata propriamente de um fragmento cultural, mas refere-se a um acontecimento que remete para um tema sempre preocupante e que tem a ver com a liberdade, ou o seu desejo quando se recorre à fuga, nomeadamente na adolescência.

Com frequência surgem notícias de desaparecimentos de adolescentes e jovens, que na sua maioria se revelam voluntários. Na comunicação social surgem bastantes notícias, (pelo menos mais do que era desejável haver) sobre desaparecimentos sobretudo de crianças e idosos, mas também de adolescentes, que na maioria configuram situações bem diferentes daquelas dos idosos e crianças. Igualmente, nas redes sociais, é um assunto muito presente. As fotos, abaixo, são exemplo de situações dessas, que aconteceram já no presente ano de 2024. A primeira, na figura 11, reporta-se ao caso de uma adolescente de 16 anos de idade, que estava desaparecida há mais de uma semana, em Castelo Branco. Tinha sido vista, pela última vez, à porta do



Figura 11- Adolescente desaparecida

estabelecimento de ensino que frequenta sem que aí tenha entrado no dia do seu desaparecimento. A Polícia Judiciária já tinha sido notificada da ocorrência e procurava informações de modo a desvendar o sucedido. Soube-se algum tempo depois, que já tinha sido entregue, pela mesma Polícia Judiciária, à família, e se encontrava bem de saúde, sem que fosse dada qualquer explicação sobre o que aconteceu.

Na outra situação, na figura 12, está reportado o caso de uma adolescente de 15 anos, do concelho da Covilhã, que estava desaparecida há quinze dias e foi encontrada com vida. Tinha sido vista pela última vez na Central de Camionagem da Covilhã no dia do seu desaparecimento.

Podemos encontrar muitas situações destas na comunicação social, mas, sobretudo, nas redes sociais estes casos são muito frequentes. Não acontecem apenas nos grandes centros populacionais, onde, de certa forma, o anonimato das pessoas é mais facilitado, mas, começam a acontecer, igualmente, em meios mais pequenos onde o relacionamento entre as pessoas está mais enraizado. Escolhi estes dois casos para “ilustrar” o problema, precisamente porque são casos recentes e, para além de estarem relacionados com a região geográfica onde vivo, acontecem em meios relativamente pequenos.



Figura 12- Adolescente encontrada

Para trabalhar o tema, escolhi a reportagem de uma adolescente alemã, que fugiu de casa para se integrar no exército do Estado Islâmico. O tema, portanto, é a questão da liberdade presente na fuga da adolescência. Parece-me que o que está em causa nestas situações é a procura de liberdade, de uma forma fácil, mas incorreta que muitas das vezes o que provoca é a falta de liberdade.

A razão de escolha deste tema tem a ver essencialmente com três aspetos: a liberdade, que é o tema da minha unidade letiva de referência, no estágio; o problema do recrutamento de jovens europeus por parte do Estado Islâmico, que embora tenha diminuído, continua com sequelas derivadas da gravidade da situação; e a fuga na adolescência que é uma questão antropológica e por isso sempre atual. O conhecimento que tinha daquela turma específica de 8º Ano também teve alguma influência nesta decisão de enveredar por este tema. Pois, sem conhecer aprofundadamente o caso, tive conhecimento de que uma das alunas institucionalizadas, que faziam parte desta turma, terá vivido uma situação que configura uma fuga na adolescência.

Para a concretização do projeto é essencial conhecer o caso a trabalhar. Por isso, inicia-se, através do visionamento do resumo da reportagem sobre Leonora, uma adolescente alemã de 15 anos que em 2015 decidiu sair de casa, de junto de seu pai, para se alistar no estado islâmico. Aparentemente, era uma adolescente como muitas outras alemãs. Alimentava o sonho de constituir família e tinha um interesse especial na área dos cosméticos, o que revelava nas suas redes sociais. Seu pai, padeiro de profissão, após divórcio com a mãe de Leonora voltara a casar. Perante a fuga da filha interrogava-se se o seu casamento teria sido o motivo. Após algum tempo de angústia, recebe a notícia de que está alistada no Estado Islâmico. Incrédulo, procura saber dos seus motivos. Descobre a secreta transformação da filha em fotos e no seu diário, onde afirma que já é muçulmana, situação que desconhece totalmente.

Mais tarde toma conhecimento do casamento da filha com um guerrilheiro que supõe ter uma alta posição nos serviços secretos dos terroristas e com quem partilha com mais duas mulheres. Vive em Raqqa, a sexta maior cidade da Síria, que o Estado Islâmico tomou como capital. Acha estranho como alguém, que até de ratos tem medo, decide partir para uma zona de guerra.

Mike, pai de Leonora, apesar das dificuldades de comunicações, sabe da importância de se manter contactável com ela. Após algum tempo, começa a sentir as dificuldades da sua mudança radical de vida. O marido parece-lhe repugnante e as outras esposas complicadas, contudo não pode deixar transparecer este sentimento, caso contrário é a sua vida que pode estar em causa. Mike começa a perceber que não era aquela vida que Leonora desejava e pensa que uma rapariga de 15 anos não tem experiência de vida para enfrentá-la. Pensa em ajudá-la e o objetivo é trazê-la de volta a casa. Está consciente dos perigos, mas lança-se nesse objetivo. Contacta pessoas que o possam ajudar, mas as primeiras tentativas saem frustradas e a situação piora a cada dia que passa. Perante a ausência de notícias chega a colocar-se a possibilidade da sua morte.

Em 2015 acontece o primeiro Natal em 16 anos que não o passa com a filha. Após algum tempo de angústia, tem, finalmente, notícias da filha, que, contra o que suspeitava, não está morta, o que confirma com perguntas que só ela poderia saber responder. No terreno a situação complica-se. Leonora engravida e Mike pensa que na Alemanha também há muitas jovens a engravidar, mas a situação é diferente: ali há condições, situação que a filha não tem. Acaba por dar à luz completamente sozinha no carro.

As dificuldades agudizam-se e Leonora pede ajuda ao pai, inclusivamente com dinheiro, mas o resultado é infrutífero. Em 2018 nasce o segundo filho o que leva o próprio marido de Leonora também a pedir-lhe ajuda, o que o deixa ainda mais confuso.

Fogem da guerra e passam a viver num campo de refugiados, na Síria com cerca de 70.000 pessoas. Leonora é reconhecida numa reportagem de televisão e Mike toma conhecimento disso e sabe, agora, onde vive. O seu regresso é o objetivo, mas está dependente do estado alemão.

Um repórter desloca-se ao campo de refugiados onde vive Leonora com seus filhos e o marido, que, na realidade é Martin Lenke, também alemão e confronta-os com a sua situação. Para Leonora, “o islão estava na moda. Muitos jovens alemães e de outros países converteram-se ao islão.” Diz ela que se meteu num grupo de Facebook:... “Foi talvez pela minha idade, que queria mostrar-me um pouco”. Agora acha que foi uma cobarde porque “se escapou” e pensava que resolvia todos os seus problemas, da maneira mais fácil. Disse também que se distanciou do Estado Islâmico, e o casamento já não era aquilo que lhe interessava. A vida na Síria já não a seduzia, complicou-se, era cada vez pior e a única coisa que queria era regressar a casa.

Segundo o pai, era muito jovem e certamente a seduziram, mas ela também se deixou seduzir. Vai procurar junto de um amigo, que a pode acolher e tem experiência de lidar com pessoas que tiveram ruturas vivenciais, para aí poder regressar, caso o governo alemão o permita, pois, a sua aldeia natal é demasiado pequena, onde todos se conhecem, para a poder receber com tranquilidade.

Foi esta situação de vida real o ponto de partida para a abordagem a este tema da fuga na adolescência, onde se encontra implícito o grande desejo de liberdade, caraterístico desta idade. Este caso é, de algum modo, uma situação extrema, o certo é que muitos adolescentes e jovens europeus foram seduzidos e concretizaram, mais ou menos conscientemente, estes desejos.

As fugas na idade da adolescência continuam com muita frequência, mesmo no nosso país. Muitas vezes são noticiados ou temos conhecimento através das redes sociais de desaparecimentos, que na realidade se tratam de fugas, e na maioria das vezes de adolescentes como os dois casos que referi anteriormente. É um tema importante, não só pelo alarido social

que provoca muitas das vezes, mas também pelo sofrimento que inflige, nomeadamente às suas famílias e, ainda, penso eu, que é revelador da sociedade que queremos construir.

A questão da fuga na adolescência reporta-nos ao estudo, sobretudo do ponto de vista psicológico, nesta fase da vida. Pois, estes tipos de fugas acontecem principalmente na adolescência. Não é tão comum acontecerem noutras idades. Acontecem nesta devido às suas características. É uma idade por excelência da procura de liberdade e autonomia, da sua identidade. Os adolescentes querem ser o que ainda não são. São como os jovens caracterizados no manual de EMRC do 7º ano: como as laranjas.¹⁴² Já são laranjas, mas ainda não verdadeiras laranjas quando ainda não estão maduras. Precisam de amadurecer, adoçar, para serem autênticas laranjas. Isto leva os adolescentes ao inconformismo o que pode, em muitas circunstâncias, levá-los a pensar na fuga, como foi no caso de Leonora, que como ela afirmou: “queria revelar-se, queria mostrar-se, afirmar-se”.

Mas esta solução fácil, como Leonora reconheceu, não veio solucionar nada, nem veio trazer-lhe liberdade, que era o que pretendia. Pelo contrário, sentia que tinha sido uma cobarde por optar pela solução mais fácil, que achava que lhe traria mais liberdade, mas ao contrário, veio destruir a liberdade que tinha. Creio que, com estas situações de vida real, podemos entender melhor o que é a liberdade e como podemos ser mais livres.

Estas situações concretas da vida, podem ser “iluminadas” por textos religiosos, que não são textos do passado, mas são sempre atuais, transformadores de vidas. Podemos encontrar algumas passagens nos textos sagrados que nos remetem para este tema da libertação pela fuga, que nos ajudam a perceber o modo mais correto de entender e viver a liberdade.

Eu escolhi 3 textos da Bíblia: O Livro do Êxodo, condensado na passagem de Ex 14, 21-22; a fuga da Família de Nazaré em Mt, 2, 13-14; e a Parábola do Filho Pródigo em Lc 15, 11-31. Na primeira situação importa referir, sumariamente, que se trata de uma fuga de libertação em que Deus, através de Moisés, ajuda o seu Povo a fugir da situação de escravidão, em que vivia para a pátria prometida, a liberdade. Na segunda situação acontece uma fuga de proteção, pois, a Família de Nazaré foge para o Egito para evitar da morte Àquele que vem a ser o Salvador da humanidade, Jesus. A terceira situação, a Parábola do Filho Pródigo, também conhecida como Parábola do Pai Misericordioso, conforme a relevância que se queira dar a cada uma das personagens: o pai ou o filho, aplica-se muito bem a uma reflexão sobre o assunto que tenho vindo a tratar. Penso que é um texto que pode ajudar a aprofundar o tema e daí retirar conclusões para a vida de cada um.

¹⁴² Cf. SNEC, *Quero Saber! Manual de EMRC do 7º Ano*, (Lisboa: 2015), 108.

Embora o texto não relate uma situação “clássica de fuga”, pois, não retrata aquele ambiente rodeado de secretismo e concretização de fuga, ele assemelha-se pela ideia da vontade de concretização de liberdade, que muitas vezes os adolescentes têm. Nessa medida, penso que o texto sagrado pode ajudar imenso à reflexão sobre o tema. Com esse objetivo era importante ler o texto bíblico, mesmo sendo bastante conhecido. A apresentação de um vídeo sobre esta parábola, penso que também ajuda a compreendê-la. Proponho um vídeo que está como recurso na “Escola Virtual”. É um pouco infantil, pois dirige-se a faixas etárias mais baixas, de qualquer modo, acho que a imagem pode ser importante e ajudar a sua compreensão. Depois de algumas “pistas de leitura do texto”, haverá uma reflexão individual, para a qual preparei uma orientação que consta no Anexo 17 do Portefólio. Essencialmente, essa orientação consiste na caracterização das três personagens de que nos fala a Parábola: o pai, o filho mais velho e o filho mais novo. Perante as atitudes que cada um deles tomou, são convidados a refletir quais são as atitudes mais livres e com as quais eles mais se identificam. A ideia central é o conceito de liberdade de cada uma dessas personagens, nomeadamente do filho mais novo, que concretiza a saída da casa do pai, em busca da “sua liberdade”, que se assemelha muito à procura de liberdade em situação de fuga na adolescência. As outras duas personagens da Parábola, o pai e o filho mais velho, penso que também nos ajudam a perceber melhor a noção de liberdade que o cristianismo nos quer transmitir.

Após uma reflexão individual sobre o tema, segue-se a partilha voluntária dessas mesmas reflexões individuais. Essa partilha enriquece a reflexão que cada um fez, e acho que vai ajudar todos os alunos a perceber um pouco melhor o que é o conceito de liberdade que a disciplina de EMRC quer transmitir aos seus alunos. Desta forma, penso que é uma atividade a realizar no âmbito do tema da liberdade, com um assunto específico que terá interesse para todos os alunos do 8º Ano, que pode ajudar a lidar com a questão da libertação na fuga da adolescência. Pode, igualmente, contribuir com a disciplina de EMRC a atingir os seus objetivos, que passam por ajudar os alunos a compreender-se, a compreender a vida, e a entender o mundo que nos rodeia, neste caso, num tema tão importante como é o tema da liberdade.

Penso que, com as aulas sobre o tema da liberdade, uma reflexão aprofundada sobre o assunto, que fiz no capítulo 2 e também com esta atividade proposta no capítulo 3, estarei melhor preparado para abordar e clarificar estes conceitos de liberdade e livre arbítrio, que a EMRC quer fazer com os seus alunos. Com a reflexão que fiz no primeiro capítulo, sobre a problemática do ensino religioso na escola pública, do perfil dos professores de EMRC e, sobretudo, das dificuldades de entender a liberdade que surgiram da lecionação da Unidade Letiva, fiquei mais consciente da importância do estudo e ensino da liberdade nestas idades.

Com o aprofundamento que fiz pela pesquisa e investigação deste assunto, sobre as diversas noções de liberdade e livre arbítrio que me debrucei e também pela questão da existência ou não de liberdade no Homem, que coloquei no segundo capítulo, decorrente das várias ideias de liberdade abordadas, sinto-me mais preparado para responder às dúvidas dos alunos sobre esta matéria. Com esta atividade prática, no terceiro capítulo, pretendi mostrar como esta ideia de liberdade pode ser melhor entendida e vivida. Na globalidade, estes três capítulos, não obstante a dificuldade do tema, refletem a mensagem cristã que a EMRC quer transmitir aos seus alunos, que Deus criador, respeita profundamente a humanidade do homem e nela a sua liberdade.

CONCLUSÃO

O presente trabalho surgiu na sequência da PES e no âmbito do estágio realizado na escola D. Dinis, em Leiria, com a turma do 8º F, no ano letivo de 2019/2020, sendo Orientador Cooperante o professor António Manuel Eusébio. É, portanto, um trabalho exigido para a conclusão do grau de mestre, que iniciei no ano letivo anterior (2018/2019). O estágio foi um tempo de aprendizagem muito intenso e iminente prático. Passado bastante tempo após a sua realização, reconheço que foi muito importante para mim, para a obtenção de ferramentas e conhecer as melhores práticas de lecionação. Apesar da pandemia, com o surgimento do Covid-19, que forçou a interrupção das aulas presenciais e por esse motivo tornou o estágio substancialmente diferente daquilo que era suposto ser, eu considero que foi muito positivo, sobretudo, enquanto houve aulas presenciais. De qualquer das formas, a passagem para um modelo de aulas *on-line* também nos obrigou a novas experiências e novas formas de exercer a docência, o que nos obrigou a ser mais versáteis, o que também acabou por ser positivo do meu ponto de vista. Nessa medida, é um estágio que fica na memória, que não aconteceria da mesma maneira se tudo fosse “normal”.

Este trabalho é reflexo do referido estágio, e por isso é também o resultado de pesquisa e investigação da temática central escolhida para a sua realização, que no meu caso foi a liberdade, com a clarificação dos termos liberdade e livre arbítrio e perceber a diferença entre os dois, para mais eficazmente poder esclarecer os alunos que optam por se inscrever em EMRC e lhes é proposto o estudo deste tema tão importante que é a liberdade humana.

Escolhi este tema, para o trabalhar no estágio, porque penso que é um dos temas mais importantes, especialmente para alunos que estão na faixa etária destes, do 8º Ano. É uma idade em que os alunos se pretendem, especialmente, afirmar como pessoas e por isso há nesta fase da vida um normal desejo de liberdade porque se querem tornar adultos. A disciplina de EMRC

pode ter uma importância enorme, trabalhando com os seus alunos uma temática como esta, porque penso que é decisiva para a sua formação de modo a tornarem-se pessoas o mais íntegras possível no futuro, para seu bem e também de toda a sociedade. Penso que, fazer a distinção clara entre liberdade e livre arbítrio, é um primeiro passo para entender melhor a liberdade, tal como o cristianismo a concebe. Daí que, um dos meus objetivos, era, também, clarificar estes dois conceitos e perceber a diferença que há neles.

Não foi um tema fácil de trabalhar. É muito genérico, com muita literatura a seu respeito e no início senti-me um pouco “à deriva”. Também não foi meu propósito inicial direcioná-lo para um assunto muito concreto dentro do tema liberdade, mas queria tratá-lo de forma ampla ainda que, por razões óbvias, perdesse no que toca ao seu aprofundamento e explicitação mais detalhada. Por esse motivo fiz uma abordagem um pouco ampla ao conceito de liberdade, com o contributo de alguns dos mais ilustres pensadores, tentando perceber o que disseram de essencial sobre a liberdade, sem, no entanto, entrar pormenorizadamente em qualquer um deles. Isso exigiu muita leitura da minha parte para conseguir perceber o essencial de cada um deles. Foi um trabalho árduo, que por vezes levou ao desânimo e à tentação de desistir, mas outras vezes levou ao entusiasmo de tentar perceber melhor o que os autores diziam sobre o tema. Em alguns casos fiquei com a sensação de, na impossibilidade de imediato, por questões de tempo, aprofundar as suas ideias. Seria interessante fazê-lo posteriormente. Foi, por exemplo, o caso de Descartes, de Marx, de Jean-Paul Sartre, com quem não concordo muito, mas que me pareceram ideias a considerar, bem como Espinoza e, ainda, Guardini, que, por aquilo que refere sobre a liberdade, me identifico muito, e por isso foi um autor de referência, pese embora não tenha sido suficientemente tratado.

Chego a esta fase com a sensação de que o trabalho pode não refletir o meu estudo sobre o tema, mas considero-me satisfeito por aquilo que aprendi, pelas descobertas que fiz, que em alguns momentos já me ajudaram a perceber este conceito tão complexo, que é a liberdade. A sua elaboração, por diversos motivos, ocorreu num espaço de tempo muito amplo, o que também veio complicar. Por outro lado, foi também um tempo de ir assimilando aquilo que fui “descobrir” nos diversos momentos por que passei. Desde logo a vivência da pandemia por que passámos, que colocou muitas questões de liberdade. Os confinamentos a que fomos forçados pelas autoridades ou muitos dos nossos hábitos que tivemos que alterar, por exemplo, no nosso relacionamento diário com outras pessoas tão essencial ao nosso desenvolvimento e realização do ser como pessoa. Depois, no verão de 2020, em plena pandemia, a minha terra voltou a ser assolada por um grande incêndio, talvez ainda mais grave que o de 2003, que nos obrigou a abandonar a casa por indicação das autoridades, a procurar refúgio numa das aldeias

próximas sem saber por algumas horas o que aconteceria. Foram momentos dramáticos de sensações “fortes” que não deixam de nos questionar o que é isto de liberdade. Surgiram surtos de guerras pelo mundo, que afetam os que as vivem na sua proximidade, mas que também nos afetam a todos nós neste mundo globalizado. Passei, pessoalmente, por acontecimentos que me marcaram, como foi o falecimento do meu pai, uma situação de saúde complicada, com prognóstico preocupante, que me obrigou a uma cirurgia, tendo sido internado no dia de Natal, em 2022. Mas também aconteceu o casamento da minha filha e fui, recentemente, pela primeira vez avô.

Todos estes acontecimentos, por que fui passando e vivendo, me ajudaram, também, a descobrir o “verdadeiro” sentido da liberdade. Esse conceito, que fui estudando ao longo deste tempo, ajudou-me igualmente a ter perspectivas diferentes sobre a vida, o mundo e a sociedade.

Teria sido mais fácil se tivesse conseguido efetuar-lo num mais curto espaço de tempo? É possível, mas apesar de tudo considero-me satisfeito pelo trajeto percorrido. Senti algumas dificuldades. A distância no tempo e no espaço ao “núcleo” do curso foi uma delas. Por exemplo, a consulta de bibliografia que me interessava consultar nem sempre foi fácil, pela distância que fica a biblioteca da universidade, onde se encontram a maioria das obras que precisava. Por aqui, em Castelo Branco, onde moro há bibliotecas, mas não têm, naturalmente, os livros especializados que me pudessem ajudar. No entanto, foi com alguma surpresa, que descobri na biblioteca municipal da Covilhã a existência de uma das obras que mais me ajudou à elaboração deste trabalho: *Liberdade, Graça e Destino* de Romano Guardini.

Concluindo, apesar de todas as dificuldades surgidas ao longo deste tempo, considero que valeu a pena ter feito o investimento que fiz na sua elaboração, bem como o tema que escolhi, pois, ajudou-me a compreender melhor esta problemática, e desta forma estarei melhor preparado para ajudar outros. Penso que este é um tema essencial à formação integral de qualquer pessoa e a EMRC assume também essa missão, daí o facto de o propor no seu programa e com especial relevo na fase da vida em que pode ser muito útil aos alunos. Certamente que a nossa sociedade beneficiará, no futuro, com a formação de pessoas livres. Este foi um pequeno contributo.

BIBLIOGRAFIA

DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS:

Dicionário Básico Língua Portuguesa, Porto Editora, 1ª Edição, Porto: abril de 1995, reimpresso em junho de 2021.

Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, Lda, 5ª Edição, Porto: 1975.

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, editorial Verbo, Volume 12º, Lisboa: s.d.

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Editorial Verbo, Edição Século XXI, Volume 17, Lisboa, São Paulo: 2000.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Editorial Enciclopédia Limitada, Volume XV Lisboa/Rio de Janeiro: s.d.

ESTUDOS E ENSAIOS:

Agostinho. *Confissões*. Traduzido por J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. Porto: Apostolado da Imprensa, 11ª Edição, 1984.

_____. *Livre Arbitrio*. Traduzido por Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2ª Edição, 1995.

Alves, Anderson Machado R. «O fundamento da liberdade humana em Santo Tomás de Aquino». *Synesis*, v. 3, n. 2, (2011): 1- 18.

Arends, Richard I. *Aprender a ensinar*. Lisboa: Mc Graw Hill, 2008.

Aristóteles. *Tratado da Política*. Traduzido por M. de Campos. Mem Martins, Portugal: Publicações Europa-América, 2ª Edição, setembro de 2000.

_____. *Metafísica*. Traduzido por Vincenzo Cocco. Coimbra: Atlântida, 2ª Edição, 1969.

_____. *Ética a Nicómaco*. Traduzido por Dimas de Almeida. Porto: Edições Universitárias Lusófonas, 2012.

Bauman, Zygmunt. *A Liberdade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

Costa Matos, Andityas Soares de Moura, «Destino e liberdade no pensamento estoico greco-romano». *Revista Filosófica de Coimbra*, n. 43 (2013): 7-42.

Cunha, Paulo Ferreira da, «Liberdade» em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Editorial Verbo, Edição Século XXI, Volume 17, Lisboa, São Paulo: 2000, 1032-1038.

CEP. *Carta Pastoral Educação: direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, 2002.

_____. *Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, 2006.

De Paula, Marcio Gimenes. «O tema da liberdade do cristão em Lutero e sua influência em Karl Löwith e no idealismo italiano do século XX», *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, v.5, n.2 (Brasília, dezembro 2017): 279-306.

Descartes, [René]. *Lettres*. Paris: Presses Universitaires de France, 1954.

Duarte, Teresinha Maria e Tamiris Alves Muniz, «O Conceito de liberdade em Lutero», *La Razón Histórica. Revista hispanoamericana de Historia de las Ideas*, nº8, Instituto de Estudios Históricos y sociales, 2009, 46-63.

Eagleton, Terry. *Marx e a Liberdade*. Lisboa: Edições Dinossauro, 2002.

Farias, José Jacinto Ferreira de. *Antropologia e Graça* Ser cristão hoje. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011.

Finance, Joseph de «Liberdade», em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Volume 12º, 28-36. Lisboa: Editorial Verbo s.d.

Guardini, Romano. *Liberdade Graça e Destino*. Lisboa: Editorial Aster, 1958.

Kant, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Traduzido por Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, agosto de 1985.

Lutero, Martim. *Da Liberdade Cristã*. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil: Editora Sinodal, 3ª Edição, 1979.

Machado, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Livros Horizonte, 3ª Edição; III Volume, s.d.

Mora, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 5ª Edição, 1982.

Mill, [John] Stuart. *Ensaio Sobre a Liberdade*. Lisboa: Arcádia, 1973.

Pecorari, Francesco, «O conceito de liberdade em Kant», *Revista Ética e Filosofia Política*, nº 12, Volume 1, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Instituto de Ciências Humanas – ICH, Departamento de Filosofia (Abril 2010): 44-59.

Platão. *Éutifron, Apologia de Sócrates, Criton*. Traduzido por José Trindade Santos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 5ª Edição, 2007.

_____. *Républica*. Traduzido por Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 5ª Edição, 1987.

Rabuske, Edvino A. *Antropologia Filosófica, Um estudo sistemático*. Petrópolis: Vozes, 3ª Edição, 1987.

Reimão, Cassiano, *Consciência, Dialéctica e Ética em J.-P. Sartre*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

Rocha, Rivanda Lima. «A ética dos afetos em Espinosa: o problema da liberdade», *Revista Cacto, Ciência, Arte, Comunicação em Transdisciplinaridade Online*, nº2, Volume 1, Instituto Federal Sertão Pernambucano (2021): 92-115.

Sartre, Jean-Paul, Vergílio Ferreira. *O Existencialismo é um Humanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 4ª Edição, 1978.

_____. *O Ser e o Nada. Ensaio de Ontologia Fenomenológica*. Petrópolis: Editora Vozes, 16ª Edição, s.d.

SNEC. *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. 2014.

_____. *Quero Descobrir! - Manual de EMRC do 8º Ano*. Lisboa 2015.

SNEC. *Quero Saber! Manual de EMRC do 7º Ano*. Lisboa 2015.

Wolff, Jonathan. *Introdução à Filosofia Política*. Lisboa: Gradiva, 2004.

WEBLIOGRAFIA

Camponês, Jorge Filipe Bandeiras de Oliveira. «Projeto de Intervenção 2018-2022 – Agrupamento de Escolas D. Dinis – Leiria», abril de 2018, acessado em 26/01/2020, https://www.aeddinisleiria.edu.pt/wp-content/uploads/2019/04/Projeto-de-Interven%C3%A7%C3%A3o-do-Diretor-2018_2022.pdf.

«Constituição Política da Monarquia Portuguesa». Imprensa Nacional, Lisboa, 1822. acessado a 06/09/2022. <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1822.pdf>.

Inspeção Geral da Educação e Ciência, «Avaliação externa das escolas – Relatório do Agrupamento de Escolas D. Dinis – Leiria 2011/12». Acessado a 26/01/2020, https://www.igec.mec.pt/upload/AEE_2012_Centro/AEE_12_Ag_D_Dinis_R.pdf.

Partido o Livre, «Contrato com o Futuro, Programa do Livre às eleições legislativas de 2024» acessado a 15 de setembro de 2024, https://partidolive.pt/wp-content/uploads/2024/02/Programa2024_LIVRE.pdf.

Porto Editora. «liberdade» no *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa on line*. Acessado a 02/09/2022. <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/Liberdade>.

<https://www.aeddinisleiria.edu.pt/pagina-exemplo/estabelecimentos/escola-basica-23-d-dinis/> consultado em 26/01/2020.

https://www.youtube.com/watch?v=7k4joDO_9DQ.

https://www.snpcultura.org/dez_conselhos_de_uma_monja_de_clausura_para_viver_na_cela_de_casa.html?fbclid=IwAR3t3yjaJZRFFu0DRyrQlSJ3iB1jc5fmzff06lu0hrJEpMnTzouSkEngBraw#.Xne5bDdVobE.facebook.

<https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2022-09/ucrania-mensagem-arcebispo-greco-catolico-kiev-217-dia-guerra.html>.